UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA

IRANILDA OLIVEIRA DE MEDEIROS

Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre a gestão de uso público e as atividades físicas de lazer

São Paulo
2019

IRANILDA OLIVEIRA DE MEDEIROS

Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre gestão de uso público e as atividades físicas de lazer

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física.

Área de Concentração:
Atividade Física, Saúde e Lazer

Orientador:
Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Medeiros, Iranilda Oliveira de
Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre a gestão de uso público e as atividades físicas de lazer / Iranilda Oliveira de Medeiros ; orientador, Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco. – 2019
168 f. :il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.
Versão original

1. Lazer. 2. Parques - Mauá (SP). 3. Atividade física. 4. Políticas públicas - Mauá. I. Pacheco, Reinaldo Tadeu Boscolo, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.4812098161

Nome: MEDEIROS, Iranilda Oliveira de

Título: Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre gestão de uso público e as atividades físicas de lazer

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento:_____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento:_____

Dedico este trabalho ao meu esposo Manoel, companheiro de todas as horas que muito contribuiu com sua mão de obra no trabalho de campo, a todas as pessoas (amigos e amigas, familiares, desconhecidos e desconhecidas) que durante esses três anos passaram como brisa suave refrescando esse árduo processo de trabalho reflexivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a essa força infinita que faz todos e todas se encontrarem e, juntos, trabalhem por um mundo melhor: eu chamo de Deus, gratidão!

Em segundo e de forma especial ao meu querido orientador Professor Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco pela paciência, exemplo e determinação em trabalhar essa pedra bruta que há quase 10 anos apareceu no seu caminho. Como genuíno educador você sabe transformar pedras no caminho em pontes maravilhosas que conectam pessoas, traz mais vida a existência e esperança na transformação do ser humano. Obrigada por me proporcionar momentos tão significativos de aprendizagem!

Agradeço ao meu esposo Manoel, dessa vez de maneira afetiva: obrigada por acreditar que eu podia, quando nem eu acreditava e passar pela escuridão de mãos dadas comigo.

Agradeço a tantos profissionais que me inspiram pela sua dedicação em fazer a diferença: Juliana, psicóloga em Mauá/SP que muito me ajudou neste processo, à professora Silvana Pereira e suas empolgantes aulas de Zumba, ao Seu Humberto, Marcela e Sérgio, técnicos ambientais que renovaram minha vontade de acreditar na "coisa" pública, à querida Gisele que carrega sozinha o sonho de transformar por meio do esporte em uma realidade como Mauá/SP e o Victor por amar tanto o skate a ponto de não se importar com os julgamentos do outro... A todos da SVMA e SCJ, aos usuários dos Parques que concordaram em participar da pesquisa.

Agradeço ao nosso grupo "Políticas, lazer e parques" pelo qual trocamos constantemente informações, desabafos e compartilhamos alegrias e ideias: Dani, Carol, Endrigo, Paulo, Ricardo, Marcela, Zaira e Cintia do Maranhão... Obrigada por tudo!

Aos meus familiares: papai, mamãe, Iêda que vibraram junto em cada etapa. À EACH/USP por ser essa instituição com tanto potencial de transformação.

E finalmente, aos queridos professores: Douglas, Bramante, Marcela, Sidnei e Juliana pelas

contribuições tão importantes; Uvinha por ter me acolhido como aluna especial no 1º semestre de 2016 e Magnani por ser tão assertivo na conversa sobre metodologia naquele “boteco pedagógico” em Campo Grande/MS...

"É possível ser diferente e viver junto."

(BAUMAN, 2009, p.89).

RESUMO

MEDEIROS, Iranilda Oliveira de. **Parques urbanos de Mauá/SP:** estudo de caso sobre gestão de uso público e as atividades físicas de lazer. 2019.168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Versão original.

O presente estudo teve como objetivo analisar se a estrutura de gestão de uso público dos parques urbanos de Mauá tem incentivado a apropriação desses espaços para a prática de atividades físicas de lazer, observando-se fatores socioculturais, econômicos e ambientais envolvidos na relação. Optou-se por uma metodologia qualitativa, etnográfica (observação participante feita a pé) e entrevistas semiestruturadas com gestores e usuários dos parques. O Parque da Gruta, Parque do Guapituba e o Parque do Paço, com o Parque da Juventude em seu perímetro foram o *lócus* da investigação. Dentre os resultados encontrados, há fatores como modelo de gestão de uso público sem participação popular, a configuração espacial da cidade e falta de informações sistematizadas sobre parques, práticas corporais de lazer, perfil dos frequentadores que contribuem com a segregação física e simbólica da cidade de Mauá. Isso ocasiona dificuldades de acesso e uso dos espaços públicos para práticas corporais de lazer. Portanto, são fatores que precisam ser superados a fim de que o parque urbano seja apropriado como equipamento público de lazer na cidade.

Palavras-chave: Parques urbanos. Gestão. Uso público. Lazer. Atividades físicas.

ABSTRACT

MEDEIROS, Iranilda Oliveira de. . **Urban parks of Mauá / SP:** case study on public use management and leisure physical activities. 2019. 168 p. Dissertation (Master of Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2020. Original version

This study aimed to analyze whether the public use management structure of the urban parks of Mauá encouraged the appropriation of these spaces for the practice of leisure physical activities, observing the socio-cultural, economic and environmental factors involved in this relation. We opted for a qualitative, ethnographic methodology (participant observation carried out on foot) and semi-structured interviews with park managers and users. The Park of Gruta, Park of Guapituba and Park of Paço, with the Youth Park in its perimeter, were the *locus* of investigation. Among the results found, there are factors such as public use management model without popular participation, spatial configuration of the city and lack of systematized information about parks, leisure body practices, visitor profile that contribute to the physical and symbolic segregation of the Mauá city. This causes difficulties in accessing and using public spaces for leisure body practices. Therefore, these are factors that need to be overcome in order for the urban park to be appropriate as public leisure equipment in the city.

Keywords: Urban parks. Management. Public use. Recreation. Physical activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Brasil no mundo.....13
Figura 2 – Localização do Estado de São Paulo no Brasil.....13
Figura 3 – Localização da Região do ABC e Mauá no Estado de São Paulo.....14
Figura 4 - Localização dos parques urbanos de Mauá: os pontos verdes.....15
Figura 5 - Mapa da vegetação no território de Mauá.....37
Figura 6 - SMA: estrutura organizacional até 2016.....39
Figura 7 - SVMA: estrutura organizacional a partir de meados de 2017.....40
Figura 8 - Roteiro de observação de uso público em parques urbanos - detalhado.....53
Figura 9 - Prédio da administração do Parque do Guapituba e sala de exposições e reuniões.....64
Figura 10 - Teatro de arena no Guapituba.....64
Figura 11 - *Playground* na entrada do Parque do Guapituba.....65
Figura 12 - Circuito para caminhada no Parque do Guapituba.....65
Figura 13 - Trilha do saruê no Guapituba.....66
Figura 14 - Jardim de Pedra no Guapituba.....66
Figura 15 - Antiga construção dentro do Parque do Guapituba, usada como depósito.....66
Figura 16 - Andanças ao Parque do Guapituba: trajeto delimitado.....67
Figura 17 - Praça com ATI e parquinho indo para o Guapituba.....69
Figura 18 - Ponto de venda da Porcelana Schmidt indo para o Guapituba.....69
Figura 19 - Paisagem “cinza” até o Parque do Guapituba.....70
Figura 20 - Trilha só para visitas monitoradas, Parque do Guapituba.....71
Figura 21 - A “casa amarela”, Parque do Guapituba.....73
Figura 22 - *Deck* de madeira: observatório no lago dos aguapés, Parque do Guapituba.....73
Figura 23 - Pergolado com mais vegetação, Parque do Guapituba.....74
Figura 24 - Projeto de captação de óleo, entrada do Parque do Guapituba.....74
Figura 25 - Divisa com a Estância Turística de Ribeirão Pires, entorno Parque do Guapituba.....75
Figura 26 - Espaço Zen, Parque do Guapituba.....76
Figura 27 - Placas informativas sobre trilhas e o britador, Parque da Gruta.....78
Figura 28 - A Gruta de Santa Luzia e placa interpretativa à entrada, pós reforma.....79

Figura 29 - Lago central cercado, pós reforma no Parque da Gruta.....79
Figura 30 - *Playground* de madeira na região central do Parque da Gruta.....79
Figura 31 - Quadras poliesportivas à entrada do Parque da Gruta.....80
Figura 32 - Academia ao ar livre no Parque da Gruta.....80
Figura 33 - Administração do Parque da Gruta.....80
Figura 34 - Sala de educação ambiental no Parque da Gruta.....81
Figura 35 - Andanças ao Parque da Gruta: trajeto delimitado.....81
Figura 36 - Calçada na av. Barão de Mauá, largura para uma pessoa.....83
Figura 37 - Placa sinalizando sobre o Parque da Gruta, altura da Praça da Bíblia.....83
Figura 38 - Fábrica de Artes e atividades abertas ao público perto do Parque da Gruta.....84
Figura 39 - Barraca do João e Blocos Santa Luzia ao lado do Parque da Gruta.....84
Figura 40 - Vista do lago central do Parque da Gruta.....86
Figura 41- Academia ao ar livre e lago central após revitalização do Parque da Gruta.....87
Figura 42 - Estacionamento "Gasparzinho" ao lado da entrada do Parque da Gruta.....88
Figura 43 - Gabinete do prefeito e câmara de vereadores no "Paço" 92
Figura 44 - Estacionamento dentro do "Paço" 92
Figura 45 - Usos do tempo livre no "Paço": dia (contato com a natureza), noite (eventos).....92
Figura 46 - Parque da Juventude visto do estacionamento do "Paço" 93
Figura 47 - Ginásio poliesportivo com piscina pública dentro do "Paço" 93
Figura 48 - Ponte sobre o "piscinão" que conecta o "Paço" com o Parque da Juventude.....93
Figura 49 - Teatro Municipal dentro do "Paço": escadaria da entrada 94
Figura 50 - Pistas de *skate* no Parque da Juventude dentro do "Paço" 95
Figura 51 - Quadras no Parque da Juventude dentro do "Paço" 95
Figura 52 - Arquibancada coberta com palco do Parque da Juventude dentro do "Paço.....95
Figura 53 - Pista de caminhada no Parque da Juventude dentro do "Paço" 95
Figura 54 - Academia ao ar livre no Parque da Juventude dentro do "Paço" 96
Figura 55 - Parquinho no Parque da Juventude dentro do "Paço" 97
Figura 56 - Andanças ao "Paço": trajeto delimitado.....98
Figura 57 - Centro de Mauá: à esquerda, Praça 22 de novembro, à direita, *Shopping*.....99
Figura 58 - Praça da Vila Magine, entorno do "Paço" 100
Figura 59 - Trecho com potencial para Parque Linear, ao longo do Rio Tamanduateí.....101

Figura 60 - Caminhos das pessoas em situação de rua no entorno do “Paço” 102
Figura 61 - Paisagem do “Paço”: pausa do urbano.....103
Figura 62 - Potencial de interação entre os equipamentos dentro do “Paço” 107
Figura 63 - Jovens na ponte do “Paço” para o Parque da Juventude (fechado) 107
Figura 64 - “Casa verde” no Parque do Guapituba.....137
Figura 65 - “Escadão” no Parque do Guapituba: cenário para fotos.....142
Figura 66 - Ciclovia recreativa de 2,5 km: atravessa Vl. Noêmia e Parque São Vicente.....152
Figura 67 - Parque Linear Jardim Oratório.....152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orçamento destinado para a SMA no PPA 2014-2017.....42
Tabela 2 - Orçamento destinado para a SVMA no PPA 2018-2021.....43
Tabela 3 - Despesas diretas com os parques urbanos da SMA no PPA 2014-2017.....45
Tabela 4 - Despesas diretas com os parques urbanos da SVMA no PPA 2018-2021.....46
Tabela 5 - Despesas diretas com o Parque da Juventude gerido pela SCJ no PPA 2018-2021.....48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Região de São Paulo formada por sete cidades, dentre elas Mauá
AEIA	Áreas Especiais de Interesse Ambiental
APRM	Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
ASCOBIKE	Associação de Condutores de Bicicleta de Mauá
ATI	Academia ao ar livre ou academia da terceira idade
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONDEPHAAT-MA	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultura de Mauá.
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
EE	Escola Estadual
FAMA	Faculdade de Mauá
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GCM	Guarda Civil Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMM	Prefeitura Municipal de Mauá
POP (Centro POP)	Centro de Ref. Espec. para Pop.em Situação de Rua
PPA	Plano Pluri Anual
PPP	Parceria Público-Privada
PSC	Prestador de Serviços Comunitários
PUP	Programa de Uso Público
RH	Recursos Humanos
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SCJ	Secretaria de Cultura e Juventude de Mauá
SEL	Sistema de Espaços Livres
SESI	Serviço Social da Indústria
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SMA	Secretaria do Meio Ambiente de Mauá
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de Mauá
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC	Unidade de Conservação
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USM	União dos Skatistas de Mauá
ZUD	Zonas de Usos Diversificados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 PARQUES URBANOS: CARACTERÍSTICAS MARCANTES 18
3 GESTÃO DE USO PÚBLICO: PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CORPORAIS DE LAZER 28
4 CONTEXTO DA PESQUISA: MAUÁ, SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA) E SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE (SCJ) 36
5 NOTAS SOBRE METODOLOGIA 49
5.1 EM CAMPO: PESQUISA PARTICIPANTE, ENFOQUE ETNOGRÁFICO "DE PERTO E DE DENTRO" E DEIXANDO-SE "SER AFETADA" 50
5.2 ANDANÇAS DE CAMPO: OBSERVAÇÕES A PÉ PAUTADAS NO "ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SOBRE USO PÚBLICO EM PARQUES URBANOS" 52
5.3 PESQUISA JUNTO AO SETOR PÚBLICO: RELATO DOS "PERRENGUES" DA EXPERIÊNCIA 57
6 OS PARQUES ESTUDADOS 62
6.1 PARQUE DO GUAPITUBA: DE CHÁCARA DA FAMILIA KLINKERT A PARQUE URBANO 62
6.1.1 Parque do Guapituba: observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer. 66
6.2. PARQUE DA GRUTA: DE PEDREIRA DOS FERRARI A PARQUE 76
6.2.1 Parque da Gruta: observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer. 81
6.3 PARQUE DO PAÇO: REFLEXÕES SOBRE O OFICIAL E O "OFICIOSO" 89
6.3.1 "Paço": observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer. 94
7 VOZES DE OUTROS SUJEITOS: O QUE OS GESTORES E USUÁRIOS TEM A DIZER? 108
7.1 ACESSO AO PARQUE: TIPOS DE FREQUENTADORES E LOCOMOÇÃO 113
7.2 SERVIÇOS AMBIENTAIS: TIPOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TRILHAS E "PROBLEMAS" DO AMBIENTE 116
7.3 GESTÃO DO PARQUE: RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS, PLANO DE MANEJO, SEGURANÇA E PARTICIPAÇÃO 120
7.3.1 Recursos Humanos: quem são eles nos parques de Mauá? 120
7.3.2 Recursos Financeiros: orçamento público, permutas, parcerias, compensação ambiental, patrocínio e trabalho intersetorial. 126
7.3.3 Plano de Manejo e PUP: o que "se pode" e o que "não se pode" nos parques? 129
7.3.4 Segurança nos Parques: quem faz? E quando não tem? 131
7.3.5 Participação: comunicação com a gestão e conselho do meio ambiente. 134
7.4 USOS PARA LAZER: INFRAESTRUTURA REAL E POTENCIAL PARA USO, EVENTOS, ATIVIDADES ESPONTÂNEAS E INTERESSES DOS USUÁRIOS 136
7.5 PERSPECTIVAS PARA OS PARQUES: OLHAR DA GESTÃO 143
7.6 MELHORIAS NOS PARQUES: PONTOS LEVANTADOS E SUGESTÕES DOS USUÁRIOS 144
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a gestão de uso público tem estimulado ou não a apropriação dos parques urbanos de Mauá para as práticas corporais de lazer? 148
REFERÊNCIAS 155

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo CEP 162
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os gestores dos parques 163

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca refletir a relação gestão de uso público e atividades físicas de lazer em parques urbanos da cidade de Mauá/SP. Essa problemática surge a partir de três fatores principais: primeiro, a autora gostaria de estudar lazer em um programa de pós-graduação, segundo, por uma provocação do Prof. Dr. Reinaldo Pacheco (orientador deste estudo) para que os Parques Urbanos de Mauá fossem estudados, e por último, o fato de a pesquisadora residir na cidade de Mauá há exatos 23 anos. Este é um município da região do Grande ABC (formada por sete cidades: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, figura 3), dentro do Estado de São Paulo (figura 2) no Brasil (figura 1):

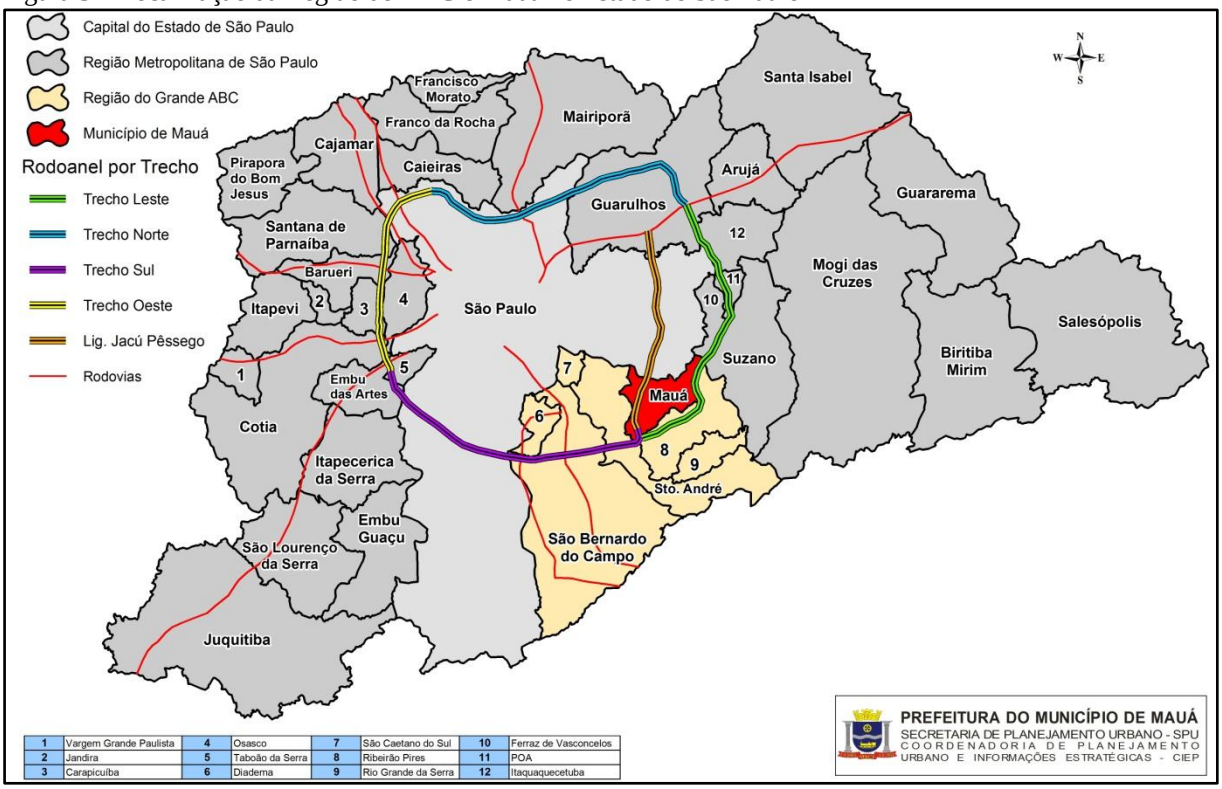
Figura 1 – Localização do Brasil no Mundo

Fonte: Brasil escola (2019).

Figura 2 – Localização do Estado de São Paulo no Brasil

Fonte**:** Mundo escola (2019).

Figura 3 – Localização da Região do ABC e Mauá no Estado de São Paulo

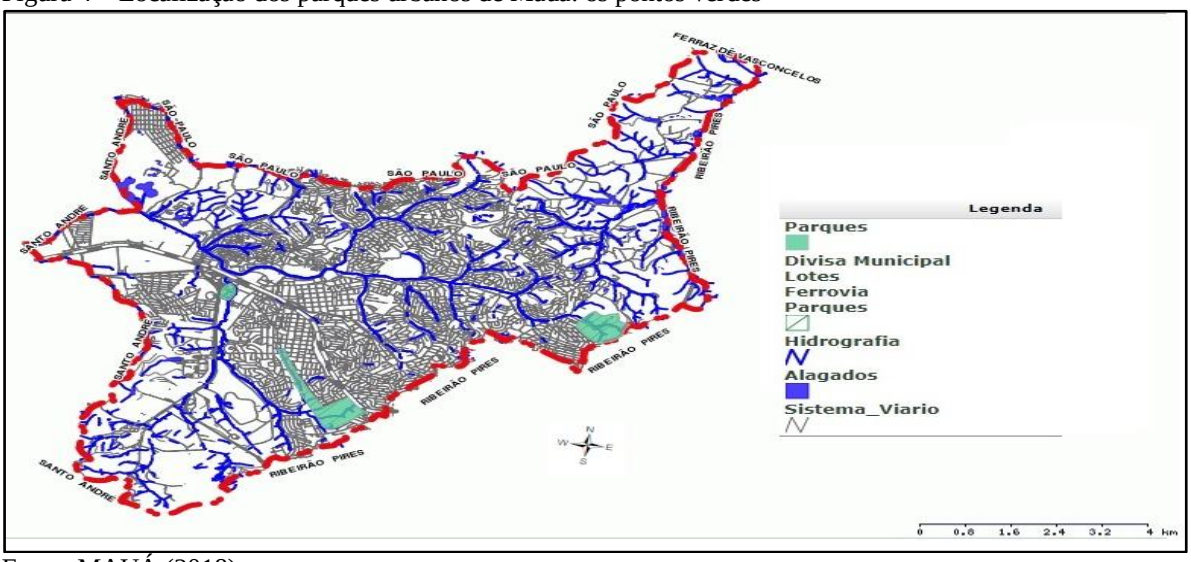


Fonte: Mauá (2019).

Bacharel em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (2011), desde a graduação houve o incômodo com a realidade urbana desse município. Naquele momento, partindo das oportunidades de lazer e mobilização para os jovens das camadas populares, por meio de estudo no qual foi possível relacionar arte, lazer e educação social em uma organização do terceiro setor.

Nesta oportunidade, impactada pelo trabalho de campo realizado na cidade de Sorocaba/SP no âmbito da disciplina "Gestão e Políticas Públicas da Promoção da Saúde, Atividade Física e Lazer" ministrada pelos professores Douglas Roque Andrade e Reinaldo Tadeu B. Pacheco no ano de 2016, surge o objeto deste estudo: analisar se a estrutura de gestão de uso público dos parques urbanos de Mauá tem incentivado a apropriação desses espaços para a prática de atividades físicas de lazer. O que pareceu bastante relevante ao observar a cidade extremamente adensada e a existência de três pontos verdes – os parques a serem estudados.

Figura 4 – Localização dos parques urbanos de Mauá: os pontos verdes



Fonte: MAUÁ (2018).

Ao apresentar os pontos verdes tem-se na figura 4: o ponto menor ao lado esquerdo e superior o "Parque do Paço" – dentro do qual foi inaugurado em 2016 o Parque da Juventude; a figura verde que lembra um machado, no lado esquerdo e inferior é o Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Klinkert Junior e o ponto verde do lado direito e inferior do mapa é o Parque Gruta de Santa Luzia, os locais analisados neste estudo.

A fim de alcançar o objetivo geral estipularam-se os seguintes objetivos específicos:

a) Elaborar síntese teórica sobre temas como: Áreas Verdes, Gestão de uso público, Lazer, Atividades Físicas de Lazer em Parques Urbanos, Políticas públicas de lazer;

b) Levantar as formas de uso público e práticas de lazer nos parques estudados;

c) Analisar os parques urbanos de Mauá (histórico, sua estrutura física e organizacional, programação, perfil dos profissionais, gestão e se há participação popular) buscando entender se a gestão tem incentivado ou não a apropriação desses espaços para a prática de atividades físicas de lazer.

Quanto à metodologia utilizada é uma pesquisa qualitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998), quanto aos objetivos, descritiva (GIL, 2010), com modo de investigação bibliográfico-documental e de campo (LAKATOS, MARCONI, 1991), por meio de um estudo de caso (DENCKER, 2003), cujo caso estudado é a gestão de uso público dos parques urbanos da cidade de Mauá.

Além disso, com a submissão do projeto de pesquisa à FAPESP por duas vezes em busca de fomento e sua consequente rejeição, por não condizer com os critérios de pesquisa aceitos como válidos para a área 21, especificamente a Educação Física, na qual o Programa de Pós Graduação em Ciências da Atividade Física se insere. Foram necessárias diversas

reflexões (e crises existenciais) no sentido de responder "como seria possível à autora se 'distanciar' o suficiente da investigação sobre Mauá para que ela fosse, de fato, considerada 'objetiva' na área da Educação Física?".

Com este questionamento, participou-se dos eventos *1er Congreso Internacional de Parques Urbanos,* em Mérida/MX realizado pela ANPR - *Asociación Nacional de Parques e Recreación* do México e do III Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL) realizado em Mato Grosso do Sul pela Universidade Federal do estado. Foi possível refletir que a objetividade deste trabalho residia justamente em considerar aspectos "subjetivos" do sujeito pesquisador em contato com os sujeitos pesquisados, assumindo-se de uma vez por todas, o caráter etnográfico das incursões a campo – as "andanças de campo" descritas a seguir.

Dessa maneira, a observação participante e a entrevista semiestruturada focalizada (LAKATOS; MARCONI, 1991) são técnicas utilizadas. A observação participante passa a ser mais que uma técnica, mas um "modo de fazer". A amostra do estudo se caracterizou como não probabilística intencional (RICHARDSON, 1999) tendo como um dos principais critérios de seleção tanto para gestores quanto para usuários a disponibilidade em participar da pesquisa.

No caso dos gestores, foi acrescido mais um critério: está envolvido com o trabalho nos parques estudados (nas ações operacionais – dia a dia do parque - ou táticas da secretaria que cuide do parque – gerente, diretor). Já com relação aos usuários focou-se em conversar com, pelo menos um dos sujeitos, representativos dos grupos frequentadores do parque observados no período de realização deste estudo.

Dessa forma, as entrevistas aconteceram a partir de uma autorização prévia do usuário, sendo que algumas puderam ser gravadas e outras apenas anotadas. Outra característica observada já nas primeiras entrevistas foi à necessidade de abreviar a quantidade de tópicos a serem abordados, restringindo-se a:

a) Informações que permitissem traçar um perfil do sujeito pesquisado;

b) Análise de sua frequência ao parque: descrição da atividade desenvolvida por ele, e como chega ao parque, o que mais gosta no local, o que acha da limpeza, manutenção e o que melhoraria no espaço.

Pois, o usuário do local para suas práticas corporais de lazer é pouco disponível a gastar muito de seu tempo para responder perguntas de uma entrevista longa. Muito provavelmente, porque suas atividades são milimetricamente organizadas entre as obrigações laborais, familiares, domésticas para que o sujeito consiga frequentar o parque naquele momento.

Dessa tomada de decisão, juntamente com os questionamentos levantados na banca de qualificação deste trabalho, opta-se por, conceitualmente, não adotar atividades físicas, mas práticas corporais de lazer, ou seja, as expressões corporais inter-relacionadas com aspectos socioculturais, econômicos e naturais (SILVA; DAMIANI, 2005), não apenas com a questão biológica como sugere o primeiro termo.

Assim sendo, o estudo foi organizado na seguinte estrutura: o primeiro capítulo "Parques urbanos: características marcantes" cujo objetivo é discutir aspectos de diferentes áreas do conhecimento a fim de conceituar parque urbano neste estudo.

O segundo capítulo "Gestão de uso público: pensando em parques urbanos e práticas corporais de lazer" que tem o intuito de refletir sobre a gestão pública, seus modelos, limitações, potencialidades e como aproximar essa discussão dos parques urbanos enquanto espaços de práticas corporais de lazer visando encontrar elementos que potencializem essa apropriação.

No terceiro capítulo "Contexto da pesquisa: sobre Mauá, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e a Secretaria de Cultura e Juventude (SCJ)" tem como fim a apresentação do município e as respectivas pastas gestoras dos parques urbanos da cidade.

O quarto capítulo "Notas sobre metodologia" tem o objetivo de descrever como foram desenvolvidos os procedimentos metodológicos da investigação: suas características, especificidades e novas tomadas de decisão a partir do contato com a realidade de campo, aqui se apresenta, por exemplo, o termo "andanças de campo" e o "Roteiro de observação sobre uso público em parques urbanos" utilizados na pesquisa.

O quinto capítulo "Os parques estudados" é o primeiro com apresentação e análise de dados empíricos apresentando o Parque da Gruta, o do Guapituba e o "Parque da Juventude e do Paço" por meio do levantamento documental e sistematização das "andanças de campo" embasadas nos eixos de observação.

Já o sexto e último capítulo "Vozes de outros sujeitos: o que os gestores e usuários têm a dizer?" apresenta e analisa as categorias advindas das entrevistas semiestruturadas com Gestores e usuários dos parques a fim de relacionar gestão de uso público e práticas corporais de lazer nesses espaços.

2 PARQUES URBANOS: CARACTERÍSTICAS MARCANTES

Muito se tem discutido sobre os parques urbanos atualmente, em especial no Estado e na cidade de São Paulo, com a realidade das concessões de serviços e gestão por parte do poder público à iniciativa privada. Parques urbanos como locais de melhoria da qualidade de vida, parques urbanos como indicativo de uma cidade mais sustentável, parques urbanos como espaços de natureza dentro da cidade: mas o que vem a ser este espaço tão carregado de significados?

A tentativa nesse capítulo é, a fim de contribuir com a discussão, conceituar parque urbano, organizando aspectos de diferentes áreas que tratam sobre este espaço que inspira tantas disputas na cidade contemporânea. Aqui se entenderá como defende Lefebvre (2001) uma unidade entre a cidade, "[...] realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico [...]" (p.54) e o urbano, "[...] realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento." (p.54), portanto, parque urbano por está no espaço da cidade e também pelas relações sociais que nele se dão.

Primeiramente, é preciso dizer que, no Brasil, os parques urbanos nem sempre são áreas protegidas. Portanto, não necessariamente estão inseridos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação. Entretanto, é inegável que tais locais têm elementos que contribuem para um ambiente urbano sustentável, como o são o controle de inundações, a qualidade do ar e a redução de gastos com energia elétrica ao mitigar os efeitos da ilha de calor na cidade (CROMPTON, 2008).

Portanto, também não é incomum encontrar parques urbanos que também são Unidades de Conservação (UC), como acontece com os Parques Nacionais, principalmente os criados pelo estado e município que recebem o nome de, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (SNUC, 2000), como acontece, por exemplo, com o Parque Estadual do Jaraguá, localizado a noroeste da cidade de São Paulo e o Parque Natural Municipal das Mangabeiras em Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Inclusive este último é um *case* de gestão, uma vez que na cidade os parques urbanos são geridos por uma Fundação de Parques Municipais (PACHECO, 2017). Ou ainda, como vem acontecendo cada vez mais, com a forte urbanização das cidades, uma Unidade de Conservação (UC) em espaço urbano, como é o caso do Parque Natural Municipal do Pedroso em Santo André/SP (FREITAS, 2011). Nessa realidade as UC urbanas precisam, portanto, repensar suas práticas, dadas as pressões de uso que a proximidade com a cidade implica. Uma das principais

questões é a implantação de um plano de manejo elaborado com contribuições da comunidade local (SNUC, 2000). No caso específico do Parque Pedroso em Santo André, na tensão entre preservação ambiental e uso público para lazer, como era sua característica na década de 1990, resultou-se o estabelecimento do local como área de proteção integral a partir de 2006 (FREITAS, 2011). Tal fato implica na restrição das atividades de uso público a três modalidades: a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (SNUC, 2000), uma vez que o objetivo principal da UC passa a ser a preservação ambiental. Percebe-se, então, que o discurso vencedor é o de oposição entre natureza e cidade, mas como lembra Lima (2004) após argumentar poeticamente com o mito de Gilgamesh: "[...] em suas origens, **natureza** evoca nascimento, e **cultura**, transformação [...] enfim, são conceitos distintos, mas não precisam ser opostos". (p.11, grifo da autora).

Até porque as áreas protegidas urbanas apresentam benefícios que, tem como pressuposto esse princípio de inseparabilidade entre natureza e o humano: promovem a saúde e o bem-estar humanos, ajudam a dar aos habitantes de zonas urbanas um sentido de lugar (sentimento de pertencimento), criam públicos urbanos para apoiar a conservação ambiental, oferecem oportunidades para aprender sobre a natureza e a sustentabilidade, prestam serviços ecossistêmicos, reforçam a resiliência diante das mudanças climáticas, contribuem para uma infraestrutura verde dentro das cidades e contribuem com a economia local com renda do turismo (TRZYNA, 2017) e, com mais frequência, também do lazer.

O que ocorre também é ser o Parque, uma UC ou não, e abrigar na sua área um bem cultural de valor histórico, paisagístico, ecológico ou ser ele próprio considerado este bem. Dessa forma, passa a ser então salvaguardado por meio de tombamento, tornando-se um Patrimônio Cultural Brasileiro. (BRASIL, 1937). Isso pode ocorrer em níveis federal, estadual e/ou municipal. Um exemplo, pode se verificar na própria cidade de Mauá, cuja Gruta Santa Luzia é um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN-MA, o órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural municipal da cidade.

Assim sendo, acredita-se que, seja o parque urbano uma área protegida ou não na qual haja um patrimônio ou não, é possível a conciliação entre cultura e natureza em uma experiência de lazer significativa para as pessoas nesse espaço.

E aqui se está entendendo essa experiência de lazer como forma dominante de apropriação do tempo livre contemporâneo, ressaltando-se seu potencial para responder a determinadas necessidades lúdicas e estéticas do homem (MASCARENHAS, 2006), focando nessa investigação no conteúdo físico-esportivo do lazer (DUMAZEDIER, 1979), no "corpo em movimento" (ALVES; CARVALHO, 2010) ou nas práticas corporais de lazer,

compreendendo este conceito tal como colocam Silva e Damiani(2005) a busca por: "[...]'exprimir' uma dada intenção ou sentido e fazê-lo, neste caso, por meio do corpo [...]" (p.23-24), entendendo aí as inter-relações dessa expressão com aspectos socioculturais, econômicos e naturais (SILVA; DAMIANI, 2005). Por ser bacharel em lazer e turismo e estar condicionada pelo olhar dessa área interdisciplinar a autora aproxima-se mais desse conceito do que do conceito de atividade física, comumente mais associado aos aspectos biológicos do corpo (SILVA; DAMIANI, 2005). Portanto, interessa mais "[...] as relações traçadas no movimento de se buscar uma prática corporal do que a prática propriamente dita [...]" (ALVES; CARVALHO, 2010, p.242). Uma das relações no caso é como a gestão tem interferido nesse processo.

Outro aspecto a ser fortemente valorizado nessa relação é o aspecto educativo dessas práticas de lazer. Ao se relacionar então lazer, parques urbanos e educação, entendendo que a aprendizagem é a própria vida (MÉSZAROS, 2005), seriam esses espaços propícios para a educação informal, que ocorre no processo de socialização (GOHN, 2006) e também a educação não formal […] "aquela que se aprende 'no mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas" (GOHN, 2006, p.28). Propõe-se, uma relação com a educação formal, por meio de um lazer "da escola" (PACHECO, 2004) em que os parques urbanos também integrassem o itinerário formativo de crianças, adolescentes e jovens com experiências significativas.

Nesse sentido, vale a pena citar o Movimento das Cidades Educadoras, iniciado em 1990 durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona na Espanha. Cidade Educadora é "[...] aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes" (APRENDIZ, 2019). No Brasil, já há exemplos de cidades que vem implantando essa perspectiva, como é o caso de Sorocaba/SP, cuja proposta articula educação e saúde e vem construído um mosaico de parques urbanos conectados para atender o habitante numa perspectiva educadora. As premissas do programa no Brasil são: participação e controle social, escolas que se reconhecem como agentes de transformação do território, a intersetorialidade e o acesso aos bens culturais da cidade.

Outro exemplo emblemático de cidade educadora é Rosário na Argentina. Há mais de 20 anos essa cidade reorienta suas políticas públicas com foco em assumir uma vocação educadora para o espaço público (APRENDIZ, 2019). Destaca-se aqui o Conselho das Crianças: estratégia proposta pelo pedagogo italiano Francesco Tonucci, que revela a solidariedade, a coletividade e o respeito à diversidade de uma cidade desenhada a partir das

crianças e o *Tríptico de la infância* que é "[...]um conjunto de três espaços públicos que foram requalificados e repensados para tornarem-se referência entre crianças, jovens, adultos e idosos." (APRENDIZ, 2019).

Então, nesse contexto de reflexão em que o parque urbano é um espaço educativo da cidade em que pode haver um patrimônio cultural, mas não necessariamente é uma UC, como garantir sua existência em um espaço urbano cada vez mais disputado (em Mauá, disputas em relação a toda sorte de empreendimentos, especialmente, os imobiliários residenciais) e quais as suas funções nessa realidade?

Rumo à empreitada de tentar responder a essa questão busca-se, inicialmente, auxílio em referenciais da Arquitetura e do Urbanismo, trabalhando-se a ideia de parques como espaços livres. Cunhado pela arquiteta e urbanista Miranda Magnoli, espaço livre seria: "[...] todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno, não coberto por edifícios." (MAGNOLI, 2006, p.202). Que inclui assim, não apenas os parques urbanos, mas, dentre os desenhados pelo homem, também as ruas, calçadões, pátios e praças, por exemplo. (HANNES, 2016, p.125). E aí é interessante perceber que o parque urbano, sendo um espaço "livre" dentro da cidade, dialoga também com os outros espaços "livres", os quais também são possíveis de serem lidos como locais de uso do tempo "livre".

Essa dinâmica de interação pode ser entendida como Sistema de Espaços Livres (SEL): "[...] elementos **e** relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intraurbana à metropolitana." (QUEIROGA, 2012, p.75, grifo do autor), o autor ainda acrescenta que, nessa concepção, toda cidade possui um Sistema de Espaços Livres (SEL), pois "ainda que não haja conexão física entre dois ou mais espaços livres, isso não impede que haja interação entre eles." (QUEIROGA, 2012, p. 76).

Entretanto, salienta-se aqui, que ao se pensar na apropriação sistêmica desses espaços livres para usos de lazer acredita-se que seja fundamental também a conectividade física para garantir acesso e acessibilidade aos usuários. Embora sejam também necessárias outras formas de conectividades, pois como alerta SERPA (2004) "[...] a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico [...]." (SERPA, 2004, p. 24).

A este respeito complementaria Certeau (1998): "[...] planejar a cidade é ao mesmo tempo *pensar a própria pluralidade* do real e *dar efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular." (p.172, grifo do autor). Essa articulação aconteceria a partir do conhecimento das características da cidade, das suas histórias, das identidades das pessoas

que ali habitam, e habitaram, e de suas subjetividades. Isto poderia propiciar outras formas de conectividade desses espaços livres, ou espaços públicos urbanos (SERPA, 2004) cuja gama de equipamentos comporta também os parques urbanos públicos, e outros voltados ao usufruto do tempo livre. Acredita-se que o lazer seja um momento privilegiado para isso, tornando possível, por conseguinte, também uma conectividade territorial, permitindo o uso sistêmico dos espaços livres públicos (QUEIROGA, 2012) pela população.

Por que, talvez, essa insistência em se pensar a conectividade e o uso sistêmico dos espaços livres públicos, partindo dos parques urbanos de uma cidade?

Porque se considera, como propõe Santos (2006), que o "[...] espaço reúne a materialidade e a vida que o anima." (p.38) de forma indissociável. Então há necessidade de se pensar formas, desses locais chamados de espaços, poderem de fato fazer jus a sua característica de materialidade com vida, com animação, para utilizar um termo do campo de estudos do lazer. Isto não vem acontecendo no Brasil, no que se refere às áreas verdes, como critica Bartalini (2004): "[...] para a maioria das cidades brasileiras [...] nunca chegaram a formar um conjunto dotado de intencionalidade [...] cada praça, cada parque, cada área verde valem por si sós." (p. 83).

No SEL, nas áreas verdes ou nos parques urbanos em específico, há além da apropriação para usos de lazer, ou mais genericamente usos do tempo livre, como os que são apresentados por Hannes (2016):

> [...] encontros e trocas da vida cotidiana [...] espaços utilizados para lazer, descanso, leitura, meditação, orações, para o brincar das crianças e esportes das mais variadas modalidades. (HANNES, 2016, p.125)

As chamadas funções sociais (HANNES, 2016) cumpridas por esses locais na cidade, juntamente com as funções ecológicas e estéticas desses espaços (HANNES, 2016)são tão marcantes que, no Brasil, a definição de um parque urbano está intimamente relacionada com elas: "[...] uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos" (LOBODA; ANGELIS, 2005, p.133).

Dadas às dúvidas que possam suscitar essa definição é pertinente aqui um esclarecimento no que se refere ao termo "área verde" e como ele será adotado neste estudo. Considerando-se, de acordo com observações empíricas e pesquisas imagéticas realizadas, que nem todos os parques urbanos apresentam significativa quantidade de vegetação, como acontece com o Parque Minhocão em São Paulo ou o *High Line Park* em Nova Iorque e ainda o Parque do Paço em Mauá, considera-se que o termo "área verde" poderia ser pensando mais profundamente como uma área de uso coletivo que contribua com um ambiente urbano

sustentável. Entendendo-se sustentável e o desenvolvimento sustentável, tal como colocam Feil e Schreiber (2017), respectivamente, alicerce e estratégias para o alcance da sustentabilidade, aqui entendida como:

> [...] um termo que expressa à preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos. (FEIL; SCHREIBER, 2017, p.674).

Dessa forma, mesmo que o parque urbano pela sua paisagem não possa ser considerado uma área verde, pelas suas qualidades ambientais, sociais e econômicas ele será considerado como tal neste estudo.

Ao se abordar, contudo, a questão da extensão dos parques urbanos percebe-se que também pode variar. Nesse sentido, em estudo sobre a cidade de São Paulo, Kliass e Magnoli (2006), propõe uma classificação, partindo das diferenças entre localização, usos, raio e faixas etárias de atendimento:

> I. **Parque de vizinhança –** são áreas verdes destinadas à recreação ativa de crianças de 0 a 10 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é de 500m, sem travessia de ruas de trânsito intenso.
> II. **Parque de bairro** – são áreas verdes destinadas à recreação ativa de jovens de 11 a 24 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é 1.000m
> III. **Parque setorial** – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a população do município, com equipamentos para utilização em fins de semana, com um raio de atendimento de máximo de 5.000m
> IV – **Parques metropolitanos** – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a região metropolitana, localizados nas reservas florestais junto de represas, etc. (KLIASS; MAGNOLI, 2006, p. 251).

O interessante dessa proposta é que ela pressupõe pensar intencionalmente na interação desses espaços livres em uma escala de rua, bairro, cidade ou região, respectivamente, respeitando as características locais, como se discutirá mais adiante. Isso acontece aqui por meio do que as autoras chamaram de recreação “passiva” ou “ativa” ou ainda como se tem proposto genericamente, usos do tempo livre. Entretanto, a classificação apresenta ainda diversas fragilidades como, por exemplo, condicionar localização a faixas etárias específicas, de forma que um parque de vizinhança deva atender especificamente crianças de 0 a 10 anos, quando o que se observa na realidade das cidades, é a necessidade de um parque desta natureza, atender toda a população situada naquela vizinhança. Outra fragilidade seria o condicionante da presença de áreas verdes para a consideração do espaço como parque, quando a tendência percebida na atualidade é a de que espaços que contribuam com um ambiente urbano sustentável (CROMPTON, 2008) sejam parques. Mais ainda, que sejam abertos ao uso público, assegurando o direito ao lazer da população. Mas é preciso reconhecer que certamente tal classificação é um passo importante para se pensar esses

espaços de forma sistêmica.

Em alguns locais essa proposta sistêmica já tem se configurado como realidade concreta. Um exemplo disso é o "Sistema Distrital de Parques" em Bogotá na Colômbia, o qual é gerido pelo *Instituto Distrital de Recreación y Deporte* (IDRD). O IDRD trabalha a apropriação sistêmica dos parques urbanos, por eles chamados de *parques distritales*, os quais totalizam 5.134 parques de caráter público distribuídos pela cidade (IDRD, 2019). Bogotá utiliza a classificação: Parques de escala r*egional, metropolitana, zonal, vecinal* e de *bolsillo*. Os colombianos os definem como:

> [...] espaços verdes de uso coletivo que atuam como reguladores do equilíbrio ambiental, elementos representativos do patrimônio natural e garantem o espaço livre destinado à recreação, contemplação e ócio para todos os habitantes da cidade. Organizam-se hierarquicamente e em forma de rede para garantir a cobertura de toda a cidade, e envolvem funcionalmente os principais elementos da estrutura ecológica para melhorar as condições ambientais em todo o território urbano. (IDRD, 2018, tradução livre).

Nessa classificação estão presentes também os *escenarios* que são as trilhas, os ginásios, academias ao ar livre e piscinas públicas, por exemplo. No Brasil, as classificações poderiam também ser mais amplas de forma que abrangessem também as praças e os locais com corpos d'água como principal atrativo, ou ainda parques caninos.

Seguindo esse raciocínio de espaços de uso coletivo, uma segunda característica a se pensar nesse momento, para refletir a função de um parque urbano e o motivo de sua existência em um cenário de disputa como é a cidade atual, é ser este um espaço de uso público. Em um momento no qual se fala do "fim da cultura pública" (SENNETT, 2001), seria o parque urbano um local no qual essa cultura poderia ser recriada?

Recorre-se agora, primeiramente, a Arendt (2007) para quem a vida pública pode ser entendida como a possibilidade de ser vista e ouvida por todos (ARENDT, 2007), e a importância dessa realidade reside no fato de que, como defende a autora:

> Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna. (ARENDT, 2007, p.67).

Também se acredita nessa possibilidade, sobretudo ao se pensar em um contexto de pesquisa como os parques urbanos, os quais se inserem nessa complexidade que é a cidade contemporânea. Formada, como descreve Lefebvre (2001) por "[...] violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos [...] lutas de facções, de grupos, de classes [...]" (p.13) que não impedem, no entanto, como trabalha o mesmo autor, o apego à cidade e o sentimento de pertencer a ela.

Entretanto, sabe-se que recriar uma cultura pública na sociedade atual não é uma tarefa fácil e também não pode ser movida por um saudosismo ao se olhar para o passado como alerta Sennett (2001). Dessa forma, percebe-se que a tentativa de estimular o uso público em espaços como parques urbanos se depara com, pelo menos, dois grandes entraves: a sensação de medo e insegurança na cidade e o fim da cultura pública na sociedade moderna.

O primeiro deles como revela Bauman (2009) é a sensação de medo e insegurança na sociedade atual, consequência de uma busca pela segurança completa: "Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente. (BAUMAN, 2009, p. 02)", o que resulta numa constante desconfiança em relação ao outro, pois o pressuposto é de que ele é potencialmente alguém que fará o mal, um elemento inibidor de interações sociais.

Uma das consequências mais visíveis dessa desconfiança crônica em relação ao outro é, por um lado, a proliferação do que Caldeira (1997) convencionou chamar de os "enclaves fortificados":

> [...] espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, sobretudo em função do medo da violência, vêm atraindo as classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres. (p.155).

Do outro lado o abandono do espaço público, resultando em cidades atuais como o que descreve Gehl (2013): "[...] as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas. Espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes [...]" (GEHL, 2013, p.03). E isso ocorre independente da localização e grau de desenvolvimento como acrescenta o autor.

Um segundo entrave é mostrado por Sennett (2001) como "o fim da cultura pública" na sociedade moderna. O autor apresenta o que ele chama da "ideologia da intimidade" que se baseia na crença de que "[...] relacionamentos sociais de qualquer tipo são reais, críveis e autênticos, quanto mais próximos estiverem das preocupações interiores psicológicas de cada pessoa." (SENNETT, 2001, p.317).

Dessa crença resulta, conforme o mesmo autor, em relações de proximidade carregadas de expectativas de segurança e permanência. O que se torna também um inibidor de interações sociais em espaço público, pois pressupõe que "Forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornem-se criaturas a serem evitadas [...]" (SENNETT, 2001, p.325) por não propiciarem relações próximas, seguras e permanentes.

Isso é corroborado, por exemplo, quando Peters, Elands, Buijs (2010) estudam se as

interações sociais realizadas em parques urbanos holandeses podem contribuir para uma coesão social, um sentimento de pertença, na visão de holandeses e imigrantes. Os achados dessa pesquisa indicam, de um lado, que não há muitas interações entre desconhecidos e, de outro lado, que nos parques de bairro as pessoas se sentem mais em casa por que conhecem o local e a vizinhança.

Mas e então, seria ainda possível defender parques urbanos como locais de recriação de uma vida pública?

Acredita-se que sim, pois se utilizando ainda do mesmo estudo em parques urbanos da Holanda, outros achados da pesquisa também mostram que as pessoas percebem os parques como locais inclusivos, nos quais pessoas de diferentes etnias gastam seu tempo de lazer. Uma das atividades pelos quais os parques urbanos são procurados por elas é para encontrar pessoas. E ainda, que nos parques regionais, nos quais há a frequência de uma variedade de pessoas estranhas, os pesquisados se sentem bem vindos, porque o parque parece aberto e acessível (PETERS, ELANDS, BUIJS, 2010).

Dessa forma, ainda que haja fortes inibidores de interações sociais, como a sensação de insegurança, a existência real da violência e a "ideologia da intimidade" acredita-se que é em contato com o diferente, numa relação de respeito e, paradoxalmente, de confronto, que será possível a recriação de uma vida pública que ressignifique a própria existência individual na e pela convivência, que pode ser favorecida pelos usos do tempo livre em um parque urbano, e resultar em uma ação de transformação em sua realidade concreta.

Até aqui, foram trazidas características que demonstram os benefícios dos parques urbanos para a cidade, em uma perspectiva que valoriza a dimensão social e ambiental desses benefícios, há ainda os econômicos, como o fato de a implantação de um parque ocasionar o aumento real dos empreendimentos imobiliários de seu entorno (MORE, STEVENS e ALLEN, 1988), o que pode causar também um processo conhecido como gentrificação ou como colocado por Burgos (2017), segregação espacial, a expulsão de camadas mais populares para locais mais afastados do parque em vista desse aumento que impede que esses sujeitos mantenham-se no local que habitavam anteriormente.

Interessante perceber que os primeiros parques públicos no Brasil: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico, os três localizados no Rio de Janeiro já trazem essa ligação contraditória com os interesses da elite, uma vez que são frutos da "organização urbana" da cidade com a vinda da família real portuguesa para o país em 1808 (BOVO; AMORIM, 2013). Os parques públicos, equivalendo ao que se chama hoje de parques urbanos, eram vistos pela sociedade nesse período, no entanto, como "[...] algo

contemplativo, como um cenário completamente concebido, uma modernidade importada dos países europeus, alheia às necessidades sociais da massa urbana de então." (BOVO; AMORIM, 2013, p. 202). O que é, em certo sentido, corroborado por autores como Serpa (2004), para quem o parque público contemporâneo é um local de controle social da classe média predominantemente.

Dessa forma, o que se considerará como parque urbano, para efeitos de análise nessa investigação é uma área de uso coletivo que contribua com um ambiente urbano sustentável, não sendo necessária uma paisagem que a caracterize como área verde na cidade, mas que seja um bem de uso comum, espaço de efetivação de direitos, tal como está declarado no artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Portanto, um local para a construção de "identidades" (SERPA, 2004), e relação com outros seres vivos, não apenas humanos. Ramos, Freitas e Passarelli (2016) abordam a dimensão simbólica da vegetação em parques de Santo André/SP e constatam que:

> [...] o parque é um lugar da cidade, onde se desenvolve um sentimento de afeto pelo local. Em decorrência das experiências que são vivenciadas [...] o parque torna-se um lugar da cidade dotado de valor e significado [...]. (p. 61).

Acredita-se, para finalizar, que elementos relacionados à gestão desses espaços podem potencializar essas experiências corporais de lazer nos parques urbanos, tal como se discutirá no próximo capítulo.

3 GESTÃO DE USO PÚBLICO: PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CORPORAIS DE LAZER

Após situar o que se entenderá por parques urbanos nesse estudo, o intuito é refletir sobre a gestão pública, seus modelos, limitações, potencialidades e como aproximar essa discussão dos parques urbanos enquanto espaços de práticas corporais de lazer visando encontrar elementos que potencializem essa apropriação.

Primeiramente, recorrendo-se às reflexões da área da administração pública, Secchi (2009) apresenta que o modelo de organização do Estado mais tradicionalmente adotado na gestão pública é o burocrático weberiano (SECCHI, 2009), cujas principais características são: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Tais características permitem uma gestão pública consistente e eficiente, por um lado, e por outro, há também um excesso de rigidez e lentidão nos processos. Isso acontece a partir de uma divisão racional de tarefas, em uma hierarquia cujas competências têm sua base na meritocracia (SECCHI, 2009). Assim sendo, há profissionais que planejam e aqueles que executam o planejado, bem como o pressuposto de não haver parcerias ou envolvimento da população na criação e gerenciamento das políticas.

Ao se observar, então, os parques urbanos no Brasil e a sua gestão de uso público tem-se, como descreve Pacheco (2017), a maioria dos parques administrados "[...] por determinada secretaria municipal, estadual ou autarquia, invariavelmente ligadas à questão ambiental [...]" (p.166), ou seja, vinculados ao tradicional modelo de Estado Weberiano.

Dessa maneira, à forma de gestão de uso público dos parques brasileiros, ou modelo de gestão, como se chamará nesse estudo, se podem fazer as mesmas críticas sofridas pelo Estado Burocrático: a desconsideração do cenário externo e suas modificações, pois o modelo está muito mais focado na previsibilidade e na estabilidade do que, necessariamente, em adaptar-se às transformações no comportamento das pessoas que resultam em mudanças na forma de se gerir.

Isso acarreta, por sua vez, dois entraves à gestão dos parques urbanos: a escassez de recursos humanos e de recursos financeiros. Dadas, como complementa Pacheco (2017), às restrições orçamentárias e legislativas estatais no Brasil. O autor ainda enfatiza que esses entraves aparecem mesmo em cidades "modelo", como é o caso de Curitiba, ou em cidades como Belo Horizonte, cuja administração dos parques urbanos ocorre por meio de uma autarquia (PACHECO, 2017), tendo, portanto mais agilidade e autonomia nas tomadas de decisão, mas ainda assim, enfrenta-se o problema da escassez desses recursos.

Outro problema que se apresenta é o não envolvimento da população na criação e

gerenciamento das políticas. Pois como se tem visto em vários estudos a participação popular já no desenho do parque (PETER, ELANDS e BUIJS, 2010), depois no planejamento e gerenciamento (McCORMACK, ROCK, TOOHEY, HIGNELL, 2010) tem sido aclamada como uma das mais importantes estratégias a fim de que as pessoas se apropriem desses espaços para suas práticas corporais de lazer. Inclusive, a participação popular na gestão dos parques é apontada como um dos requisitos para se atingir a sustentabilidade das cidades (CHIESURA, 2004). Além disso, pensando a partir da gestão de lazer, ações criadas em conjunto com o público-alvo atendem mais efetivamente suas necessidades e, no caso de um parque urbano, fortalece seu uso.

Constatada a presença de características do modelo burocrático de organização nos modos de ação da gestão de uso público de parques urbanos no Brasil e os entraves que daí resultam, Secchi (2009) traz para a discussão modelos que, atualmente, tem se apresentado como alternativas na administração pública: o gerencialismo e a governança pública (SECCHI, 2009).

No primeiro modelo de ação, o gerencialismo, que agrega a administração pública gerencial e o governo empreendedor, explica o autor: a "[...] eficiência e o desempenho são valores que prevalecem." (SECCHI, 2009, p. 354). São modelos que aproximam a gestão pública da privada no que se refere ao seu foco em resultados, um "modelo pragmático de gestão" (SECCHI, 2009). Logo, a administração pública e o governo empreendedor são bastante propensos à conhecida parceria público-privada para a execução das políticas públicas.

Para Harvey (2006), na verdade, seria a parceria público-privada o elemento principal dessa nova forma de gestão e, critica o mesmo autor: em muitos casos o setor público assume os riscos nessa parceria e o setor privado fica com os benefícios (HARVEY, 2006.). Entretanto, Volpi e Pacheco (2016) ao analisarem a gestão e o uso público do Parque Verde do Mondego na cidade de Coimbra em Portugal, identificaram em conflito entre o parceiro privado e a administração pública o oposto: no caso o parceiro privado é quem fica com o ônus na parceria já em andamento:

> Em entrevista realizada com o proprietário [...] notou-se a insatisfação do agente privado com a administração pública. O senhor Antônio Silva diz sentir falta do apoio dos Postos de Turismo e da Câmara Municipal, que parecem deixar toda a responsabilidade da gestão do parque para as empresas privadas. (VOLPI; PACHECO, 2016, p.265).

Sendo assim, se poderia considerar a parceria público-privada, por exemplo, a concessão de serviços e de gestão de uso à iniciativa privada, um elemento que contribui ou

um entrave ao uso público nos parques urbanos?

Depende da forma como essa concessão seja encaminhada pelos atores participantes. É preciso ter alguns critérios bem estabelecidos ao optar por este tipo de arranjo.

Rodrigues e Godoy (2013) consideram que a parceria público-privada por meio da concessão de serviços impulsiona a apropriação mercadológica de um bem público acarretando sua valorização econômica. Contudo, complementam as mesmas autoras, essa parceria se estabelece na tensão entre a fruição do bem enquanto público e a sua exploração pela iniciativa privada. Portanto, para que o bem não perca sua função de público, a parceria exige que as atribuições dos participantes e as características da concessão estejam claras e condizentes.

Mais ainda, como argumentam Rodrigues e Godoy (2013), para que a concessão seja eficiente: "[...] o órgão responsável pela área [...] terá que monitorar os serviços prestados, considerando os critérios ambientais (mínimo impacto), econômicos (tarifas justas e equilíbrio econômico-financeiro) e sociais (inserção de atores locais e satisfação do visitante)". (p. 85).

O que quer dizer que, longe de ser a terceirização de um serviço de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, a concessão de serviços acarreta a inserção de novas atribuições, competências e habilidades no rol do gestor público que opte em lidar com essa realidade eficientemente. Conquanto, vista como oportunidade, o próprio modelo tem a potencialidade de se tornar uma prática efetiva no que se refere a como formar alianças e ligações pelo espaço (HARVEY, 2006), desde que encaminhada de forma colaborativa e transparente.

O segundo modelo alternativo de ação é o de governança pública que seria como conceitua Secchi (2009) um "[...] modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas." (p. 358) cuja novidade, continua o autor, é exatamente essa abordagem relacional que resgata as "[...] redes/comunidades/sociedades como estruturas de construção de políticas públicas [...]" (SECCHI, 2009, p.359).

Dessa forma, o que se tem é uma relação Estado, empresas e sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais, e as políticas públicas daí resultantes, com estruturas mistas ou híbridas em um *mix* de governança, que pode conter a hierarquia do Estado, a concorrência do Mercado e os atributos da comunicação e confiança advindos da sociedade civil (KISSLER; HEIDEMANN, 2006) em arranjos diversificados. Portanto, o elemento mais característico deste modelo de ação é essa colaboração tripartite (Estado, Mercado, Sociedade Civil) na elaboração e gestão das políticas públicas.

Como resultado, complementam Kissler e Heidemann (2006) há transformações no papel do Estado:

> [...] de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros setores. (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p.483).

Com efeito, neste modelo como no de governo empreendedor há a necessidade de mudanças na forma de "ser e fazer" a gestão pública com a finalidade de adaptar-se, neste caso, ao processo de colaboração. Tudo isso para que o modelo de governança pública seja eficiente. Inclusive, Kissler e Heidemann (2006) são enfáticos ao conceber:

> O êxito da governança pública depende da habilidade estratégica dos atores participantes e da resposta à pergunta: até que ponto pode-se garantir, em relação a uma perspectiva de longo prazo, um estado de cooperação entre atores racionais? [...] (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p.494).

Em suma, entende-se que o modelo de gestão de uso público comumente adotado, conectado predominantemente ao Estado, tem acarretado a escassez de recursos humanos e financeiros, o que dificulta a implantação de programas e projetos voltados ao lazer nos parques urbanos brasileiros. Dessa maneira, percebe-se que a concessão de serviços (característica do governo empreendedor) vem sendo adotada como solução para responder, principalmente, à escassez de recursos financeiros. Já a colaboração na gestão das políticas (governança pública) como elemento que responde à participação popular na gestão de uso público. Sobretudo que, independente da solução adotada, a escolha demanda transformações: a construção de novos saberes, a aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades por parte de todos os envolvidos, principalmente do gestor público que, entende-se ser o articulador nesses processos.

Por conseguinte, percebe-se que, além da iniciativa privada, sociedade civil e setor público, é preciso que faça parte de um trabalho colaborativo em torno de qualificar os parques urbanos públicos para o lazer as instituições de ensino (universidades, faculdades, escolas técnicas), no sentido de ofertar cursos e formações condizentes com esse novo perfil profissional.

Nesse sentido, torna-se importante, acrescentar na discussão, o modelo de intervenção comunitária "*construyendo mi parque*" (DIEZ, 2018), metodologia participativa desenvolvida e utilizada pela *Associación Nacional de Parques y Recreación de México* (ANPR/MX)[1].

[1] Organização mexicana articuladora cuja missão é promover a criação, revitalização e o apoio aos parques urbanos e recreação no país para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos por meio dos espaços

Uma vez que o modelo consegue realizar a colaboração entre a sociedade civil, a iniciativa privada, o setor público e as instituições de ensino, como se propõe anteriormente. Ademais, o trabalho desenvolvido tem tido resultados muito interessantes nesse país no sentido de requalificar as cidades a partir dos parques urbanos públicos.

Essa metodologia se caracteriza, de acordo com Diez (2018), pela construção e administração dos parques urbanos com efetiva participação cidadã e em parceria com o setor público, o privado e as universidades, tendo como princípio os benefícios comuns gerados pelos espaços públicos, em especial, o parque urbano público. Então, desde o desenho do parque, que acontece de forma participativa, até a sua implantação e gestão, os cidadãos do entorno são os protagonistas na tomada de decisões.

Nesse sentido, cada parceiro tem seu papel bem delimitado na metodologia. O setor público é responsável por:

> [...] fomentar a visão sobre os parques urbanos como agentes de transformação do tecido urbano, propiciando políticas públicas e a geração de uma agenda do espaço público; apoiar organizações, inclusive o terceiro setor; envolver a comunidade relacionada ao parque em seu desenho, construção e administração lado a lado com as autoridades. (DIEZ, 2018, p. 20-21, livre tradução).

O Setor privado tem como atribuições: optar por investir dentro dos espaços públicos para convertê-los em um campo fértil de empreendedores em diversos campos de ação; desenvolver modelos de negócios viáveis e aplicações aos parques para gerar emprego e bem estar; doar e patrocinar parques urbanos por meio do voluntariado empresarial e responsabilidade social para gerar relações sensíveis e duradouras com os consumidores. (DIEZ, 2018).

Enquanto o Terceiro Setor deve:

> Trabalhar em agrupar os vizinhos e empresários dos bairros e cidades para coadjuvar na administração dos parques com as autoridades municipais, estaduais e federais; promover o voluntariado, a participação cidadã e o cuidado do meio ambiente com o desenvolvimento de áreas verdes, equipamento urbano e programas de conteúdos que garantam a vida e a permanência dos parques urbanos (DIEZ, 2018, p. 21, livre tradução).

Já as universidades precisam "conceber as carreiras nas quais egressem profissionais e empreendedores preparados para trabalhar e estabelecer negócios relacionados aos parques urbanos e espaços públicos." (DIEZ, 2018, p. 21, livre tradução).

Dentre os vários parques revitalizados ou implantados de acordo com essa metodologia, Diez (2018) destaca: o *Flor de Mayo*, no município de Kanasín em Yucatán,

públicos (ANPR, 2019). Disponível em< https://anpr.org.mx/que-hacemos/ > acesso em 28 fev. 2019. Livre tradução.

parque de bairro construído graças à mobilização dos seus vizinhos e o *Paseo Verde*, na cidade de Mérida também em Yucatán, um parque linear com largura média de 120 metros, o qual acompanha uma linha de alta tensão.

O grande diferencial dessa metodologia é trabalhar efetivamente com o empoderamento comunitário por meio dos parques urbanos públicos, em princípio como exercício de direito ao lazer e ao ambiente urbano sustentável. Em seguida, a revalorização do espaço público traz à tona a mobilização de negócios, possibilidades de construção coletiva e soluções diversificadas para problemas sociais. Ou seja, o espaço público revalorizado como indutor para toda espécie de transformações urbanas com objetivo do bem coletivo.

No Brasil, é possível verificar já algumas iniciativas, sobretudo no que se refere ao setor público como articulador em mudanças para uma gestão mais participativa. Ou ainda iniciativas que visem à captação de recursos financeiros como solução principal para uma gestão de uso público de sucesso.

Em relação à gestão participativa, percebe-se ainda a predominância de iniciativas em parques que também são Unidades de Conservação (UC), uma vez que a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das UC é uma das diretrizes estabelecidas no SNUC, por meio de um conselho consultivo e o plano de manejo (COHEN; SILVA, 2009).

No entanto, propõe-se, em concordância com Pacheco e Raimundo (2014) que o parque urbano que não for Unidade de Conservação também tenha, ao menos, um Programa de Uso Público (PUP) que o regule. Além disso, que o documento seja elaborado a partir da realidade cultural e territorial dos usuários e características ambientais do parque (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Das iniciativas de gestão participativa, Cardoso, Vasconcellos Sobrinho e Vasconcelos (2015) analisam a implantação do Parque Ecológico Gunnar Vingren no município de Belém/PA, na qual, a presença de movimentos sociais em defesa de áreas verdes, a questão do ordenamento do território do parque e os modelos de gestão urbana foram elementos que influenciaram positivamente a criação do parque já de forma participativa.

No Rio de Janeiro, Cohen e Silva (2009) ao analisarem a implantação de conselhos consultivos em Unidades de Conservação do tipo Parques, constatam que a metodologia participativa (grupos focais) no Parque Nacional da Tijuca (PARNA da Tijuca) foi o principal elemento para garantir o processo de participação efetiva, pois a metodologia utilizada tornou o processo “[...] não apenas democrático, mas acima de tudo, includente e motivante para os agentes sociais que dele participaram, eliminando as barreiras à cooperação [...]” (COHEN;

SILVA, 2009, p.90). Em acréscimo, chamam a atenção para as: “habilidades de comunicação, condução de reuniões e negociação devem ser passadas a todos os gestores.” (COHEN; SILVA, 2009, p.91), para que, então, a metodologia participativa na implantação do conselho seja eficaz.

No que se refere à captação de recursos financeiros como solução para a gestão dos parques urbanos públicos, tem-se no Instituto Semeia um importante representante. O Semeia é uma organização sem fins lucrativos, que visa articular setor público e privado para o desenvolvimento de modelos de gestão inovadores em parques urbanos (SEMEIAa, 2019). Em uma de suas publicações, em parceria com o Centro de Pesquisa em Direito e Economia da FGV Direito Rio, o instituto apresentou estudos de caso de gestão de parques do sudeste brasileiro nos quais há parcerias sem fins lucrativos.

Primeiramente, apresentam no Parque Burle Marx/SP, o convênio com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual custeia 75% do orçamento do espaço por meio da cobrança de estacionamento adjacente ao parque (SEMEIAb, 2019). Os próximos casos apresentados também são de São Paulo: o Parque Mário Pimenta Camargo (Parque do Povo) e o Parque Lina e Paulo Raia. No primeiro tem-se uma cooperação entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo (SVMA-SP) e a Associação Parque do Povo, a qual custeia a maior parte das despesas do parque por meio de doações de três grupos empresariais situados em seu entorno. No segundo caso, o parque do povo, que resulta de contrapartida da iniciativa privada a título de compensação urbanística, tem sua gestão feita pela SVMA-SP, mas as despesas de manutenção custeadas pelo Banco privado por meio de termo de cooperação (SEMEIAb, 2019). O quarto e último caso apresentado é o do Parque Moinhos de Vento em Porto Alegre, o qual é gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre (SPAM-POA) em parceria com a iniciativa privada, mas dessa vez por meio da “adoção de espaços públicos”. A estratégia se caracteriza pelo investimento financeiro de empresas no parque. Como contrapartida, as empresas podem fazer sua publicidade no espaço, por meio de placas e/ou eventos (SEMEIAb, 2019).

Nesta publicação, fica evidente que o Instituto Semeia privilegiou casos que abordassem principalmente soluções quanto à captação de recursos financeiros, o que pode impactar na questão dos recursos humanos, e que sem dúvida são temas importantes. Entretanto, é preciso também considerar a participação popular nesses modelos de gestão, por dois motivos também importantes: minimizar efeitos como a gentrificação em torno dos parques urbanos e garantir o seu efetivo uso público.

Dessa forma, percebe-se em todas as iniciativas e modelos apresentados até aqui a impossibilidade de optar por qual seria o ideal, mas concorda-se com Pacheco (2017), no sentido de que, independente da estratégia adotada, é necessário que haja clareza, transparência, controle social e participação popular.

Ao partir desses pressupostos, é possível adotar a concessão de serviços, parcerias ou a colaboração tripartite como possibilidades para gerar uma gestão mais participativa no parque. De maneira que a criação do equipamento já leve em consideração as reivindicações de movimentos sociais – como ocorreu, por exemplo, com o Parque Augusta em São Paulo, ainda que isso não aconteça de forma harmoniosa. A história deste espaço de mais de 20 anos de luta, como reconta Oliveira (2019), é perpassada por encontros e desencontros sempre regados pela perseverança e força do Movimento Parque Augusta que se mobilizam junto ao poder público e frente à iniciativa privada para conseguir fazer um parque de acordo com a identidade local.

Além disso, é possível também haver a implantação de conselhos gestores, utilizando-se de metodologias que propiciem uma participação efetiva, como no caso do PARNA da Tijuca. Sobretudo que o gestor público que atuará como articulador desses processos seja sensibilizado e formado para tal. Para isso, que sejam também envolvidas as Universidades e Instituições de ensino, como ocorre na metodologia mexicana de intervenção comunitária "*construyendo mi parque*", a fim de produzir conhecimento e formar recursos humanos preparados para pensar o parque urbano público como indutor de transformações urbanas.

Além desses aspectos é importante acrescentar, constatada a transversalidade das práticas corporais, lazer e do parque urbano como espaço: a temática da intersetorialidade das políticas públicas. Pois, a intersetorialidade, como concebem Feuerwerker e Costa (2000), é uma possibilidade de superar a fragmentação de conhecimentos e estruturas sociais por meio da articulação entre sujeitos de setores sociais diversos produzindo, assim, efeitos mais significativos dessas políticas para a população. Isto se torna um elemento fundamental no sentido de potencializar a apropriação dos parques urbanos públicos como locais de práticas corporais de lazer, o foco deste estudo, mas certamente contribui para a efetividade de outras formas de uso público.

4 CONTEXTO DA PESQUISA: MAUÁ, SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA) E SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE (SCJ)

As informações que compõem esse capítulo advêm de levantamento documental (leis, decretos, Plano Diretor, Planos Plurianuais, Lei Orçamentária) e bibliográfico que permitiram caracterizar o contexto no qual se desenvolve o estudo: a cidade de Mauá, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a Secretaria de Cultura e Juventude - gestora do Parque da Juventude, localizado dentro do Paço Municipal da cidade.

O presente estudo se desenvolve em Mauá cidade do ABC Paulista, cujas principais marcas são a indústria automobilística e a metalurgia (MEDEIROS, 2010). Nesse contexto, a cidade apresenta a quarta maior população entre as sete cidades do ABC e a terceira maior densidade demográfica, em torno de mais de 7.000 habitantes/km² (SEADE, 2016), contando com cerca de 443.910 habitantes, nos seus 61,91 km², e sendo 100% urbanizada segundo dados do mesmo órgão. Ao adentrar para os bairros da cidade, o mais populoso é o Jardim Zaira com mais de 77.900 pessoas em 2010, sendo o mais densamente povoado o Parque das Américas com mais de 17.000 hab./km² e o bairro que mais apresenta responsáveis por domicílios sem rendimentos é o de Sertãozinho (PUNTSCHART, 2012) paradoxalmente, um bairro industrial mauaense.

Etimologicamente Mauá, é uma palavra de origem tupi que significa "terra erguida entre baixas alagadiças", que no contexto, pode ser entendida como "cidade elevada" (PUNTSCHART, 2012). O local recebe este nome em homenagem ao Barão de Mauá, mais tarde, Visconde de Mauá: Irineu Evangelista de Souza. De acordo com Puntschart (2012), Irineu "[...] desenvolveu um conjunto de empreendimentos de envergadura, como: a modernização da Ponte de Areia, importante empresa de fundição e estaleiros, além da inauguração da estrada de ferro no Brasil." (p.19). Então, continua o mesmo autor, a estação ferroviária do recém-criado distrito em 1926, recebe o nome de Mauá, assim como seu entorno.

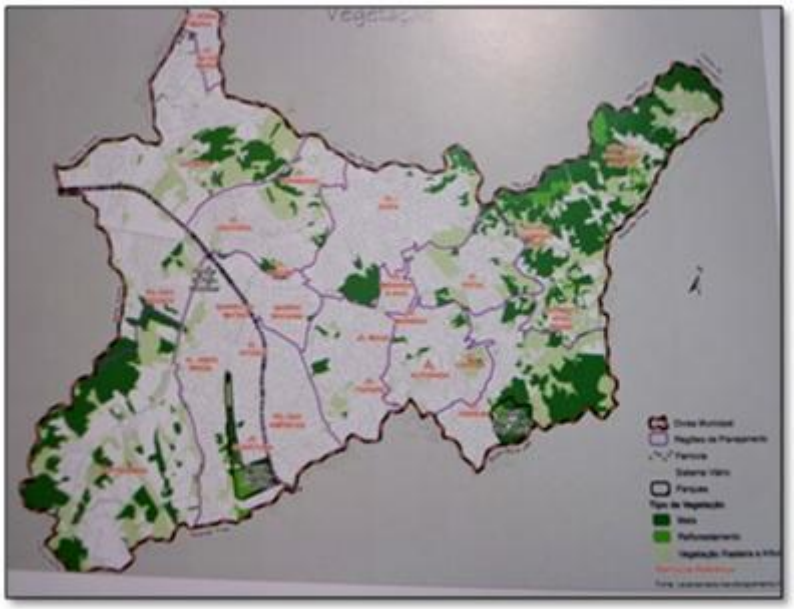
Com o nome do maior industrial do império (PUNTSCHART, 2004), Mauá continua carregando essa herança, ao ser uma cidade industrial, como se vê na Lei de uso e ocupação do solo (MAUÁ, 2014a), com maior parte de seu território vocacionada para Usos Diversificados, as ZUD's, como verificado em seu plano diretor (MAUÁ, 2007a), áreas que

> […] destinam-se à localização de estabelecimentos, comerciais e industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano em que se situem e que com eles se compatibilizem, independente do uso de métodos especiais de controle de poluição, não ocasionando, em nenhum caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações vizinhas. (MAUÁ, 2007a)

Como ocorre com os bairros: Sônia Maria, partes do Jardim Oratório e Parque das Américas, (MAUÁ, 2007a), por exemplo.

Entretanto, apresenta ainda áreas verdes em pequenas porções de seu território.

Figura 5- Mapa da Vegetação no território de Mauá



Fonte: retirado de Puntschart (2012, p.12).

As áreas verdes observadas na Figura 5 são fragmentos de Mata, reflorestamento, vegetação rasteira e arbustiva. Como apontado por Puntschart (2012), as áreas mais bem preservadas de Mata Atlântica são as áreas de mananciais, nas quais se encontra um trecho do Parque Gruta de Santa Luzia, um dos analisados neste estudo.

Além da importância ambiental, há que se considerar a relevância desses parques para a garantia do direito ao lazer em contato com a natureza, uma vez que a cobertura vegetal da cidade hoje "[...] abrange pequenas praças, três parques, algumas áreas públicas ou particulares cobertas por vegetação, pela arborização urbana e pela APRM[2]" (PUNTSCHART, 2012, p. 12)

Em consulta ao Plano Diretor da cidade de Mauá – Lei Municipal nº4. 153 de 26 de março de 2007, sancionada pelo então prefeito Leonel Damo, que estabelece a política urbana do município, percebe-se que as áreas mais relevantes dessa vegetação estão situadas dentro das AEIA – Áreas Especiais de Interesse Ambiental - "[...] áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e à recuperação da paisagem e do meio ambiente [...]" (MAUÁ, 2007a). As AEIA apresentam hoje a seguinte tipologia:

I – AEIA 1: áreas verdes públicas, parques e unidades de conservação, cujas funções

[2] Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais correspondente a 12 Km² do município abrangendo a sub-bacia do Ribeirão Guaió na divisa com Ribeirão Pires, deságua no Tietê, próximo aos limites dos municípios de Suzano, Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba (PUNTSCHART, 2012).

> são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população; (MAUÁ, 2007a)

Essas áreas se referem especificamente, aos perímetros de dois dos parques estudados: o Parque do Guapituba e o da Gruta Santa Luzia, que também são unidades de conservação municipais (MAUÁ, 2014a), não havendo mais áreas deste tipo na cidade.

> II – AEIA 2: áreas onde se situam as nascentes e cabeceiras dos córregos, como objetivo de proteger as características ambientais;
> III – AEIA 3: áreas públicas ou privadas em situação de degradação ambiental, com o fim de ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental;
> IV – AEIA 4: áreas privadas com vegetação significativa e preservada, com o objetivo de propiciar o equilíbrio ambiental. (MAUÁ, 2007a)

Destaca-se que o Paço Municipal também estudado aqui, está situado em AEIA 3 (MAUÁ, 2014a), ou seja, não é uma unidade de conservação e encontra-se em perímetro de forte pressão de uso, como os bairros: Parque São Vicente, Jardim Miranda D'Aviz e o Vila Magine I e II (MAUÁ, 2014a). Essas áreas se destinam como prevê o plano, preferencialmente ao lazer da população em contato com a natureza, sendo, portanto potenciais áreas verdes na cidade. No entanto, observam-se poucas áreas públicas com essa finalidade na área. Podem ser citadas: o Parque da Juventude dentro do Paço e a Praça na entrada da Vila Magine. Com relação ao Plano Diretor, percebe-se também a necessidade de uma atualização, pois o documento já tem mais de 10 anos de elaboração.

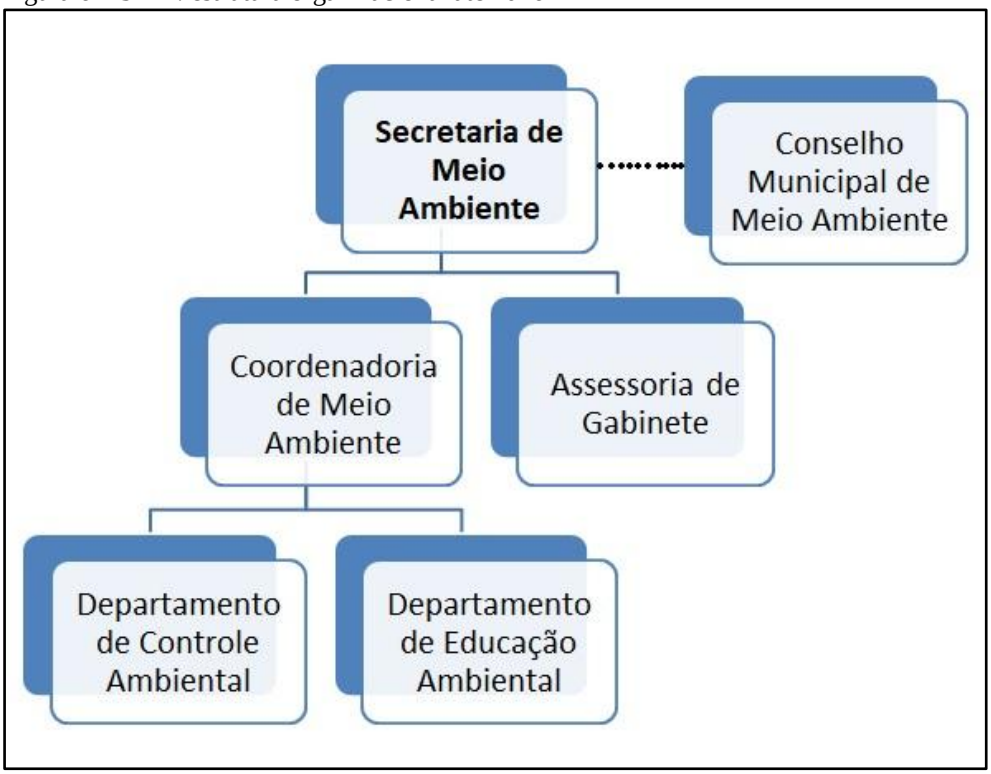
Essas áreas verdes, dentro das quais se enquadram também os parques urbanos de Mauá, são gerenciadas pelo Poder Público Municipal em sua administração direta, predominantemente por meio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) que gere os Parques Municipais, considerados Unidades de Conservação, no caso a Gruta e o Guapituba. Já o Parque da Juventude, localizado dentro do Paço, é gerido pela Secretaria da Cultura e Juventude, a qual se descreverá brevemente mais adiante.

Com o foco na então Secretaria do Meio Ambiente (SMA), tem-se dentre suas principais atribuições até 2016:

> […] proteção do sistema natural e [...] controle da qualidade ambiental no município. Buscar a ampliação e gestão de áreas verdes urbanas, assim como a preservação das áreas de proteção permanente e de proteção de mananciais.
> Promover políticas de proteção ao meio e controle das atividades impactantes. Desenvolver ações de incentivo à coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos. (MAUÁ, 2016)

No que se referia à sua estrutura organizacional (figura 6), a SMA apresentava o seguinte formato:

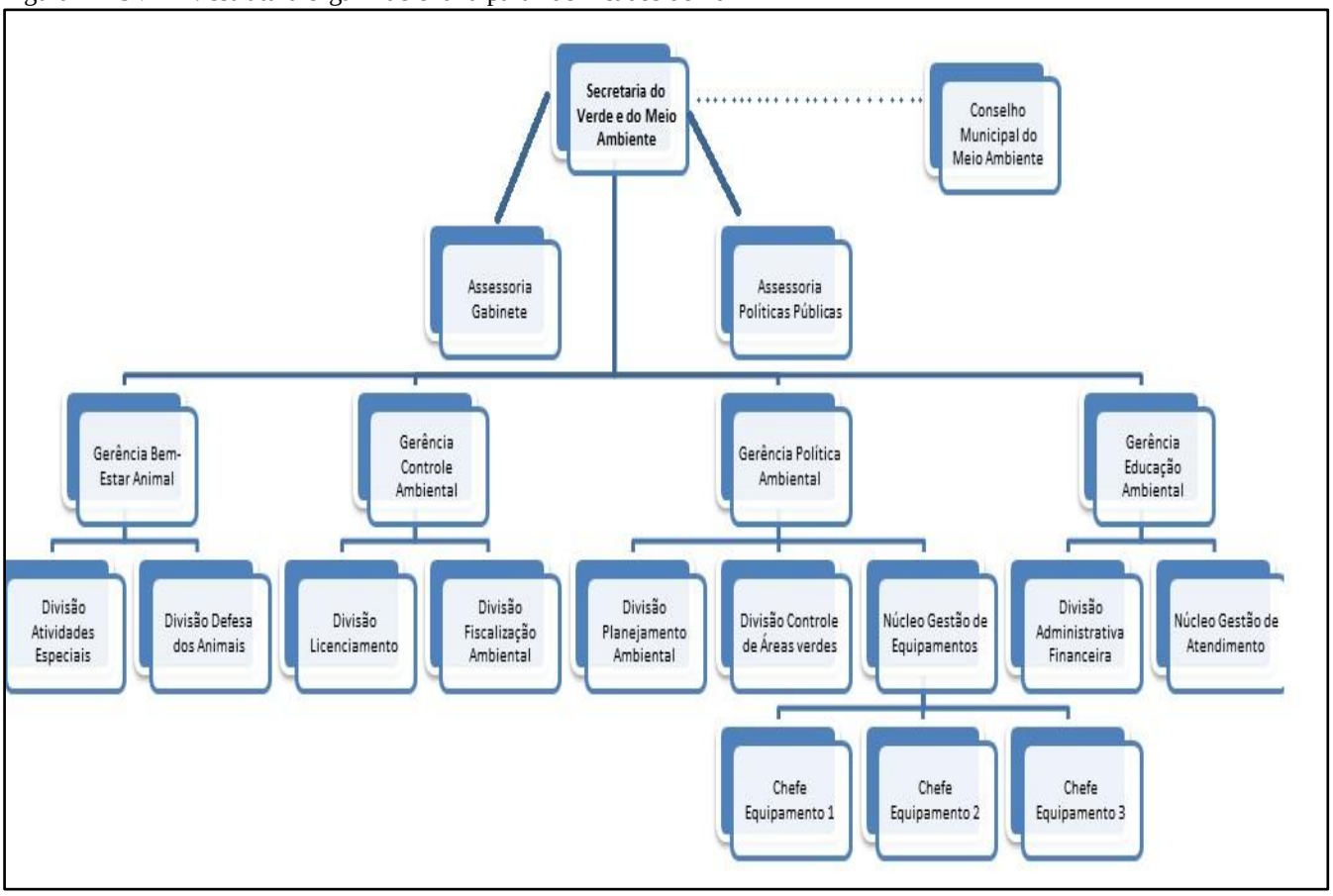
Figura 6 – SMA: estrutura organizacional até 2016



Fonte: elaborado pela autora (2016) baseada em Mauá (2009,1994).

Já em 2017, com a nova gestão do prefeito Átila Jacomussi, a SMA sofre várias alterações com a promulgação da Lei nº 5.210 de 18 de Abril do mesmo ano que organiza a nova estrutura administrativa da Prefeitura do município de Mauá, criando a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Cuja estrutura organizacional (figura 7) sofre também transformações.

Figura 7 – SVMA: estrutura organizacional a partir de meados de 2017



Fonte: elaborado pela autora (2018) baseada em Mauá (2017a, 1994).

Primeiramente, dentre as habituais atribuições da secretaria destacam-se novas como: "I – elaborar e implantar as políticas de [...] defesa dos direitos dos animais" (MAUÁ, 2017a), além de assumir mais claramente a competência da pasta em relação aos parques da cidade: "VI – implantar e administrar os parques municipais;" (MAUÁ, 2017a).

É importante destacar que o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que aparece na estrutura administrativa da secretaria, é um canal de participação da sociedade civil na gestão da secretaria criado em 1994 pela lei municipal nº 2.554 de 10 de maio, pelo então prefeito José Carlos Grecco, como "[...] órgão deliberativo e de assessoramento do Município de Mauá, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental" (MAUÁ, 1994), na época contando com 12 membros, ainda que desses apenas quatro representantes fossem da sociedade civil.

Já em 2012, a lei municipal nº 4.751 de 22 de março, promulgada pelo então prefeito Oswaldo Dias, alterou a lei de 1994 aumentando para 13 membros na composição do conselho, sendo destes, seis representantes da Sociedade Civil (um de instituição de ensino superior, um de associação de classe, um de entidade empresarial, um de entidade do setor

sindical e dois de associações ou entidades ambientalistas) e estabelece, mais claramente, a atuação do Conselho trazendo no que deve propor, deliberar e colaborar. Um exemplo das competências do Conselho é propor: “c) programas de educação ambiental, acompanhando-os em sua realização” (MAUÁ, 2012a), ação bastante relacionada com os Parques Urbanos, uma vez que as ações de educação ambiental acontecem neles, ainda que não se verificou nos documentos a presença de associações ou conselhos gestores nos Parques.

Com relação ao orçamento da pasta, houve a consulta ao Plano Plurianual 2014-2017 (PPA 2014-2017), lei municipal nº 4.886 de 15 de outubro de 2013, promulgada pelo então prefeito Donisete Braga; como também ao Plano Plurianual de 2018-2021 (PPA 2018-2021), lei municipal nº 5.266 de 10 de outubro de 2017, promulgada pelo atual prefeito Átila Jacomussi, os quais estabelecem para os períodos mencionados:

> [...] os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas da Administração Pública Municipal direta e indireta para despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada [...] (MAUÁ, 2013).

Em seus anexos, os planos trazem estimativas de receitas, metas e prioridades, objetivos dos programas e detalhamento das despesas, para um exercício de quatro anos.

Para o PPA 2014-2017 a Prefeitura Municipal de Mauá teve uma estimativa de receitas que totalizou R$ 4.118.574.126,00, dos quais especificamente para a então SMA foi destinado o orçamento a seguir exposto na tabela 1:

Tabela 1 – Orçamento destinado para a SMA no PPA 2014-2017

Órgão 19 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SMA

Unidade 19 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SMA

Ação	Descrição	Unidade	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2190	Apoio Administrativo da Secretaria de Meio Ambiente	Porcentagem	9.341.000,00	0,00	9.341.000,00
2191	Apoio Administrativo da Secretaria de Meio Ambiente	Porcentagem	1.145.000,00	0,00	1.145.000,00
2192	Qualificação Permanente de Servidores	Porcentagem	145.000,00	0,00	145.000,00
1190	Plano de Coleta Seletiva	Unidade	736.000,00	0,00	736.000,00
2193	Agenda Ambiental	Unidade	96.000,00	0,00	96.000,00
2194	Ações continuadas de Educação Ambiental	Unidade	188.000,00	72.000,00	260.000,00
2195	Fiscalização Ambiental	Porcentagem	30.000,00	135.000,00	165.000,00
2196	Planejamento Ambiental	Unidade	152.000,00	97.000,00	249.000,00
2197	Licenciamento Ambiental	Unidade	260.000,00	65.000,00	325.000,00
1191	Restauração do Parque da Guapituba	Unidade	0,00	1.000,00	1.000,00
1192	Revitalização do Parque da Gruta	Unidade	305.000,00	3.455.000,00	3.760.000,00
1193	Ampliação do perímetro da Gruta	m²	4.000,00	3.877.000,00	3.881.000,00
			12.402.000,00	**7.702.000,00**	**20.104.000,00**
TOTAL ÓRGÃO			**12.402.000,00**	**7.702.000,00**	**20.104.000,00**

Fonte: Dados retirados de Mauá (2013).

Observa-se na tabela 1 que parte da verba total para manutenção da pasta advém do "valor de terceiros", ou seja, aqueles que não diretamente saem do orçamento da prefeitura, tais como recursos de compensação ambiental por exemplo.

Já para o PPA 2018-2021 a Prefeitura Municipal de Mauá teve uma estimativa de receita que totalizou R$ 4.778.193.000,00, dos quais para a SVMA foi destinado o seguinte orçamento:

Tabela 2 – Orçamento destinado para a SVMA no PPA 2018-2021

Órgão 19 SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA
Unidade 19 SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA

Ação	Descrição	Unidade	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2026	Locação de Imoveis	Unidade (Un)	719.000,00	0,00	719.000,00
2190	Apoio Administrativo da Secretaria de Meio Ambiente	Porcentagem	9.481.000,00	0,00	9.481.000,00
2191	Custeio Administrativo da Secretaria de Meio Ambiente	Porcentagem	410.000,00	0,00	410.000,00
2192	Qualificação Permanente de Servidores	Porcentagem	90.000,00	0,00	90.000,00
2199	Ações do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal	Porcentagem	1.810.000,00	80.000,00	1.890.000,00
1190	Plano de Coleta Seletiva	Porcetagem	1.000,00	90.000,00	91.000,00
2194	Ações continuadas de Educação Ambiental	Porcentagem	200.000,00	0,00	200.000,00
2198	Ações do Fundo Municipal de Meio Ambiente	Porcentagem	0,00	1.010.000,00	1.010.000,00
2441	Açoes de Controle Ambiental	Unidade (Un)	102.000,00	0,00	102.000,00
2442	Açoes de Politica Ambiental	Unidade (Un)	125.000,00	0,00	125.000,00
2196	Planejamento Ambiental	Porcentagem	30.000,00	0,00	30.000,00
1192	Revitalização do Parque da Gruta	Unidade	8.000,00	985.000,00	993.000,00
1193	Revitalização dos parques	Unidade (Un)	400.000,00	8.000,00	408.000,00
			13.376.000,00	**2.173.000,00**	**15.549.000,00**
TOTAL ÓRGÃO			**13.376.000,00**	**2.173.000,00**	**15.549.000,00**

Fonte: Dados retirados de Mauá (2017b).

Na tabela 2 percebe-se que a SVMA no PPA 2018-2021 passa a ter novas ações vinculadas ao seu orçamento: “Ações do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal”, “Locação de Imóveis”, “Ações do Fundo Municipal de Meio Ambiente”. Comparativamente à tabela 1 observa-se que há uma evolução no “valor próprio total do órgão”: de R$ 12.402.000,00 no PPA 2014-2017 para R$ 13.376.000,00 no PPA 2018-2021.

Entretanto, o “valor total da Secretaria” decresce do PPA 2014-2017 para o PPA 2018-2021, uma vez que a estimativa do “Valor de terceiros” é menor de um para outro: de R$ 7.702.000,00 no PPA 2014-2017 para R$ 2.173.000,00 no PPA 2018-2021.

Com essa estimativa de despesas a então SMA estabelece no PPA 2014-2017, quatro programas prioritários para a execução que se mantém também no PPA 2018-2021 pela SVMA:

a) **Programa Gestão e Qualidade** cujo objetivo é “garantir o bom funcionamento da unidade e seus respectivos departamentos” (MAUÁ, 2013) com as ações de pagamento de pessoal, manutenção básica da secretaria e qualificação de servidores, o qual já compromete 53% do orçamento da Secretaria (R$ 10.631.000,00) no PPA 2014-2017. Enquanto no PPA 2018-2021 são incluídas além das já citadas ações, o plano de coleta seletiva, locação de imóveis e ações do fundo municipal de bem-estar animal (MAUÁ, 2017b) o que compromete 82% do orçamento (R$ 12.681.000,00);

b) **Programa Educação Ambiental** cujo objetivo é "desenvolver projetos com comunidades, indústrias e escolas, utilizando os **Parques** e demais ecossistemas interessantes para os projetos ambientais" (MAUÁ, 2013, *grifo nosso*) totaliza R$ 1.092.000,00 (5% do orçamento) nas ações: plano de coleta seletiva, eventos da agenda ambiental e ações continuadas de Educação Ambiental. O que se mantém no PPA 2018-2021 são as ações continuadas de educação ambiental, mas passa também a agregar: ações do fundo municipal de meio ambiente, de controle e política ambiental totalizando R$ 1.437.000,00 cerca de 9% dos recursos atuais (MAUÁ, 2017b);

c) **Programa Mauá Mais Verde**, cujo objetivo é "revitalizar e ampliar as áreas verdes municipais, incluindo as nascentes do Tamanduateí", totaliza R$ 7.642.000,00 (38% do orçamento da SMA) nas ações de Revitalização do Parque do Guapituba (R$1.000,00) que ocorreu em 2014, conforme o plano, para "restaurar as edificações do Parque Guapituba para garantir a segurança e a possibilidade de uso adequado para as casas" (MAUÁ, 2013); Revitalização do Parque da Gruta (R$ 3.760.000,00) cuja finalidade foi: "readequar os espaços e construir novas instalações, incluindo Centro de Visitantes, Herbários, Laboratório, Biblioteca, Centro de Acolhimento e Recuperação de Fauna, entre outras" (MAUÁ, 2013) e Ampliação do perímetro da Gruta (R$ 3.881.000,00), cuja finalidade foi "ampliar a área de preservação existente no perímetro do Parque da Gruta"(MAUÁ, 2013). Já no PPA 2018-2021, a verba destinada para este programa é de R$ 1.401.000,00 (9%) com a finalidade de readequar espaços do Parque da Gruta destinando R$ 993.000,00 para essa ação e mais R$ 408.000,00 para que essa readequação dos espaços também se estenda para o Parque do Guapituba (MAUÁ, 2017b);

d) **Programa Gestão e Controle Ambiental**, cujo objetivo é "realizar a gestão estratégica das áreas ambientalmente sensíveis através de análise técnica de estudos ambientais" (MAUÁ, 2013) totaliza R$ 739.000,00 (4% do orçamento da Secretaria) nas ações de fiscalização, planejamento e licenciamento ambiental, o que no PPA 2018-2021 passa a se restringir ao planejamento ambiental por meio de estudos e análises técnicas com recursos de R$ 30.000,00 menos de 1% do orçamento (MAUÁ, 2017b).

Ao se procurar, então, dentro das "Metas e Prioridades" despesas diretamente ligadas os parques urbanos[3], foi possível encontrar no PPA 2014-2017:

[3] Consideraram-se despesas diretas aquelas nas quais os nomes dos parques eram citados na descrição.

Tabela 3 – Despesas diretas com os parques da SMA no PPA 2014-2017

Anexo de Metas e Prioridades Versão nº 16

Órgão : 01 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
Unidade : 19 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SMA
Função : 18 GESTAO AMBIENTAL
Subfunção : 544 RECURSOS HIDRICOS
Programa : 0191 Mauá mais verde

Objetivo Programa : Revitalizar e ampliar as áreas verdes municipais, incluindo as nascentes do Tamanduateí

Ação	Descrição Ação	Finalidade	Total/VP/VT		Metas	Unidade	Qtdade	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Exercício
1191	Restauração do Parque da Guapituba	Restaurar as edificações do Parque Guapituba para garantir a segurança e a possibilidade de uso adequado para as casas.	**1.000,00**	**2014**	1	Unidade	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
			0,00							
			1.000,00	**2015**		Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00
				2016		Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00
				2017		Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00
1192	Revitalização do Parque da Gruta	Readequar os espaços e construir novas instalações, incluindo Centro de Visitantes, Herbários, Laboratório, Biblioteca, Centro de Acolhimento e Recuperação da Fauna, entre outras.	**3.760.000,00**	**2014**	1	Unidade	0,00	100.000,00	3.455.000,00	3.555.000,00
			305.000,00							
			3.455.000,00	**2015**		Unidade	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00
				2016		Unidade	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
				2017		Unidade	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
1193	Ampliação do perímetro da Gruta	Ampliar a área de preservação existente no perímetro do Parque da Gruta	**3.881.000,00**	**2014**	469161	m²	0,00	1.000,00	822.000,00	823.000,00
			4.000,00							
			3.877.000,00	**2015**	469162	m²	0,00	1.000,00	955.000,00	956.000,00
				2016		m²	0,00	1.000,00	1.000.000,00	1.001.000,00
				2017		m²	0,00	1.000,00	1.100.000,00	1.101.000,00

Fonte: Dados retirados de Mauá (2013).

Na tabela3, é importante perceber que os gastos com os parques urbanos na SMA para o exercício 2014-2017 são basicamente para manutenção do espaço físico dos locais (“restauração e revitalização”) e ainda que, a maior parte do recurso previsto para estes fins advêm do “Valor de Terceiros”.

Já no PPA 2018-2021, as despesas diretas com os parques urbanos são as seguintes:

Tabela 4 – Despesas diretas com os parques urbanos da SVMA no PPA 2018-2021

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Anexo de Metas e Prioridades

Órgão : 19 SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA
Unidade : 19 SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA
Função : 18 GESTAO AMBIENTAL
Subfunção : 544 RECURSOS HIDRICOS
Programa : 0191 Mauá mais verde

Objetivo Programa : Revitalizar e ampliar as áreas verdes municipais, incluindo as nascentes do Tamanduateí

Ação	Descrição Ação	Finalidade	Total/VP/VT	Metas		Unidade	Qtdade	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Exercício
1192	Revitalização do Parque da Gruta	Ampliação dos espaços verdes e melhoria no atendimento aos visitantes do parque	993.000,00 8.000,00 985.000,00	2018	Revitalizar e readequar os espaços,	Unidade	5,00	2.000,00	491.000,00	493.000,00
				2019	Revitalizar e readequar os espaços,	Unidade	5,00	2.000,00	490.000,00	492.000,00
				2020	Revitalizar e readequar os espaços,	Unidade	0,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00
				2021	Revitalizar e readequar os espaços,	Unidade	0,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00
1193	Revitalização dos parques	Preservação ambiental e melhorar o atendimento e a qualidade de vida da população	408.000,00 400.000,00 8.000,00	2018	Revitalizar e readequar os espaços	Unidade (Un)	1,00	100.000,00	2.000,00	102.000,00
				2019	Revitalizar e readequar os espaços	Unidade (Un)	5,00	100.000,00	2.000,00	102.000,00
				2020	Revitalizar e readequar os espaços	Unidade (Un)	4,00	100.000,00	2.000,00	102.000,00
				2021	Revitalizar e readequar os espaços	Unidade (Un)	5,00	100.000,00	2.000,00	102.000,00

Fonte: Dados retirados de Mauá (2017b).

Na tabela 4, percebe-se que as despesas diretas com os Parques da SVMA para o período 2018-2021 continuam enfocando a manutenção física dos locais, ainda que agora se acrescente a questão da "melhoria no atendimento" na descrição das finalidades. No caso da "Revitalização do Parque da Gruta" mantém-se o predomínio da verba ligada ao "valor de terceiros".

Nesse primeiro momento podem-se elaborar algumas deduções da consulta à legislação referente à Mauá e, especificamente, à SVMA: ao se comparar a estrutura organizacional da Secretaria percebe-se que até 2016 tinha-se uma coordenadoria com dois departamentos (cargos de comissão e confiança). Já em 2018, vê-se a Secretaria com uma nova estrutura composta por quatro gerências, três com duas divisões (cargos de comissão e confiança) o que resulta, portanto, em um aumento de pessoal comissionado e de confiança na secretaria. Com o acréscimo de responsabilidades à pasta aumenta-se o pagamento com pessoal, o que já representava 53% em 2016 com uma estrutura administrativa mais enxuta.

Dessa forma, os recursos destinados aos parques limitam-se apenas a garantir sua manutenção física, sendo impensada, por exemplo, a ampliação dos seus serviços de atendimento ao usuário partindo-se apenas do orçamento da administração direta.

Essa realidade indica também a necessidade de se pensar outros modelos de gestão a

fim de desonerar o Estado, envolvendo, por exemplo, concessões de serviços para a iniciativa privada (pessoas jurídicas). Contudo, desde que haja a regulação disso por meio, por exemplo, de um conselho gestor efetivo desses espaços com representantes não só do poder público e setor privado, mas principalmente, representantes da sociedade civil.

Outro fato importante de ressaltar é que, dos três parques aqui estudados, apenas o da Gruta e o do Guapituba são contemplados nas despesas com manutenção da SVMA, pelo fato de serem também unidades de conservação. Mas e o Paço Municipal, no qual há usos de lazer da população ao ar livre, quem cuida da sua manutenção e gestão?

Não há uma pasta específica que se responsabilize pelo Paço, mas os equipamentos nele existentes são vinculados a secretarias diferentes: Ginásio Poliesportivo – Secretaria de Esporte e Lazer, Teatro Municipal e Parque da Juventude à Secretaria de Cultura e Juventude, prédio do executivo ao Gabinete do Prefeito e, vez por outra, a manutenção do espaço de circulação entre esses locais é feita pela Secretaria de Serviços Urbanos.

Assim sendo, sendo o objeto de estudo os parques urbanos da cidade de Mauá e sua gestão de uso público voltada às práticas corporais no lazer, serão aqui apresentados dados relativos ao orçamento do Parque da Juventude (considerado oficialmente como tal a partir de 2016, com sua abertura ao público).

No PPA 2018-2021, o Parque da Juventude aparece como responsabilidade da Secretaria de Cultura e Juventude.

Dentre os seus diversos programas, existe o programa “Todo Canto da Cidade” cujo objetivo é:

> Garantir, ampliar e difundir as mais variadas expressões artísticas e manifestações culturais em formação, difusão e capacitação de gestores: mostra de teatro, encontro de dança, encontro de *hip hop*, encontro de música eletrônica, entre outras (MAUÁ, 2017b).

A SCJ previu para o “Todo Canto da Cidade” no período 2018-2021 o valor total de R$ R$ 9.513.000,00, e dentro deste programa 27% (R$2.552.000,00) é destinado para o funcionamento do Parque da Juventude, tendo como despesas diretas as seguintes:

Tabela 5 – Despesas diretas com o Parque da Juventude gerido pela SCJ no PPA 2018-2021

Órgão : 15 SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE - SCJ
Unidade : 15 SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE - SCJ
Função : 13 CULTURA
Subfunção : 392 DIFUSAO CULTURAL
Programa : 0151 Todo Canto da Cidade

Objetivo Programa : Garantir, ampliar e difundir as mais variadas expressões artísticas e manifestações culturais em sua formação, difusão e capacitação de ge
Teatro, Encontro de Dança, Encontro de Hip Hop, Encontro de Música Eletrônica, entre outras.

Ação	Descrição Ação	Finalidade	Total/VP/VT	Metas		Unidade	Qtdade	Valor Próprio	Valor Terceiros
1151	Parque da Juventude	Criar e manter espaço de vivência familiar e práticas de cultura e lazer	2.552.000,00	2018	Construir e adequar o Parque da	Unidade	1,00	285.000,00	1.197.000,00
			1.355.000,00						
			1.197.000,00	2019	Construir e adequar o Parque da	Unidade	1,00	320.000,00	0,00
				2020	Construir e adequar o Parque da	Unidade	1,00	350.000,00	0,00
				2021	Construir e adequar o Parque da	Unidade	1,00	400.000,00	0,00

Fonte: Dados retirados de Mauá (2017b).

Nota-se na tabela 5 que, diferentemente, dos parques geridos pela SVMA, as despesas diretas com o Parque da Juventude não estão ligadas somente à manutenção física do espaço, mas a sua adequação para "criar e manter espaço de vivência familiar e práticas de cultura e lazer" o que, apesar de amplo, tem determinado uma significativa diferença de imagem entre este e os demais parques de Mauá.

Expandindo o olhar para o "Paço Municipal" é inegável que em seus espaços de circulação ele abriga outras diversas atividades de lazer, tais como: práticas da cultura ciclística e do skate, passeio com animais de estimação, piqueniques, soltar pipa, apesar de não existir nenhuma estrutura, nem física, nem de gestão para lidar com estes usos.

Dessa maneira se percebe também aqui, a urgência de diálogos entre as secretarias, no caso específico do paço municipal, entre as Secretarias de Cultura e Juventude e Esporte e Lazer, Gabinete do Prefeito, SVMA e Serviços Urbanos e outras a fim de pensar também o "Paço Municipal" como parque aja vista o uso de lazer que a população de Mauá já faz do local. Acrescenta-se que este local poderia vir a funcionar de forma sistêmica como é sua vocação, ao se considerar os equipamentos que nele se encontram.

Por fim, a ideia era fazer um quadro contendo o orçamento previsto e o efetivamente realizado, entretanto devido à delicadeza em se abordar questões financeiras neste estudo optou-se não colocá-lo aqui. Inclusive porque o acesso a essas informações demandariam novas estratégias de abordagem aos gestores e mais tempo para realização do estudo.

5 NOTAS SOBRE METODOLOGIA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar como foram desenvolvidos os procedimentos metodológicos da investigação: suas características, especificidades e novas tomadas de decisão a partir do contato com a realidade de campo.

Desde o princípio a pesquisa foi pensada a partir de um enfoque qualitativo, aja vista a realidade na qual se desenvolveria: Mauá/SP, uma cidade que pouco se tem estudado e, ainda mais, no que se refere às atividades de lazer em seus parques urbanos. Outro dado importante é que a aproximação ao campo começou já na elaboração do projeto de pesquisa, com visitas realizadas no ano de 2016 e, durante o processo de pesquisa essa relação reflexão conceitual e idas ao campo é uma constante até a elaboração de suas considerações finais.

Entretanto, organizou-se a pesquisa de campo em três momentos específicos a fim de obter evidências para a continuidade do processo:

1. Ocorrência de visitas aos parques com a finalidade de realizar observação participante em fins de semana (sábado e domingo) nos períodos manhã e tarde e em um dia da semana. Além disso, registrar fotograficamente, em vídeo e por meio de anotações, informações e percepções significativas, de acordo com o roteiro de observação sobre uso público em parques urbanos: o que permitiu basicamente caracterizar os parques o seu entorno, levantar usos, horários e sujeitos com informações significativas para esclarecer o objeto de pesquisa;
2. Realização de entrevistas semiestruturadas focalizadas com os gestores dos parques em datas, horários e locais agendados previamente de acordo com a disponibilidade deles: o que permitiu levantar como acontece a gestão de uso público dos parques de Mauá guiando-se pelos eixos de observação: acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer, mas não se limitando só a eles;
3. Entrevistas semiestruturadas com usuários dos parques detentores de informações significativas, em dias e horários mapeados como de maior fluxo para práticas corporais no lazer: o que permitiu levantar a percepção deles em relação à gestão de uso público dos parques no que se refere às práticas corporais de lazer, mas não somente dadas a característica semiestruturada das entrevistas.

A análise desses dados ocorreu por meio do método de análise de conteúdo, contendo as fases de pré-exploração do material coletado, a seleção das unidades de análise, o processo de categorização (CAMPOS, 2004) para então triangular os dados de campo com os bibliográficos a fim de alcançar o objetivo da pesquisa.

5.1 EM CAMPO: PESQUISA PARTICIPANTE, ENFOQUE ETNOGRÁFICO “DE PERTO E DE DENTRO” E DEIXANDO-SE “SER AFETADA”

Nesta seção faz-se necessário esclarecer decisões metodológicas que a pesquisa de campo foi exigindo para responder às características da interação frequente com o objeto de estudo.

Primeiro, a observação participante revelou-se mais do que uma técnica de pesquisa, tornando-se uma forma específica de delinear essa investigação: a pesquisa participante.

Para compreender a relação entre parques urbanos, gestão de uso público e práticas corporais no lazer em Mauá foi percebido que era necessário aprofundar a observação participante e, de fato, como coloca Severino (2007) compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados, colocar-se numa postura de identificação com eles, para que dessa interação pudesse surgir à descrição e análises registradas nesse processo, assumindo a pesquisa participante como método de investigação.

Isso ocorre justamente por se concordar com Freire (2006) para quem a realidade concreta não é apenas fatos e dados, mas também “[...] a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida.” (FREIRE, 2006, p.35).

Com esse pressuposto em mente, além de vivenciar as atividades dos sujeitos para estabelecer a relação pretendida na pesquisa, era necessário também reconhecer e buscar apreender relação entre as práticas corporais e a gestão de uso público dos parques urbanos mauaenses as “[...] lógicas que subjazem às muitas escolhas dos atores sociais [...]” (MAGNANI, 2015, p.9). Trazendo para este estudo mais uma de suas características: um trabalho de campo inspirado no método etnográfico, mais especificamente, pelo que Magnani (2002) tem convencionado chamar de um olhar de “perto e de dentro”, bem como a forma descritiva de análise. Por essa razão, mais adiante, se verificará no relato das visitações, que várias delas foram realizadas com o objetivo de imersão (de perto e de dentro).

Outra característica importante do trabalho de campo é que vem sendo feito, predominantemente, a pé – um dos meios de locomoção mais utilizados pelo mauaense ao lado da bicicleta e do transporte público (MAUÁ, 2017e), outros modais utilizados no trabalho de campo.

Portanto, a apropriação desse espaço urbano no qual os parques estudados estão envolvidos deu-se a partir dessas “andanças de campo”. Uma forma singular de apreender a cidade e sua complexidade, diferentemente, da mobilidade automotiva ou mesmo cicloviária.

A realidade da pesquisa de campo, parques urbanos no município de Mauá, no ABC paulista, região metropolitana de São Paulo, já direciona outra das necessidades do estudo:

sendo esses espaços considerados violentos e inseguros, de um lado, e a pesquisadora mulher em um contexto ainda bastante desfavorável para este gênero, houve acompanhamento em quase todas as saídas a campo. Esse acompanhamento foi realizado por Manoel, o esposo da autora.

Essa especificidade da investigação se revela interessante instrumento metodológico, uma vez que a presença física de outrem tende a garantir, paradoxalmente, o distanciamento necessário a uma pesquisa de cunho antropológico, com vistas à "[...] ampliar o horizonte da análise e complementar a perspectiva de *perto e de dentro* [...]" (MAGNANI, 2002, p.11). Inclusive, corroborada pelas experiências bem-sucedidas do orientador do estudo em pesquisas de campo com enfoque antropológico, que o tem permitido coletar informações diferenciadas a partir dessa metodologia de pesquisa.

Além disso, Manoel é um sujeito morador da cidade de Mauá desde sua infância (no início da década de 1980). A família de Manoel é uma das primeiras a povoar o bairro Alto da Boa Vista, hoje densamente povoado no alto de um dos morros da cidade. Ao mesmo tempo, o sujeito trabalha como professor de filosofia em escolas estaduais da cidade e faz esse trajeto casa-trabalho a pé, ademais ser artista da cidade desde o início da década de 1990 e atualmente participar do coletivo "Sarau do Tapete", movimento artístico que ocorre na Praça Manoel Lopes, Jardim Zaíra.

Dessa forma, foi revelador obter alguns comentários desse sujeito advindo deste lugar social sobre muitas das idas a campo. Aproximando-se essa sua função de auxiliar na pesquisa, com a de colaborador, apresentada por Schmidt (2008), como aquele que tem espaço para falar por si no processo da pesquisa, ainda que os objetivos e interesses sejam da pesquisadora. (SCHMIDT, 2008).

Para finalizar, mais uma característica se desenha desta constante aproximação com o campo e seus sujeitos pesquisados, nessas mais de 20 incursões: o que a antropóloga marroquina Jeanne Favret-Saada tem chamado de "ser afetado". Ao longo dessas investidas a campo certamente como anunciado por autores como Magnani (2002), as experiências tem efeitos sobre o pesquisador enquanto, também um sujeito na pesquisa.

Entretanto após a interação descrita como o "encontro casual" com a jovem em situação de rua, é perceptível que, além de efeitos sobre a compreensão da lógica do morador, no caso o usuário cotidiano daquele espaço público, estar em campo, realmente afeta o pesquisador. E o fato de "ser afetado" pelo campo permite uma análise de dados singulares (FAVRET-SAADA, 2005). Pois, como complementa a mesma autora, esse tipo de etnografia tem alguns traços distintivos:

> As operações de conhecimento acham-se estendidas no campo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde. (FRAVET-SAADA, 2005, p.160).

Justamente o que ocorre no já anunciado "encontro casual", uma experiência não possível de analisar assim que ocorreu, e depois de descrita ainda não totalmente compreensível. Mesmo agora, ao final da investigação, após a realização das entrevistas semiestruturadas com os gestores e usuários dos locais, não é possível compreender por completo essa interação, mas certamente ela se traduziu como uma evidência importante para entender o funcionamento daquele território.

5.2 ANDANÇAS DE CAMPO: OBSERVAÇÕES A PÉ PAUTADAS NO "ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SOBRE USO PÚBLICO EM PARQUES URBANOS"

O objetivo dessa seção é descrever como ocorreram as "andanças de campo", apresentando o "Roteiro de observação sobre o uso público em parques urbanos" utilizado como base para organizar a observação.

Primeiramente, se apresentará as características que definem o termo "andanças de campo" nesse estudo: durante o curso de pós-graduação uma constante para os estudantes são oportunidades de falar de suas pesquisas: em disciplinas, atividades e eventos acadêmico-científicos dentro e fora da Universidade.

Em uma dessas oportunidades foi utilizada pela primeira vez o termo "andanças de campo" relacionado a este estudo. Isso ocorreu na apresentação dessa intenção de pesquisa na atividade "Atelier de Projetos" dentro da programação da "Jornada São Paulo: Mobilidade de políticas urbanas – rebatimentos locais de modelos globais", promovida pelo Santander, *Unión Iberoamericana de Universidades* e EACH/USP pela mediação do Prof. Dr. Thiago Allis.

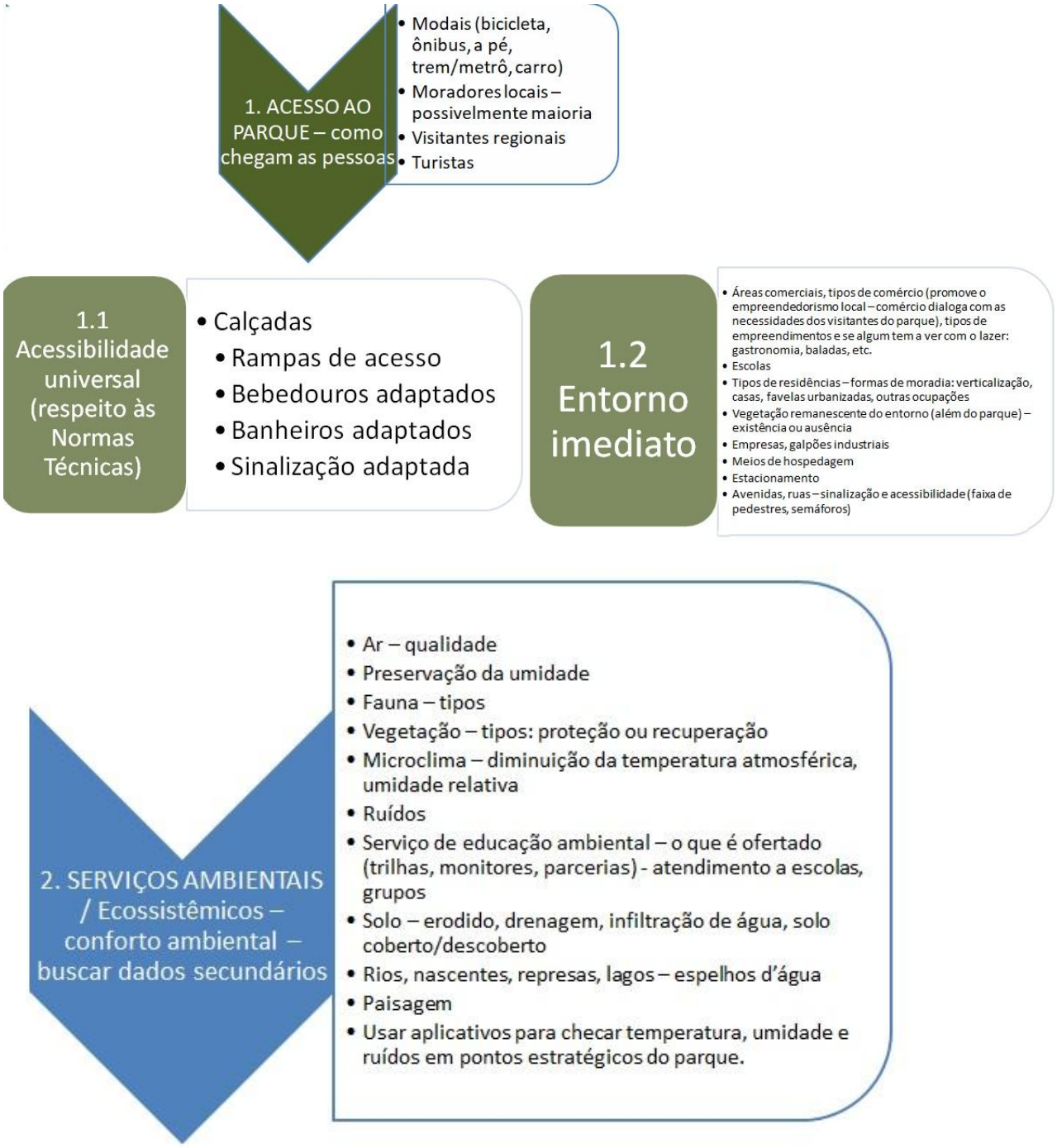
Naquela ocasião o termo "andanças de campo" foi utilizado na tentativa de descrever essa observação participante, com enfoque etnográfico "de perto e de dentro", realizada a pé na qual se considera também as sensações e percepções do pesquisador que caminha pelo espaço, portanto produzindo dados condizentes com esta forma de mobilidade.

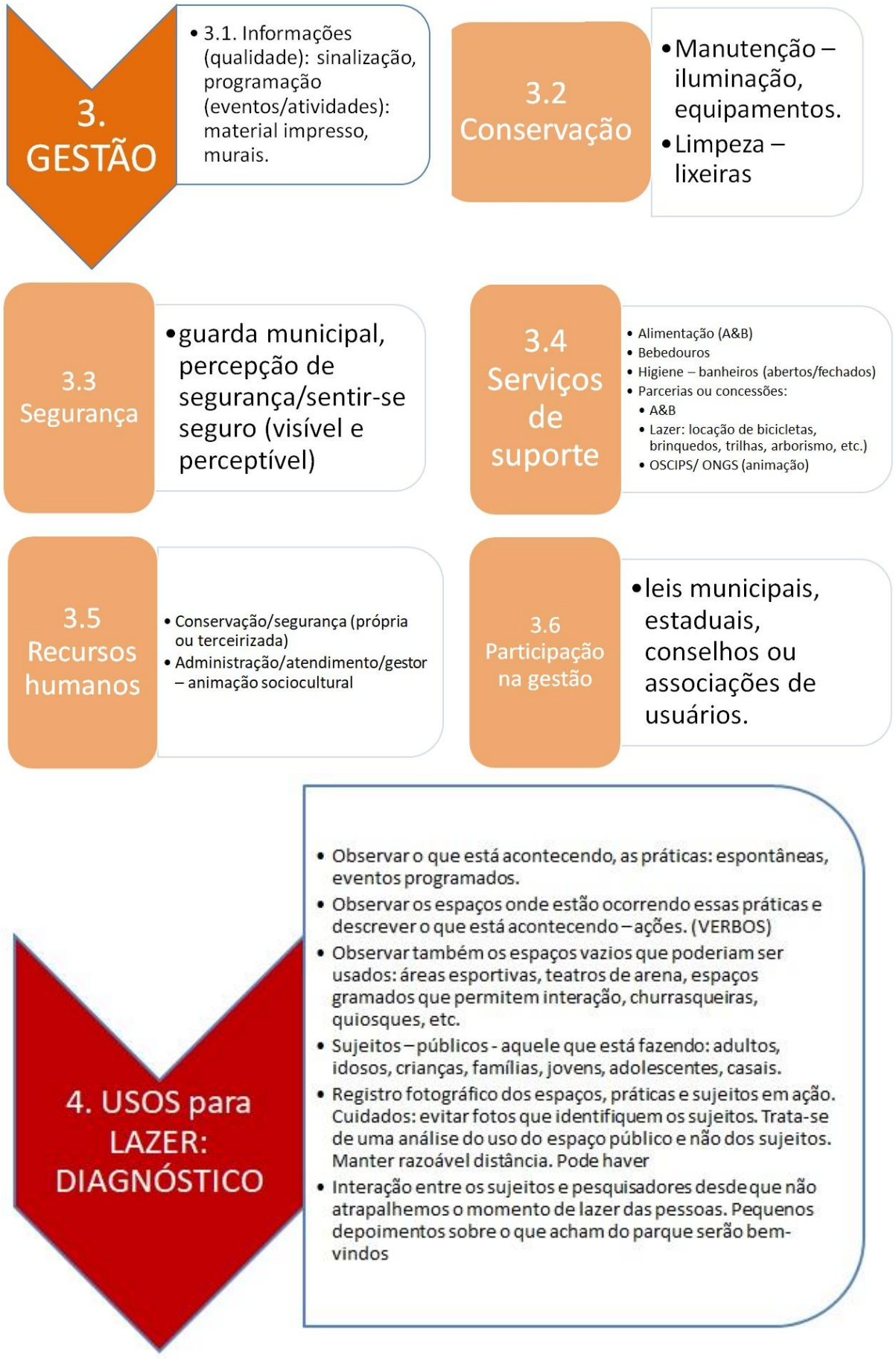
Ademais este deslocamento a pé teve, neste estudo, o acompanhamento do colaborador Manoel, como apresentado antes. O registro ocorreu por meio do caderno de campo da pesquisadora, intercalado com registros fotográficos feitos por ela e também por Manoel.

Já o "Roteiro de observação sobre o uso público em parques urbanos" é uma proposta

de tópicos para observação. O roteiro foi construído coletivamente na disciplina de Uso público em Parques Urbanos ministrada pelo Professor Reinaldo Pacheco na EACH/USP. Nessa experiência, foram eleitos quatro eixos de observação: Acesso ao Parque, Serviços Ambientais, Gestão e Usos para Lazer: diagnóstico, os quais serão detalhados a seguir:

Figura 8 – Roteiro de observação de uso público em parques urbanos – detalhado





Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir daí as observações eram registradas pela pesquisadora em tópicos que versavam sobre sensações, possibilidades de relações com a discussão teórica e notas sobre acontecimentos durante a visitação e posteriormente desenvolvia-se um texto descritivo da visita.

Em relação a Manoel, já imerso nos propósitos do estudo desde a elaboração do projeto de pesquisa, foi solicitado que registrasse fotograficamente e em forma de relato, posteriormente, suas impressões, sensações e descrições da visita da forma que se sentisse mais confortável, disso resultaram, inclusive, algumas impressões registradas por meio de poesias pelo colaborador.

No período de realização da investigação ocorreram 23 "andanças de campo", cujos objetivos, forma de registro e datas é apresentada a seguir:

PARQUE	DATA	OBJETIVO	REGISTRO
GRUTA	10/04/2016	Reconhecimento – elaborar projeto de mestrado	Manoel- registro fotográfico Iranilda – Notas de campo
	04/06/2017	Imersão como usuária em trilha da Semana do Meio Ambiente	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo.
	25/03/2018	Observação participante no Programa "Domingo no Parque"	Manoel: registro fotográfico e relato de visita Iranilda: notas de campo.
	22/04/2018	2ª Observação do Programa "Domingo no Parque" comparativo com a 1ª imersão.	Só Manoel: registro fotográfico e descrição do dia da visitação.
	12/04/2019	Realização da entrevista com equipe gestora/ Observação do parque em um dia útil.	Sozinha: Registro fotográfico e notas de campo.
	13/05/2019	Caminhada pelo recorte delimitado como entorno do Parque.	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo
GUAPITUBA	10/04/2016	Reconhecimento – elaborar projeto de mestrado	Manoel- registro fotográfico Iranilda – Notas de campo
	03/06/2017	Imersão como usuária em trilha da Semana do Meio Ambiente	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo.

	23/07/2019	Caminhada pelo recorte delimitado como entorno do Parque/Observação participante em um dia útil.	Manoel: registro fotográfico Iranilda: notas de campo
	31/07/2019	Realização de entrevistas com usuários/ 2ª imersão como público que contempla a natureza.	Manoel: registro fotográfico e relato de visita Iranilda: registro fotográfico/ desenhos e notas de campo
PAÇO	Dez/2016	Reconhecimento região central de Mauá	Com Manoel: registro fotográfico.
	09/03/2018	1ª aproximação ao Paço municipal enquanto parque urbano/ delimitação do seu entorno	Sozinha: registro fotográfico com notas de campo.
	11/03/2018	1ª imersão como público que faz piquenique no local	Manoel: registro fotográfico Iranilda: notas de campo e registro fotográfico
	16/06/2018	2ª imersão como público da 34ª Festa Junina, em companhia de irmã, cunhado e Manoel: visitação noturna.	Manoel: registro fotográfico Irmã e Cunhado: interação durante a visita Iranilda: notas de campo
	30/07/2019	Caminhada pelo recorte delimitado como entorno do parque.	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo
PARQUE DA JUVENTUDE	13/05/2019	Reconhecimento do Parque da Juventude/1ª interação com equipe gestora	Sozinha: notas de campo e registro fotográfico
	22/07/2019	Imersão como público que frequenta a arquibancada coberta à noite	Manoel: registro fotográfico Iranilda: registro fotográfico e notas de campo.
	30/07/2019	Caminhada pelo recorte delimitado como entorno do parque.	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo
ESPAÇOS RESIDUAIS	29/05/2017	Ampliação do olhar para espaços residuais.	Sozinha: registro fotográfico do *Boulevard* Jorn. Roberto Marinho.
	17/12/2017	Ampliação do olhar para	Com Manoel: registro fotográfico

		espaços residuais.	da “Paineira” e margem do Rio Tamanduateí acompanhando Av. Antonia Rosa Fioravanti.
	Dez/2017	Reconhecimento dessa margem do Rio Tamanduateí: potencial parque linear?	Caminhada e registro fotográfico pela margem do rio Tamanduateí acompanhando a Av. Antonia Rosa Fioravanti.
	18/03/2018	1ª imersão como público que faz caminhada no espaço residual. Trajeto: Centro de atividades SESI Zaíra até Praça da Vila Magine.	Manoel: Registro fotográfico e relato sobre experiência. Iranilda: notas de campo e registro fotográfico.
	30/07/2019	Caminhada pelo recorte delimitado como entorno do parque.	Sozinha: registro fotográfico e notas de campo

As incursões nos espaços residuais foram necessárias pensando em duas possibilidades: a primeira, entender os locais de fluxo entre os parques estudados e a segunda, identificar se esses espaços residuais que poderiam promover uma conectividade entre os três parques estudados com, por exemplo, a implantação de parques lineares.

Assim sendo, a quantidade de visitas variou de um equipamento para outro devido à complexidade de relações a serem apreendidas em cada parque e, mais ainda, ao se pensar essa possibilidade de uma gestão sistêmica que os conectasse física e simbolicamente.

5.3 PESQUISA JUNTO AO SETOR PÚBLICO: RELATO DOS “PERRENGUES” DA EXPERIÊNCIA

O objetivo dessa seção é descrever como foi o processo de realização da pesquisa junto ao setor público, detalhando como se deu cada tentativa até a efetiva realização da pesquisa de campo com os sujeitos entrevistados. ***Os nomes aqui utilizados são fictícios para resguardar o anonimato dos envolvidos.***

Dia 26 de outubro de 2017, foi enviado o primeiro e-mail para o endereço eletrônico institucional da SVMA, solicitando reunião com o Secretário para apresentação do projeto de pesquisa e solicitação de autorização para realizar pesquisa de campo, o qual não obteve resposta.

Após tentativas por telefone, foi possível marcar no dia 07/03/2018 às 15h, a primeira

reunião com o então Coordenador Geral dos Parques da cidade: Luis Roberto Carlos – conhecido como Luca. Expliquei que fazia mestrado na USP, apresentei meu projeto de pesquisa e seus objetivos.

Luca explicou que havia um gestor em cada unidade-parque, e me atualizou sobre algumas atividades oferecidas pela Secretaria nos Parques:

- Programa Domingo no Parque: último domingo de cada mês (neste 25/03/2018), atividades no parque da gruta em parceria com a Secretaria de Cultura. Neste mesmo dia ocorreria também a Caminhada das águas saindo do paço e chegando à Gruta. Como também a inauguração de um auditório no Parque.

- Para o Parque do Guapituba: conforme Luca, a ideia é transformá-lo em um Parque-Escola mais voltado para a educação ambiental. A sede da Secretaria (SVMA) será em breve transferida para o Parque que está passando por reforma porque estava muito depredado.

Em seguida, fechamos a reunião com Luca pegando meu e-mail para o envio sobre quais procedimentos preciso seguir para oficializar a autorização para a realização da Pesquisa de Campo nos Parques.

No dia 26 de março de 2018, Luca me envia o e-mail com os procedimentos: carta do orientador, resumo do projeto de pesquisa e, após término do Mestrado cópia do trabalho para a SVMA. Dia 27 de Março de 2018, envio então os documentos solicitados a fim de que a autorização possa ser emitida.

Em 02 de Abril de 2018, peguei a Autorização para Trabalho Acadêmico, assinada pelo então Secretário do Verde e do Meio Ambiente.

A partir deste momento, passei a trocar e-mails com o Luca a fim de atualizá-lo sobre o andamento do estudo: sobre a aprovação da documentação pelo CEP da Universidade e a intenção de realizar as entrevistas o quanto antes (05/07/2018).

Após realização do Exame de Qualificação (13/09/2018), os procedimentos para realização da Pesquisa de Campo foram retomados em 16/01/2019, com o envio do e-mail sobre a possibilidade de realizar uma entrevista-piloto com o gestor no mês de Março/2019. O e-mail retorna com aviso de que a caixa de entrada do destinatário estava cheia. Supondo ser ainda período de férias na SVMA, volto a contatá-los pós-feriado de carnaval no dia 18/03/2019, reencaminhando o mesmo e-mail. Aguardo e, novamente o e-mail enviado retorna à minha caixa de entrada, com mensagem de que o destinatário não pode recebê-lo, pois sua caixa de entrada está cheia. Nessa mesma semana, contato a Secretaria via telefone várias vezes, o qual apenas chama e não é atendido, ou a ligação cai.

No dia 19/03/2019, decido pesquisar pelo *website* da prefeitura e descubro que o

Secretário do Verde e do Meio Ambiente já não é o mesmo, agora é o Sr. Ricardo Reis. Então, deduzo que todo o pessoal deva ter sido modificado e resolvo enviar novo e-mail para recomeçar o contato sobre a Pesquisa de Campo, enviando anexados os documentos solicitados antes: projeto de pesquisa, carta do orientador, como também a autorização expedida em 2018. Este e-mail foi enviado com pedido de confirmação de recebimento. Não recebendo resposta até 21/03/2019, tento novamente o contato via telefone, antes de ir pessoalmente ao endereço da SVMA disponível no *website* da Prefeitura. Consigo finalmente contato telefônico e descubro um novo Secretário, o Sr. Thiago, com o qual consigo marcar reunião para dia 26/03/2019 às 10h, no então, novo endereço da Secretaria: o Parque do Guapituba. A finalidade da reunião é apresentar novamente meu projeto, objetivos e tentar marcar a primeira entrevista.

No dia 26/03/2019, às 10h, sou atendida por Lara, bióloga, responsável pela gestão dos parques. Em uma reunião rápida a atualizo sobre meu projeto, objetivos e metodologia. Ela confirma que viu meu e-mail, mas não conseguiu responder. Mostrando-se muito disponível, a gestora propõe: a realização das entrevistas em um mesmo dia, com ela (Parque do Guapituba) e o Rômulo (Parque da Gruta). Solicita que eu mande as propostas de datas e horários por e-mail e se predispõe a intermediar a entrevista com o gestor do Parque da Juventude (um dos equipamentos do Paço), o qual é gerido pela Secretaria de Esporte e Lazer – de acordo com a Gestora, por ser considerada uma praça, não um parque.

Dia 02/04/2019 envio então o e-mail para Lara, com as propostas de datas para a realização das entrevistas.

No dia 09/04/2019 ligo porque não obtive resposta do e-mail enviado dia 02/04/2019. Na SVMA a recepcionista não conhecia a Lara, só me transferiu para a Gestão quando falei que era da USP. Conversei com a Rita, que disse que a Lara não está vindo esses dias. Citei o Rômulo da Gruta, e ela me transferiu para lá. Marília me atendeu na Gruta, contei tudo de novo, ela disse que o Rômulo estava na portaria e lá não havia contato. Pediu meu número para que ele retornasse. Em 10 minutos o Rômulo me retornou perguntando do que se tratava, falei tudo novamente. Então ele propôs que amanhã fizéssemos a entrevista, propus quinta-feira, ele pediu que ligasse de manhã para confirmar, para o celular do qual ele me ligou, e que poderia ser na quinta à tarde. Então está marcada a primeira entrevista para quinta (11/04) à tarde, no Parque da Gruta.

Nesse dia liguei, mas devido as suas demandas na gestão o Rômulo marcou para dia 12/04/19 às 9h, por ser um horário tranquilo para me atender. Consigo então realizar a primeira entrevista com a equipe gestora do Parque da Gruta neste dia.

Dia 17/04/19 volto a ligar para a SVMA querendo marcar agora a entrevista com o gestor do Parque do Guapituba, falo com a recepcionista Camila e peço para conversar com a Lara, a mulher que havia se identificado como gestora do parque anteriormente, a recepcionista disse que ninguém com esse nome trabalhava mais lá. Peço então para me transferir para alguém com quem eu pudesse conversar sobre a realização do trabalho acadêmico, ela meio grosseira, pergunta do que se trata, falo então que sou estudante da USP e tudo muda, ela me transfere para o Sr. Gerson. Conto tudo novamente e Sr. Gerson me orienta a conversar com o Sr. Otávio o novo gestor do local. Sou transferida para Bianca, telefonista que me informa que Sr. Otávio não está, peço o e-mail de contato e ela me orienta a mandá-lo aos cuidados do novo gestor. Então elaboro o e-mail com o seguinte teor:

> A/C Sr. Otávio
>
> Boa tarde,
>
> Meu nome é Iranilda Oliveira de Medeiros, sou estudante da Pós-graduação em Ciência da Atividade Física na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - USP. Meu projeto de pesquisa é sobre a Gestão de uso público dos Parques de Mauá relacionada às atividades físicas de lazer. Estou na fase de realização das entrevistas. Gostaria de ver se o senhor consegue me receber para conversarmos sobre temas como usos, frequentadores e programação do Parque do Guapituba?
> Dentre os horários disponíveis: segunda,terça e quinta da semana que vem (22 a 27/04) nos períodos manhã ou tarde, seriam bons para mim, mas tenho disponibilidade em outras datas de acordo com a sua necessidade .
>
> Seguem anexados documentos de autorização da pesquisa solicitados anteriormente.
>
> Estou à disposição para responder qualquer dúvida sobre a pesquisa e reitero que um dos objetivos do estudo é contribuir com a gestão desses espaços no município.[4]
>
> Aguardo resposta.

Não obtendo nenhuma resposta a este e-mail. Volto a telefonar para a Secretaria e falo novamente do trabalho acadêmico para a recepcionista que me passa para a Mariana. Mariana me diz que o Sr. Gerson me atenderá, mas que ele entrou de férias e só voltará na primeira semana de junho, para eu retornar o contato e marcaremos o melhor horário e dia.

Ao fazer tudo que podia em relação a contato com a SVMA, resolvo dia 09/05/2019 telefonar para a Secretaria do Esporte e Lazer por conta própria para tentar uma conversa com o Gestor do Parque da Juventude, espaço dentro do "Paço". A pessoa que me atende me diz que o parque da juventude é gerido pela Secretaria da Cultura e Juventude e me passa o telefone do teatro municipal, local onde ficam os gestores da pasta. Telefono para o local e sou atendida pelo recepcionista que, ao tentar passar a ligação para Ed – o gerente de Cultura

[4] Transcrição literal do e-mail enviado dia 17/04/2019.

e Juventude – diz que o gestor não consegue atender e pede para que eu ligue depois do almoço. Depois do almoço, consigo conversar com o Gestor ao qual explico a pesquisa, objetivos com relação ao parque da juventude e marcamos a reunião para 13/05/2019 às 14h no teatro municipal.

Dia 13/05/2019 conversamos e o Gestor é jovem e disponível a responder as perguntas, mas extremamente sobrecarregado com a demanda de trabalho. Neste dia presenciei o treinamento do novo Diretor do Parque da Juventude – Sr. Augusto. Dessa forma, as informações que faltaram Ed se propôs a me passar via *whatsapp,* então trocamos números de celular e isso aconteceu dia 24/05/2019 recebi as demais respostas da entrevista.

No dia 06/06/2019 volto a telefonar para o Parque do Guapituba e consigo marcar a entrevista com o Sr. Gerson para dia 10/06/2019 às 14h na "Casa Amarela", nova sede da SVMA. Afinal, então, consigo fazer as entrevistas com os gestores. É importante registrar que houve muita turbulência política em Mauá nesse período, com a constante troca de funcionários, inclusive de prefeito.

6 OS PARQUES ESTUDADOS

Já contextualizado o município no qual se localizam os parques e a sua gestão, agora serão apresentados os parques estudados: Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Kinklert Junior (o Parque do Guapituba), Parque Gruta de Santa Luzia (O Parque da Gruta) e o Paço Municipal de Mauá, ou simplesmente o "Paço", dentro do qual se localiza o Parque da Juventude.

As informações foram levantadas por meio de consultas à legislação sobre os locais e pesquisa a documentos (relatos e manuscritos disponíveis no Museu Barão de Mauá), além de um importante achado bibliográfico: livros do historiador William Puntschart. Este autor, além de pesquisador, é funcionário público da cidade, atuando fortemente na defesa do resgate histórico do município junto à equipe do museu, com diversas contribuições como os livros aqui citados.

6.1 PARQUE DO GUAPITUBA: DE CHÁCARA DA FAMILIA KLINKERT A PARQUE URBANO

De acordo com documento elaborado pela equipe de Pesquisa Histórica do Museu Barão de Mauá, Klinkert é um sobrenome de origem alemã, mais especificamente do Sul do país - Vale do Rio Reno. Desde o século XIX, os Klinkert dedicavam-se à produção de vinho. Então em 1885, eles se mudaram para Santos no Brasil, onde implantam uma fábrica de vinagre de vinho, pois acreditavam que as uvas brasileiras não produziam vinho de boa qualidade.

Alfredo Klinkert Junior, rapaz que dá nome ao Parque do Guapituba, nasce então nesse contexto em Santos no ano de 1900, mas costumava passar suas férias escolares na chácara de sua madrinha D. Maria (RINALDI, s.d.) na atual Mauá, então Pilar. De acordo com o depoimento de Gabriel Rinaldi[5] à equipe do Museu, Alfredo Klinkert Júnior se divertia muito andando de charrete e a cavalo nessa época e gostava muito da chácara. A ponto de em 1936, Alfredo comprá-la de sua madrinha.

Com o tempo a família Klinkert transformou as terras em parque florestal, com a plantação de mais de 100.000 árvores de variadas espécies, inspirado nos bosques que margeiam o lago Konstanza, localizado na fronteira entre a França e a Suíça, com jardins

[5] Filho de Maria Escudeiro Rinaldi e João Rinaldi – um dos administradores da chácara de Alfredo Klinkert Junior – hoje o Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Klinkert Junior.

trabalhados em cantaria e pérgolas, hoje o conhecido Jardim de Pedra do Parque.

Para tal feito, houve a contratação de vários trabalhadores entre eles o Sr. Luiz Nincao que "[...] foi contratado para o plantio de eucalipto, juntamente com os irmãos João e Ângelo Cravetti. Klinkert, alemão conservador, não se dirigia aos subalternos e, não obstante, ainda os observava de binóculo." (PUNTSCHART, 2004, p. 68)

Além do Sr. Nincao, de acordo com o depoimento de Gabriel Rinaldi à equipe do Museu, o seu Pai – João Rinaldi, foi outro dos trabalhadores contratados para a implantação deste parque florestal pelo então administrador S. Jorge[6] – e foi responsável por toda a construção, inclusive as escadas do Jardim de Pedra, cujas pedras foram trazidas de carroça pelo Sr. João Rinaldi, que passou a ser o novo administrador da chácara, na qual morou de 1950 a 1981, quando sua esposa faleceu. O Sr. João faleceu em janeiro de 1987 e em abril do mesmo ano faleceu Alfredo Klinkert Júnior.

Assim sendo, o Parque do Guapituba (vocábulo tupi que significa "rio onde há muito aguapé") como é popularmente conhecido o Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Kinklert Junior, veio a ser designado como tal pelo decreto nº 5.474 de 20 de dezembro de 1995, do então prefeito José Carlos Grecco, sob a denominação de "Parque Ecológico Municipal do Guapituba Alfredo Kimklert Júnior", após a desapropriação ser consumada neste ano. Entretanto, a sua área total de 468.299,99m² (quase 47 campos de futebol oficiais!) já tinha sido declarada de utilidade pública para preservação ecológica por meio do decreto nº 4.964 de 12 de maio de 1993, dois anos antes. (MAUÁ, 1995)

Em 2007 o Parque tem seu nome redefinido para "Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Kinklert Junior" pelo decreto nº 4.200 de 01 de junho de 2007, do então prefeito Leonel Damo. A mudança deveu-se, provavelmente, à promulgação da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o qual tem entre suas categorias de Proteção Integral o Parque Nacional cujo objetivo é:

> [...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. (SNUC, 2000).

Quando a UC é criada pelo município ela recebe a denominação de Parque Natural Municipal, necessitando ter um Plano de Manejo[7].

---

[6] Segundo o relato de Gabriel Rinaldi, na Segunda Guerra Mundial, os alemães foram perseguidos no Brasil e o S. Jorge, construiu um túnel na chácara – 15 metros de profundidade – no qual escondia seus compatriotas até a polícia descobrir e levá-lo preso.

[7] "[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação,

Assim, o Parque do Guapituba enquadra-se também na categoria de Unidade de Conservação municipal em espaço urbano, em uma região densamente povoada, sofrendo todos os tipos de pressão a que esta situação o submete. Não existe ainda um Plano de Manejo para a Unidade de Conservação.

A estrutura interna ao Parque é composta pelo prédio da Administração do parque (figura 9), área na qual há também salas de exposição e reunião, com banheiros e bebedouro, teatro de arena (figura 10), um centro de educação ambiental, *playgrounds* – um na entrada do parque (figura 11) e outro antes da trilha do Saruê junto com a academia ao ar livre, circuito para caminhada (figura 12), trilhas como a do saruê (figura 13) e o jardim de pedra (figura 14), antigas construções não utilizadas (figura 15), sanitários e bebedouros bem na entrada do parque também e o lago dos aguapés.

Figura 9 – Prédio da Administração do Parque do Guapituba e sala para exposição e reuniões

Fotos: Manoel Olegario (2016); Iranilda Medeiros (2017).

Figura 10 – Teatro de Arena no Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2019).

se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade" (SNUC, 2000).

Figura 11 – *Playground* na entrada do Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019).

Figura 12– Circuito para Caminhada no Parque do Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2016).

Figura 13 – Trilha do Saruê no Guapituba

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 14 – Jardim de Pedra no Guapituba

Fotos: Manoel Olegario (2016); Iranilda Medeiros (2017)

Figura 15 – Antiga construção dentro do Parque do Guapituba, usada como depósito

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

6.1.1 Parque do Guapituba: observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer.

O recorte delimitado para observação (figura 16) foi demarcado pensando-se em possibilidades de conectividade física a fim de contribuir com um uso mais sistêmico desses

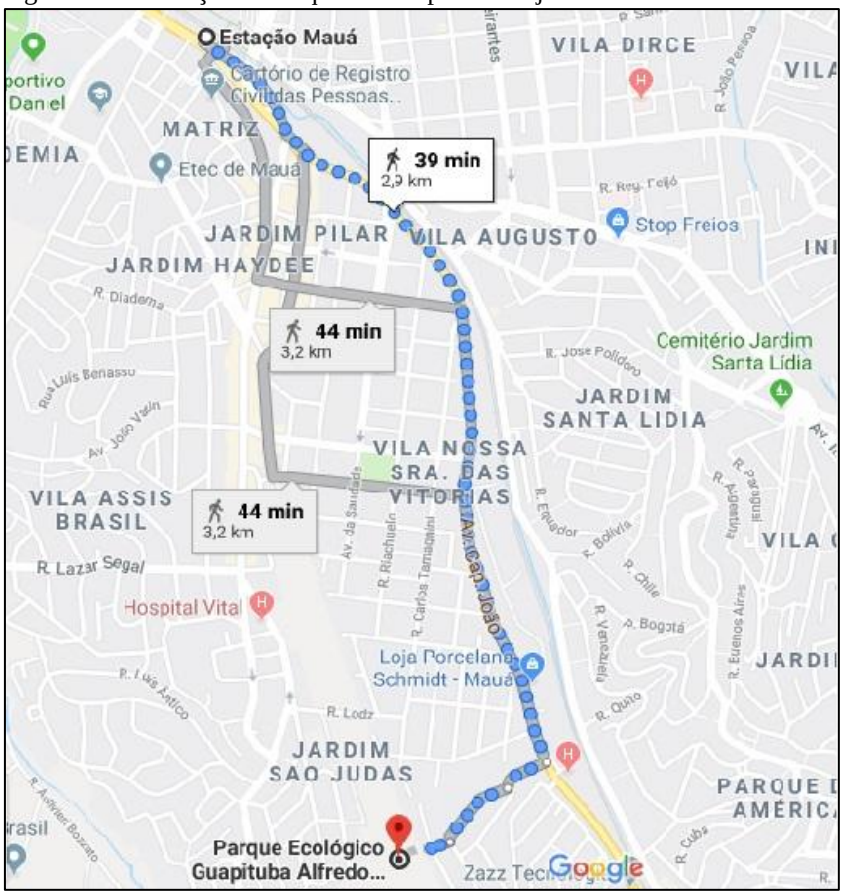
espaços, como trata Bartalini (2004). Dadas às características do estudo, primeiramente, pensando no caminhante, para então discutir as outras possiblidades.

Pois, como coloca Certeau (1998) "[...] o espaço é um *lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres". (p. 202, *grifo do autor*).

Dessas considerações, resulta o seguinte trajeto:

- Frente da Estação Mauá da CPTM (Acesso Av. Capitão João);
- Acompanhando a linha férrea, seguindo a Av. Capitão João;
- Até a entrada do Parque Guapituba.

Figura 16– Andanças ao Parque do Guapituba: trajeto delimitado



Fonte: Adaptado de GOOGLE (2019)

O trajeto delimitado anteriormente no *Google maps* foi realizado a pé pela pesquisadora e seu colaborador em exatos 18 minutos e 55 segundos. Entretanto, a sensação é de que se anda muito mais, pois, apesar de um caminho todo plano, a sensação de acompanhar à linha férrea e seu muro cinza, em uma das principais avenidas de Mauá é algo pouco convidativo para um pedestre.

Outros pontos importantes ao se pensar conectividade física também foram

cronometrados no trajeto a pé:

- Da entrada do Parque do Guapituba até o Terminal Rodoviário José Stella Jd. Guapituba: 2 minutos e 52 segundos;
- Da entrada do Parque do Guapituba até o portal que divide Mauá e Ribeirão Pires: 7 minutos e 52 segundos;
- Da entrada do Parque do Guapituba até a Estação Guapituba da CPTM: 3 minutos.

Além disso, o trajeto entre a estação Mauá e a Guapituba da CPTM feito de trem é de 2 minutos, o que dá uma sensação de praticidade, como se observa no relato sobre a visitação do dia 03/06/2017: "Ao descer da estação de trem Guapituba e atravessar a Avenida Capitão João, cheguei à entrada do Parque [...]" (Iranilda Medeiros, relato de campo[8], 2017).

Foi possível perceber que as pessoas chegam ao parque de diversas formas: moradores locais a pé e de bicicleta (há um paraciclo na entrada do parque) e os demais de carro, ônibus ou trem. A linha 43 – Terminal Central X Guapituba é uma das que param no Terminal Rodoviário ao lado da entrada do Parque.

Devido à proximidade com a cidade de Ribeirão Pires, há a presença marcante de moradores dessa cidade fazendo uso do espaço para suas práticas corporais de lazer, fazendo com que o Guapituba possa ser considerado um parque setorial, como classificariam Kliass e Magnoli (2006) ou Regional, como adotado em Bogotá (IDRD, 2018), pois atende um público que transcende os limites do município no qual está situado.

Entretanto, no que tange à acessibilidade universal o parque ainda não atende por completo: há banheiro adaptado para cadeirantes na entrada do local, mas não rampas de acesso, bebedouros ou sinalização adaptados. Tais como detectado por Heleno e Pacheco (2013) em estudo sobre parques urbanos da Zona Leste de São Paulo, no qual nenhum dos parques estudados poderia ser considerado acessível, uma vez que a acessibilidade, como coloca Heleno e Pacheco (2013) implica acessibilidade física e de comunicação. Tal tem se percebido em Mauá, no qual há, inclusive, poucas tentativas de adaptação física dos parques para pessoas com deficiência.

O entorno imediato ao parque caracteriza-se basicamente por pequenos e médios empreendimentos comerciais: lojas de materiais de construção e de peças automotivas, vidraçaria, mercearias, oficinas de carros, um salão de festas, *um buffet*, um barzinho de *Rockabilly*, chamado *little boy (*uma atração noturna) e a avenida Portugal – conhecida pelos moradores da cidade pela sua feira gastronômica noturna.

[8] Transcrição literal dos relatos de campo produzidos a partir das anotações no caderno de campo usado durante as visitas.

Há também dois supermercados atacadistas, uma pequena Praça com ATI e parquinho (figura 17). Ademais, há o ponto de venda da famosa porcelana Schmidt (figura 18) – marca de porcelana que, por muitos anos fez Mauá ser conhecida como a cidade da porcelana na região. Entende-se que o diálogo entre o parque e um empreendimento dessa importância para Mauá se faz importante no sentido de entender a pluralidade do território e poder articular (CERTEAU, 1998).

Figura 17 – Praça com ATI e parquinho indo para o Guapituba

Fotos: Manoel Olegario (2019)

Figura 18 – Ponto de venda da Porcelana Schmidt indo para o Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2019)

A articulação para pedestres no que se refere a semáforos e faixas durante o percurso é satisfatória o que torna o caminhar mais seguro, no entanto a paisagem extremamente cinza (figura 19), com o detalhe de um lado inteiro da avenida ser tomado pelo muro da CPTM até a entrada do Parque, faz com que o caminhante tenha uma sensação de intrusão e desconforto, principalmente se estiver sol, uma vez que há quase (com exceção de dois pontos de ônibus cobertos) a inexistência de sombras no trajeto.

Figura 19 – Paisagem “cinza” até o Parque do Guapituba

Fotos: Manoel Olegario (2019)

Quanto aos serviços ambientais o Parque do Guapituba é uma Unidade de Conservação municipal, com remanescentes de Mata Atlântica em sua área. Entretanto, não possui ainda um Plano de Manejo (aliás, o Parque da Gruta também não tem). Este é um fato preocupante e torna-se urgente a implantação do plano por um lado, no sentido de salvaguardar o próprio patrimônio natural do local e, por outro, de traçar estratégias a fim de potencializar os serviços ambientais prestados pelos parques, tais como promover a saúde e o bem-estar humanos e a conservação ambiental (TRZYNA, 2017).

No Guapituba, a temperatura diminui já ao entrar no parque e é surpreendente a diminuição dos sons da avenida propiciada pela vegetação do parque. Há trilhas autoguiadas e outras que necessitam de acompanhamento dos monitores ambientais para a realização (figura 20).

Figura 20 – Trilha só para visitas monitoradas, Parque do Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2019)

Em trilhas como a da figura 20 é possível ter contato com alguns exemplares de fauna e flora do parque além de construções do uso antigo do terreno do parque, como se vê nas anotações do caderno de campo relativas ao dia 03/06/2017:

> Depois passamos em uma trilha com a vegetação mais densa, aonde vimos bromélias e lagartas de fogo, por exemplo. No final da trilha passamos em frente a antigas construções presentes no parque, pois, conforme informações dos monitores, antes de se tornar um Parque o local era uma fazenda [...] (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2017).

A vegetação do Parque do Guapituba de uma forma geral é mais densa e apresenta vários planos, porque o local apresenta diversos níveis de declividade, o que traz um charme à paisagem do parque na sobreposição de suas cores das árvores e construções.

Quanto à educação ambiental funciona nos moldes do atendimento realizado no Parque da Gruta: grupos interessados agendam pelo telefone da SVMA e o monitor da prefeitura acompanha-os no dia e horário agendados. Além disso, foi verificada, tanto no Parque da Gruta quanto no Guapituba, a realização de uma trilha por voluntários, descrita nas anotações da visita do dia 03/06/2017:

> Os monitores da trilha - uma moça e um rapaz, os dois biólogos – fazem parte de um projeto chamado "terra dourada[9]". O projeto é proposto pelos próprios monitores e tem por objetivo fazer atividades de educação ambiental nos parques da cidade e o

[9] Após essa data, não foi possível encontrar tais voluntários para entrevistá-los, nem por rede social.

> fazem em parceria com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. (MEDEIROS, 2017)

Entretanto, percebe-se que a existência de uma animação socioambiental (PACHECO; RAIMUNDO, 2014) poderia ser mais eficaz no parque, uma vez que integraria, ao mesmo tempo, princípios de conservação ambiental e estratégias para atender às necessidades de lazer dos seus usuários.

Especificamente a respeito da gestão do local, o parque passou por diversas mudanças nesse quesito, até abrigar agora no ano de 2019 a sede da SVMA. Há sinalizações e placas interpretativas, mas não material impresso e mural de informações, por exemplo.

O parque é limpo e bem conservado, há poucas lixeiras nos trajetos das trilhas e banheiro na entrada do parque e perto da administração do local. Os banheiros são limpos. Não há parcerias ou concessões de serviço. Os recursos humanos, como no parque da Gruta, são funcionários públicos (concursados ou comissionados) responsáveis pela limpeza, manutenção e segurança do parque, além do atendimento ao usuário em atividades de educação ambiental, ou ainda a captação de estagiários, para auxiliar em eventos, como relatado durante a visita do dia 03/06/2017:

> [...] moça jovem com a qual comecei a conversar. A moça era estudante de gestão ambiental da Unicesumar[10]. Ela me contou, ter feito um acordo com o secretário do verde e do meio ambiente de que participaria de todos os eventos promovidos pela pasta como forma de cumprimento de suas horas de estágio, exigido pela universidade. Além disso, relatou trabalhar na Secretaria de Serviços Urbanos, ter um filho e morar próxima ao Parque da Gruta. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2017).

Em março de 2018, o parque começou a passar por uma reforma e passou um tempo fechado ao público, conforme informações de reunião feita com o então diretor dos parques da cidade.

Além disso, houve uma série de percalços quanto à comunicação com a gestão neste período, primordialmente entre julho/2018 e Março/2019 como relatados anteriormente. Isso aconteceu devido, majoritariamente, à instabilidade política sofrida no município, com o afastamento e prisão do então prefeito, depois seu retorno ao cargo e, por último, seu *impeachment* que resultou em uma constante mudança de gestão em curto período de tempo.

De todo este cenário, é possível afirmar que outra gestão se torna necessária: uma forma de gestão não exclusivamente ligada ao poder público e tão dependente das mudanças no jogo político governamental. Além disso, com mais participação comunitária e também de agentes privados e instituições de ensino, como acontece no México hoje (DIEZ, 2018) a fim

[10] O Centro universitário instalou um polo em Mauá no início de 2016, no qual tem oferecido diversos cursos, principalmente na modalidade à distância.

de garantir, no pior dos cenários, que o equipamento continue pelo menos aberto ao público.

Em janeiro de 2019, a SVMA passa a ser localizada neste parque, na chamada "Casa Amarela" (figura 21) ao lado do lago dos aguapés na entrada do parque.

Figura 21– A "Casa Amarela", Parque do Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2019)

Em visita realizada dia 26/03/2019 são descritas as mudanças resultantes desta realidade:

> Após a reunião com a então gestora do parque, dessa vez sem a companhia de Manoel, aproveitei para observar e perceber quais diferenças encontraria após a reforma: [...] atualização das placas de sinalização, como a que propõe que o espaço seja chamado de Parque-Escola. No lago dos Aguapés, houve limpeza e a construção de um *deck* de madeira (figura 22), nomeado como observatório. Há visivelmente mais funcionários no local: pessoal de limpeza, monitores ambientais e o pessoal administrativo da secretaria. O pergolado está com mais vegetação (figura 23) e há o projeto de captação de óleo usado (figura 24), em parceria com a empresa Lirium. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

Figura 22 - Deck de madeira: observatório no lago dos aguapés, Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 23 – Pergolado com mais vegetação, Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 24 – Projeto de captação de óleo, entrada Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Nesse dia também foi cronometrada a distância a pé até a divisa com a Estância Turística de Ribeirão Pires (figura 25).

Figura 25 – Divisa com a Estância Turística de Ribeirão Pires, entorno do Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

A segurança é feita pela GCM – Guarda Civil Municipal, mas em nenhuma das visitas realizadas foi possível encontrar tais profissionais no espaço. Não há canais de participação da sociedade civil e o orçamento é todo advindo de verba pública prevista na legislação.

No que se refere aos usos de lazer, o Parque apresenta uma pequena quantidade de público se comparada às suas proporções. Pessoas adultas caminhando sozinhas, fazendo as trilhas autoguiadas, algumas pessoas usando o pergolado como cenário para fotos e outras praticando *tai shi,* musculação na ATI, levando crianças para brincar ou ainda um professor de futebol que levou seus alunos para treinar no parque. E, dada a beleza cênica do local, várias pessoas contemplando o verde e aproveitando o ar mais puro.

Além disso, passa a ter em 2019 o espaço zen, tal como descrito nas anotações da visitação do dia 23/07/2019:

> Nesse dia, descobrimos (Manoel e eu) o "espaço zen" (Figura 26) recém – criado ao lado do pergolado. Trata-se de uma clareira que foi preenchida com pedras de asfalto, cuja proposta é a prática de atividades como meditação, *tai shi*. Inclusive dia 09 de agosto começará na parte da manhã, práticas de meditação no local, aberta ao público. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

Figura 26 – Espaço Zen, Parque do Guapituba

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Dessa forma, percebe-se que o Parque do Guapituba tem todo o potencial de se qualificar como parque regional, com uma vocação ligada às práticas corporais de lazer alternativas voltadas ao desenvolvimento da espiritualidade, além de seu importante papel educativo, e potencial para geração de renda por meio das práticas de lazer e turismo (TRZYNA, 2017) considerando sua proximidade com a cidade turística de Ribeirão Pires. Entretanto para isso, se torna imprescindível à elaboração de um plano de manejo condizente com a realidade local a fim de regular os usos, práticas e atrair público condizente para o usufruto deste importante Parque Natural Municipal de Mauá.

6.2. PARQUE DA GRUTA: DE PEDREIRA DOS FERRARI A PARQUE

Segundo documento disponível no museu, a área na qual se encontra o atual Parque da Gruta pertencia, já entre os séculos XVI e XVIII, a ordem dos beneditinos, e posteriormente tornou-se uma pedreira.

No entanto de acordo com Puntschart (2004) a área:

> [...] integrava parte da grande Fazenda Bocaina, cuja sede, o casarão colonial de arquitetura bandeirista, abriga atualmente o Museu Barão de Mauá. Mais tarde, parte dessa área foi comercializada, dando origem ao Sítio Itapeva, ou sítio da Pedra Grande. Em seu entorno, além do bairro homônimo, instalaram-se inúmeras pedreiras, indicativas do início de industrialização no município (PUNTSCHART, 2004, p.114).

Para o autor a extração de pedras em Mauá desencadeou dois processos: "[...] a imigração italiana, cujos trabalhadores eram considerados na época, os principais conhecedores da arte de cortar pedras." (PUNTSCHART, 2004, p.114) e o nascimento do movimento sindical no distrito com inspiração anarco-sindicalista impulsionado pelas reivindicações dos canteiros[11] por melhores condições de trabalho.

A pedreira que deu origem ao parque era a Pedreira dos Ferrari, de propriedade de Raphael Ferrari desde, aproximadamente, 1913 (PUNTSCHART, 2004), onde havia a Gruta com a nascente do Rio Tamanduateí, cuja vegetação do entorno era preservada pelo proprietário, de acordo com documento do museu.

Os trabalhadores das pedreiras, chamados de canteiros ou escarpelinos tinham devoção à Santa Luzia, protetora dos olhos de acordo com o catolicismo, e como seus olhos eram frequentemente feridos por lascas de pedras em seu trabalho, a Santa era frequentemente invocada (PUNTSCHART, 2004). De acordo com documento consultado no museu a imagem de Santa Luzia foi levada em procissão até a nascente do Rio, onde permaneceu dando o nome à gruta e ao atual Parque.

Sr. José Maria de Gusmão, alagoano, que se mudou para Mauá em 1947, foi um dos ex-cortadores de pedra entrevistado por Puntschart (2004), sobre o qual relata: "[...] empregou-se na pedreira dos Ferrari, no atual Parque Ecológico Santa Luzia, arrendada por Angelin Agnello. O cálculo do salário era feito por milheiro de paralelepípedo confeccionado" (p. 31). O autor ainda apresenta alguns termos específicos dessa antiga profissão da região: "[...] matacão, que designava a grande pedra intacta no terreno e que seria objeto de exploração. Já macaco, era empregado para discriminar o paralelepípedo, sendo que o macaco mal feito, chamava-se bode." (PUNTSCHART, 2004, p.144)

Com esse histórico, o Parque das Nascentes do Tamanduateí, ou Parque da Gruta como também é conhecido o "Parque da Gruta Santa Luzia" tem sua área total de 450.899,68 m², então pertencente ao espólio de Antonieta Ferrara, declarada de utilidade pública para desapropriação amigável ou judicial em vistas a construir um Parque Municipal de lazer conforme decreto nº 1.304 de 06 de fevereiro de 1974, pelo então prefeito Amaury Fioravanti.

A área teve seu paisagismo projetado por Burle Marx em 1975, e foi criado para preservar as nascentes do Rio Tamanduateí (PUNTSCHART, 2012), mas também como área de lazer, como consta no decreto de 1974.

Somente após 11 anos, com o decreto nº 1.974 de 04 de junho de 1985, promulgado pelo então prefeito Leonel Damo, fica proibido o desmatamento, preservando parcialmente a

[11] Um dos nomes dos trabalhadores das pedreiras.

área destinada à construção do parque municipal, ditando que qualquer benfeitoria que exigisse abertura de clareiras não poderia ultrapassar 20% da área total.

Então com a lei nº 2.425 de 10 de junho de 1992, do então prefeito Amaury Fioravanti, é denominada de "Parque Ecológico Santa Luzia" a área declarada de utilidade pública em 1974, para então ser tombado, de acordo com recomendação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá (CONDEPHAAT-MA), como bem cultural material pelo decreto nº 8.314 de 10 de julho de 2017, do então prefeito Atila Jacomussi. Esse decreto foi revogado, entretanto, pelo decreto nº 8.333 de 10 de agosto de 2017, do mesmo prefeito, no qual o bem cultural material tombado é a Gruta de Santa Luzia, onde se encontra a nascente do Rio Tamanduateí, localizada dentro do Parque Gruta de Santa Luzia, não o Parque todo como sugeria o decreto anterior.

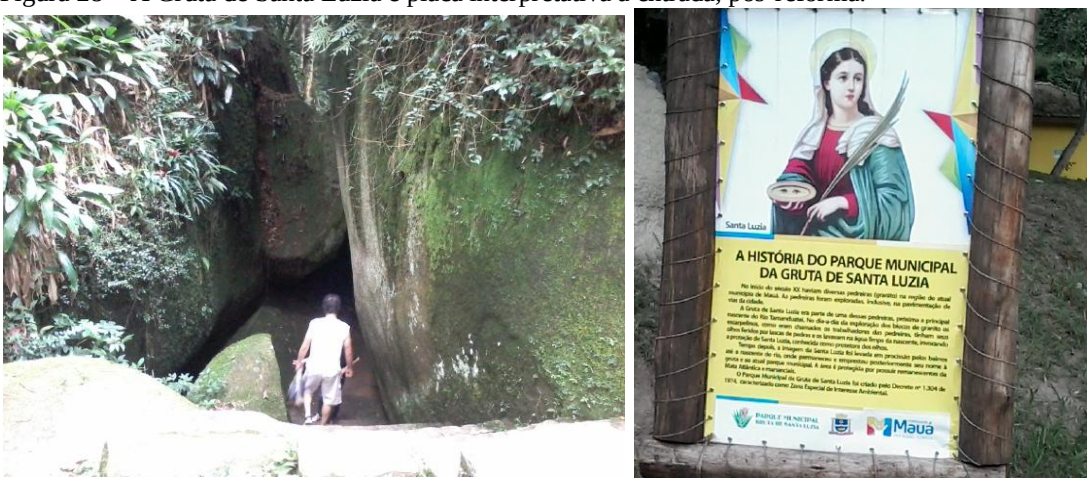
Puntschart (2012) apresenta que as águas da nascente do Tamanduateí localizada no Parque não são próprias para consumo humano (de acordo com estudo realizado pelo Centro Universitário Fundação Santo André em 2007). Enquanto que, no entorno da Gruta Santa Luzia há 484m² de vegetação remanescente de Mata Atlântica (PUNTSCHART, 2004).

A estrutura física interna ao Parque é composta pelas seguintes trilhas autoguiadas: Trilha da Pedra do Amor, Trilha do Recanto dos Pássaros e Trilha do Britador (figura 27). Na região central do Parque há a Gruta Santa Luzia (figura 28) que dá nome ao Parque e no interior a nascente do Rio Tamanduateí. Próximo à Gruta, há o lago central do parque (figura 29), um *playground* feito de madeira (figura 30), um espaço aberto como um teatro a céu aberto, os banheiros e os bebedouros do parque também estão nessa região. Há ainda, à entrada do parque, duas quadras poliesportivas (figura 31), uma Academia ao Ar Livre (figura 32) e as edificações nas quais se localizam a administração do local (figura 33) e uma sala de educação recém-inaugurada (figura 34).

Figura 27 – Placas informativas sobre trilhas e o Britador, Parque da Gruta

Fotos: Iranilda Medeiros (2017)

Figura 28 – A Gruta de Santa Luzia e placa interpretativa à entrada, pós-reforma.



Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 29 – Lago central cercado, pós-reforma no Parque da Gruta.

Foto: Manoel Olegario (2018)

Figura 30 – *Playground* de madeira na região central do Parque da Gruta

Foto: Iranilda Medeiros (2017)

Figura 31 – Quadras poliesportivas à entrada do Parque da Gruta

Fotos: Manoel Olegario (2016)

Figura 32 – Academia ao Ar Livre no Parque da Gruta

Foto: Manoel Olegario (2018)

Figura 33 – Administração do Parque da Gruta

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

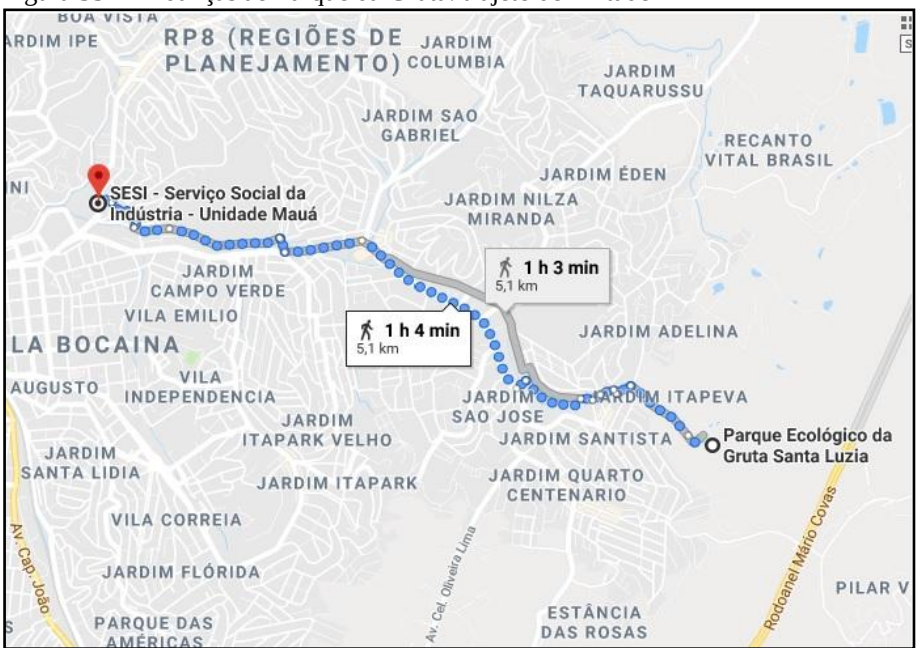
Figura 34 – Sala de Educação Ambiental no Parque da Gruta

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

6.2.1 Parque da Gruta: observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer.

Como anteriormente estabelecido, o recorte que possibilita pensar melhor a questão da conectividade física e simbólica entre os parques no caso do Parque da Gruta resultou na seguinte delimitação: trajeto que vai da Entrada do Parque da Gruta Santa Luzia indo pela Avenida Barão de Mauá até o Centro de Atividades do SESI no Jardim Zaíra (Figura 35), escolhido pelo intenso fluxo de uso público por parte dos moradores locais, apesar de ser um espaço privado.

Figura 35 – Andanças ao Parque da Gruta: trajeto delimitado



Fonte: Adaptado de GOOGLE (2019b)

Assim sendo, foi possível constatar que as pessoas chegam ao parque a pé predominantemente, sobretudo os moradores locais, ou alguns de bicicleta apesar de Mauá

não possuir malha cicloviária. Mas quando se trata de moradores de outros bairros ou turistas, é visível o predomínio do automóvel para chegar ao local. Ainda é possível acessar o parque de ônibus pelas linhas 131 – Itapeva x Terminal Mauá, 132 - Camargo x Terminal Mauá, 133 – Esperança x Terminal Mauá[12], sendo que a linha 132 para em frente à entrada do parque e os demais no Terminal Rodoviário Jorge Luiz Jordão – Jd. Itapeva, cerca de 5 minutos de caminhada da entrada da Gruta.

Entretanto, verificou-se o impacto de uma frota reduzida aos domingos, durante a visitação realizada dia 04/06/2017:

> Domingo de manhã também estava ensolarado. Nesse dia a atividade começou às 10h00min da manhã, mas como moro no Jardim Zaira e o Parque da Gruta fica no Jardim Itapeva, esperei o ônibus que passasse no Terminal Rodoviário do Itapeva e acabei me atrasando 20 minutos. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2017).

Ao mesmo tempo a praticidade de chegar ao local por este modal, quando a circulação está normalizada, como ocorreu na visitação do dia 25/03/2018, também no domingo:

> Saímos Manoel e eu, da entrada do Jardim Zaira do ponto de ônibus próximo ao supermercado Coop, sentido bairro. Tomamos o ônibus Jd. Itapeva e descemos no terminal de mesmo nome. Ao chegar ao terminal Itapeva poderíamos tomar o ônibus Camargo que passa na frente da entrada do parque. Chegamos ao ponto 15h30, tomamos o ônibus às 15h40 e chegamos ao terminal do Itapeva às 15h50, então, seguimos a pé mais 5 minutos à entrada do Parque que, devido ao evento[13], tinha vários carros estacionados. Ficamos no Parque até umas 16h45min. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

O parque ainda não conta com as normas de acessibilidade universal, ou mesmo rampas de acesso, bebedouros e banheiros adaptados. As calçadas da parte interior do parque estão em bom estado de conservação, mas as que dão acesso à entrada seguem os padrões dos bairros da cidade: esburacadas e estreitas, como se observa na figura 36, em certos trechos cabe apenas uma pessoa. Há uma placa sinalizando sobre o Parque na altura da Praça da Bíblia (Figura 37)**,** já no centro da cidade. Enquanto que indo em direção ao parque não se tem mais essa sinalização, de forma que fica difícil encontrá-lo caso o visitante não seja da cidade de Mauá.

[12] Suzantur é a empresa de opera os ônibus mauaenses. Portanto, informações de itinerários e horários disponíveis no *website*: https://suzanturmaua.com.br/itinerarios/

[13] O "evento" aqui citado é o Programa "Domingo no Parque".

Figura 36 – Calçada na Avenida Barão de Mauá, largura para uma pessoa.

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 37– Placa sinalizando sobre o Parque da Gruta, altura da Praça da Bíblia.

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Percebe-se então que, com relação a acesso e acessibilidade, este parque necessita de bastante investimento na conectividade física, primeiramente. Conquanto para, além disso, a cidade precisa entendê-lo como "[...] um agente de transformação do tecido urbano, propiciando políticas públicas e geração de uma agenda do espaço público" (DIEZ, 2018, p.20, livre tradução), pois a falta de sinalização indicativa dos espaços da cidade é um problema generalizado. Para que as políticas de acesso e, principalmente, acessibilidade sejam efetivas é necessário entender como discute Serpa (2004) que a acessibilidade também é simbólica, portanto, necessita-se de um trabalho de sensibilização e reconhecimento do público deste espaço para o seu efetivo atendimento.

Com essa finalidade, observa-se que o entorno imediato do parque é marcado pela presença de residências autoconstruídas, uma diversidade de igrejas, principalmente evangélicas, supermercados (três de redes conhecidas) e empreendimentos locais de

alimentação: sorveteria, *self-service*, além de lotérica e farmácias. Vale a pena destacar a presença de espaços públicos no recorte: três escolas públicas, sendo a Escola Profª Neusa F.M. Bernardi municipal e as outras duas, a EE. Profª Mirna Loide C. Ferle e a EE Irene da Silva Costa, estaduais. Equipamentos públicos da área de saúde: UBS Jardim São João e UPA Barão de Mauá; de assistência social: CRAS São João e ligados à cultura: Fábrica de Artes (figura 38). Essa proximidade entre os equipamentos públicos, como o é o parque urbano, pode ser vista como oportunidade para potencializar os efeitos das políticas de cada equipamento ao se trabalhar de forma intersetorial (FEUERWERKER e COSTA, 2000).

Figura 38 – Fábrica de Artes e atividades abertas ao público perto do Parque da Gruta

Fotos**:** Iranilda Medeiros (2019)

Na rua que dá acesso ao equipamento, alguns empreendimentos que usaram o nome do parque como referência direta, no caso o Depósito “Blocos Santa Luzia” (figura 39) e a Casa do Norte “Santa Luzia” ou indiretamente, como Canaã Imóveis e Universal Academia, corroboram a ideia do parque enquanto fator de valorização do seu entorno (MORE, STEVES, ALLEN, 1988). E ainda a “Barraca do João Caldo de Cana e Pastel” (Figura 39) relacionado às necessidades de alimentação dos usuários do parque, como também mais à frente o “Bar do Jabá”, famoso restaurante *self service* na cidade.

Figura 39 – Barraca do João e Blocos Santa Luzia ao lado do Parque da Gruta

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Um aspecto importante a destacar é que a avenida que conecta a cidade ao parque da Gruta é a Barão de Mauá, uma das principais em fluxo de pessoas, carros, motos e ônibus, portanto uma característica interessante é a presença de uma infinidade de serviços automotivos no trecho que vai da UPA Barão de Mauá até o Centro de Atividades do SESI: autopeças, oficinas, lojas de acessórios, de tintas e concessionárias. Um destaque vai para três bicicletarias que resistem nesse cenário tendo em vista que diversos moradores do Jardim Itapeva se locomovem em bicicletas, por ser um modal mais barato. Essa dinâmica poderia se organizar, caso houvesse interesse, em um *cluster*[14] (THOMAZI, 2006) de serviços para meios de locomoção beneficiando os empreendedores locais mutuamente e também a população.

Exclusivamente, ao se pensar no pedestre a sinalização e acessibilidade são complicadas: as calçadas são muito estreitas, há pouca sinalização para este público, há cruzamentos em que a travessia para pedestres é extremamente periculosa, pois os carros passam em alta velocidade e não respeitam a faixa de pedestre, único recurso para o caminhante.

Quanto aos serviços ambientais, o Parque da Gruta Santa Luzia é uma unidade de conservação municipal, na qual está localizada a nascente do Rio Tamanduateí, dentro da Gruta que dá nome ao Parque. Mas para além da dicotomia natureza *versus* cultura o parque tem se mostrado local propício para a experiência da inseparabilidade desses conceitos (LIMA, 2004).

Há vegetação remanescente de Mata Atlântica no local, além de ser uma área de manancial. Percebe-se a diminuição da temperatura, boa qualidade do ar e mais umidade, principalmente nas trilhas autoguiadas.

Entretanto, percebe-se na região do lago central a temperatura subir, como também o solo erodido e descoberto devido ao fluxo intenso de visitantes nessa área. Pois, como se percebeu na visitação do dia 04/06/2017:

> [...] No lago central do Parque (Figura 40) a paisagem é bastante bela, evocando sentimentos de liberdade, tranquilidade e evasão do ambiente urbano. Mas que tem possibilidades de secar devido à escassez de mata ciliar em seu entorno [...]. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2017)

[14] Cluster como analisado por Thomazi (2006) seria uma organização que "[...] se obtém a partir das aglomerações ou concentrações de empresas e atividades." (p.39) afins.

Figura 40- Vista do lago central do Parque da Gruta

Foto: Manoel Olegario (2016)

No que se refere à educação ambiental, há monitorias predominantemente para atender grupos escolares e são agendadas diretamente com a SVMA, atualmente localizada dentro do Parque do Guapituba. No qual ficam locados também os monitores ambientais que atendem ambos os parques e programas de educação ambiental pela cidade.

Neste sentido, para além da educação ambiental tradicional, evoca-se a ideia de animação socioambiental desenvolvida por Pacheco e Raimundo (2014), necessária neste contexto para, sensibilizar as pessoas a fruírem de seu lazer em contato com a natureza, de um lado, e entenderem as estratégias necessárias para a preservação deste local, por outro.

Ao sintetizar as observações sobre Gestão, foi possível perceber que não há um canal claro de informações, nem mural ou material impresso. Dessa forma mesmo em um evento como o que ocorreu na semana do meio ambiente, na visitação do dia 04/06/2017, divulgado em mídias como jornais e redes sociais da cidade, houve desinformação o que dificulta a fruição das atividades pelo visitante:

> [...] ao chegar ao Parque da Gruta o grupo já tinha começado o trajeto e, ao contrário do dia anterior, não havia nenhum funcionário para me recepcionar e informar. Mas quando vi um ônibus fretado na frente da entrada do Parque da gruta, fiquei sabendo que, de fato, as crianças tinham chegado e a trilha havia começado. Sem saber qual era o trajeto da trilha intui que o grupo estaria na região do lago, próximo à gruta – local muito divulgado do parque. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2017).

Entretanto, após a reforma ocorrida em 2018 há mais placas informando a localização dos atrativos, mas não placas interpretativas. Os locais especificamente revitalizados são descritos na visitação do dia 25/03/2018:

> Recentemente o Parque da Gruta passou por uma revitalização: houve aumento da Academia ao Ar Livre (figura 41), colocação de telhado para proteger os seus aparelhos da chuva, além da colocação de placas de sinalização. Na região do lago central (figura 38), foram colocadas grades em torno do lago e também placas de sinalização, no chão foram colocadas pedras de paralelepípedo, formando as trilhas do lago central até atrativos como a gruta e o britador, o qual recebeu corrimão na

escada que dá acesso a ele. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Figura 41– Academia ao ar livre e lago central após revitalização do Parque da Gruta

Fotos: Manoel Olegario (2018)

Mas apesar desse esforço, observou-se ainda que o atrativo britador, por exemplo, não foi revitalizado e continua sendo consumido pela ferrugem. Este atrativo dialoga explicitamente com a importância histórica do parque enquanto uma antiga pedreira da cidade de Mauá.

O parque é limpo, há bebedouros e banheiros, nem sempre com papel e localizados, sobretudo na região do lago central. Há uma boa distribuição de lixeiras pelo parque, mas não se propõe o descarte do lixo separadamente (coleta seletiva).

Não há presença constante de funcionários circulando pelo parque e segurança menos ainda: há apenas a presença da patrulha ambiental por algumas horas ao dia. Uma vez que ela atende todas as regiões da cidade, o que corrobora dois entraves levantados por Pacheco (2017) para a gestão estratégica do uso público em parques urbanos no país hoje: a escassez de recursos humanos e financeiros. O resultado deste cenário é uma sensação de insegurança, como percebido na visitação do dia 04/06/2017:

> Entrei em uma trilha que nunca havia feito, pois este parque eu já frequentei algumas vezes como munícipe da cidade em meu tempo de lazer. Essa trilha era de terra e estava em algumas partes escorregadia e a vegetação era mais densa. Nessa trilha só havia uma mãe com o seu filho de uns nove anos e eu caminhando, o que causou um clima de bastante insegurança. A mãe, em tom de conselho, disse não gostar de ir sozinha ao parque em virtude da insegurança que sentia no local. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Não há serviços de suporte dentro do Parque: Alimentação, serviços de lazer (locação de bicicletas, por exemplo, porque agora é proibido o uso delas dentro da Gruta). O que se percebe é a mobilização de vendedores ambulantes na Rua que dá acesso à entrada do Parque para atender às demandas alimentícias dos usuários, predominantemente, aos domingos. Há também, seguindo este raciocínio, um estacionamento "Gasparzinho" (Figura 42) improvisado por um morador local, ao lado da entrada da Gruta, para atender os visitantes que

chegam de carro ao local. A gestão é completamente feita pela Prefeitura por meio da SVMA: administração, atendimento, recursos financeiros estabelecidos na LDO sem a participação de concessionários de serviço ou associações de usuários.

Figura 42 – Estacionamento “Gasparzinho” ao lado da entrada do Parque da Gruta

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Neste último caso, salienta-se que a gestão vem na contramão, uma vez que a participação da comunidade no desenho (PETER, ELANDS, BUIJS, 2010) implantação e gerenciamento (McCORMACK, ROCK, TOOHEY, HIGNELL, 2010) de um parque urbano têm sido apontados como elementos importantes para o seu sucesso enquanto espaço para práticas corporais no lazer.

Dessa forma, ao diagnosticar os usos para lazer do Parque da Gruta, percebeu-se a predominância de práticas espontâneas: famílias fazendo piqueniques aos domingos, grupos de adultos fazendo caminhadas e usando a Academia ao Ar Livre ou da Terceira Idade (ATI) durante a semana, principalmente na parte da manhã e jovens/adolescentes andando de bicicleta, jogando futebol, vôlei e ouvindo música aos sábados e domingos, sobretudo por ser o único espaço público de lazer ao ar livre com essas dimensões na região.

Quanto aos eventos programados, foi possível participar de uma das edições do evento “Domingo no Parque”. O evento é promovido pela SVMA, em parceria com outras secretarias, como a de Cultura e Emprego e Renda, no último domingo de cada mês 10h00minh as 17h00minh. Seu objetivo é estimular a frequência de público no local e se caracteriza pela montagem de barracas de artesanato com peças em crochê e produtos alimentícios artesanais. Além disso, há a montagem de tendas para a realização de apresentação de músicas cantadas por artistas locais. A ideia é interessante, todavia ao manterem-se as características do evento, acredita-se que está locado no Parque errado, como se percebe nas notas da visitação do dia 25/03/2018:

> Fomos para a região do Lago Central, pois as atividades sempre se concentram ali.

> Havia duas meninas cantando música sertaneja altíssima, de forma que a vocação do parque para educação ambiental ficava em segundo plano. Não se escutava os animais, não se via a vegetação e o lago, não havia contemplação, nem silêncio. [...] Sinceramente, acredito que um *Show* musical como o proposto combinaria mais com a o paço municipal, ou até mesmo com o Guapituba, naquelas construções antigas que não são utilizadas, mas não na Gruta. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

As notas de Manoel, o colaborador da pesquisa, sobre este dia corroboram também com essa sensação e, ao mesmo tempo, desvelam o sentimento de frustração que é possível gerar em um usuário quando se propõe uma atividade totalmente diferente de suas expectativas, ou seja, quando não há consulta popular para a elaboração de uma programação de lazer:

> Entramos para a gruta e o sentido de natureza vai nos tomando aos poucos, mas quando chegamos ao centro da gruta, a musicalidade me irritou muito, me tirando o sentido de natureza que estava se apoderando de mim. Pois o que se via eram pessoas para lá e para cá, e sem ordem, parece que não segue lógica nenhuma. [...] (Manoel Olegario, relato de campo, 2018).

O mais importante, como muito se tem discutido no campo de estudos do lazer, é preciso superar a ideia de que política de lazer é fazer eventos. O parque enquanto espaço de educação (MÉSZAROS, 2005) tem o potencial de transformar uma cidade em um ambiente educador, tal como vem ocorrendo no Brasil em Sorocaba/SP e em Rosário na Argentina (APRENDIZ, 2019).

6.3 PARQUE DO PAÇO: REFLEXÕES SOBRE O OFICIAL E O “OFICIOSO”

É provocante iniciar o texto sobre a apresentação deste espaço da cidade propondo uma discussão entre o oficial e o “oficioso”, pois de acordo com a análise da legislação municipal sobre parques, como se verificará, há controvérsias sobre esse espaço ser ou não um parque urbano, entretanto porque, a apropriação que a população faz dele torna-o, possivelmente, o espaço público com maior diversidade de usos de lazer dos parques estudados.

O Paço Municipal de Mauá é, dentre os parques estudados, o mais conhecido pela população mauaense e visitantes da região do ABC, uma vez que é o espaço no qual se realiza a Festa Junina de Mauá, a qual já teve sua 34ª edição em 2018.

Este evento promovido pela prefeitura ocorre sempre perpassando todo o mês de junho, geralmente as sextas, sábados e domingos, começando por volta das 18h. As atrações principais da Festa são cantores de grande exposição na mídia que atraem milhares de pessoas da região ano após ano. Há ainda, mas com menor apelo de divulgação, barracas com

comidas, bebidas e algumas outras atrações como tendas com jogos. Mais que uma festa junina, como sugere o nome, o evento tem, a cada ano, se configurado como um local de lazer para o público jovem do ABC. O interessante de se perceber é que, a infraestrutura demandada para a Festa Junina, demonstra todo o potencial do Paço para ser um espaço de lazer voltado também para eventos e que há a capacidade de estruturá-lo para isso. No entanto, o empenho para que ele continue sendo utilizado no resto do ano com a mesma qualidade de serviços e estrutura, não ocorre.

Oficialmente, O "paço", como é mais conhecido em Mauá, começa sua história em 1964, quando o 4º prefeito da cidade: Edgard Grecco autoriza o seu Plano de construção. Nove anos depois desse fato, no decreto nº 1.632, de 02 de dezembro de 1975, o então prefeito Amaury Fioravanti, nomeia uma comissão especial para o recebimento das obras finais do paço municipal.

Um ano mais tarde, o mesmo prefeito nomeia pelo decreto nº 1810 de 01 de dezembro de 1976, o edifício do executivo, situado dentro do paço municipal, como "Edifício Irineu Evangelista de Souza", em referência ao Barão de Mauá. Já pelo decreto nº 1.811 de 01 de dezembro de 1976, o prefeito Amaury nomeia o auditório dentro do edifício do executivo, com o nome de "[...] um dos mais antigos funcionários da Municipalidade, e que propugnou incansavelmente pela construção/do Edifício do Executivo no Paço Municipal [...]" (MAUÁ, 1976b): o Auditório "Dr. Vicente de Carvalho Bruno". Dessa forma, começa a se estruturar o que hoje se conhece como o "paço".

Em 1998, começa a destinação do espaço para estacionamento, como acontece até hoje: o então prefeito Oswaldo Dias, por meio do decreto nº 5.851 de 24 de julho de 1998, permite que à OAB – Ordem de Advogados do Brasil, subseção Mauá utilize, por tempo indeterminado, parte do paço municipal como estacionamento. Sendo que no decreto nº 7.762 de 21 de novembro de 2012, o mesmo prefeito Oswaldo Dias, acrescenta a este cenário: "Poderá ser cobrado valor máximo de R$ 3,00 (três reais) por hora de cada veículo que utilizar o estacionamento." (MAUÁ, 2012b).

Se por um lado, o paço vem se tornando espaço de estacionamento progressivamente regulado pelos decretos municipais, por outro se vê também a ratificação de sua função como espaço público para os cidadãos, conforme se percebe na lei nº 3.751 de 22 de dezembro de 2004, em que o então prefeito Oswaldo Dias outorga a denominação de "[...]'Celso Daniel' [a] o centro esportivo do **Parque** do Paço Municipal [...]" (MAUÁ, 2004, grifo nosso), é também a primeira vez em que se percebe o uso da nomenclatura Parque para se referir ao Paço Municipal. Somado a isso, os usos do tempo livre, sendo ratificados como nas

autorizações de uso do paço municipal para eventos variados: Parque de diversões (MAUÁ, 2006), VII Festa Peão de Boiadeiro de Mauá (MAUÁ, 2007c) e Feirão de veículos (MAUÁ, 2008).

Então em 2007, o paço municipal, em especial o Edifício "Irineu Evangelista de Souza" ganha mais atrações: duas galerias de fotos de ex-prefeitos da cidade de Mauá: uma no gabinete do prefeito e a outra no saguão de entrada do paço municipal, por meio da lei nº 4.185 de 23 de maio de 2007, promulgada pelo então prefeito Leonel Damo. Em 2008, o mesmo prefeito promulga a lei nº 4.352 de 17 de junho, que denomina como "Prefeito Edgard Grecco" o então Paço Municipal de Mauá.

Com relação ao Parque da Juventude, espaço incluso dentro do Paço Municipal, não foi encontrado nenhuma lei ou decreto que faça referência à sua nomeação. Mas acredita-se que a portaria nº 10.628 de 29 de setembro de 2014, do então prefeito Donisete Braga que designa "Gestor e Responsável técnico para contratação de concessão administrativa para ampliação, reforma, operação e manutenção do Paço Municipal de Mauá" (MAUÁ, 2014b), possa ter relação com o já citado parque. No entanto, é partir de dezembro de 2016 que se começa a falar sobre o Parque da juventude enquanto um novo espaço de lazer dentro do "Paço".

A estrutura interna do Paço Municipal é formada pelo edifício que abriga o gabinete do prefeito e câmara de vereadores (figura 43), ao lado o fórum da cidade, que tem seu estacionamento, também a OAB, cujo estacionamento está em frente, outra área que funciona como estacionamento dentro do "Paço" (figura 44) de segunda à sexta ao fundo do prédio do executivo, mas também com forte circulação de pessoas a pé e de bicicleta durante a semana. Aos fins de semana há também pessoas andando de patins, *skate*, e mais bicicletas, desde crianças aprendendo até pessoas já experientes da cultura ciclística, além da realização de eventos como a festa junina da cidade à noite (figura 45). Há o Parque da Juventude que se vê do "Paço" (figura 46), um Ginásio Poliesportivo com piscina pública (figura 47), uma ponte sobre o "piscinão" que conecta o "Paço" ao Parque da Juventude (figura 48), e o teatro municipal da cidade (figura 49).

Figura 43 - Gabinete do prefeito e Câmara de vereadores no “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2018)

Figura 44 - Estacionamento dentro do “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2018), (2019)

Figura 45 - Usos do tempo livre no “Paço”: dia (contato com natureza), noite (evento)

Fotos: Iranilda Medeiros (2018)

Figura 46– Parque da Juventude: visto do estacionamento do “Paço”

Foto: Manoel Olegario (2016)

Figura 47 - Ginásio Poliesportivo com piscina pública dentro do “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2018)

Figura 48 – Ponte sobre o “Piscinão” que conecta o “Paço” com o Parque da Juventude

Fotos: Iranilda Medeiros (2018), (2019)

Figura 49 – Teatro municipal dentro do “Paço”: escadaria de entrada

Foto: Iranilda Medeiros (2018)

6.3.1 “Paço”: observações sobre acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer.

Inicialmente, o Paço municipal não foi pensado como um parque a ser estudado, entretanto no decorrer das observações que tiveram como finalidade às primeiras aproximações ao campo, foi possível perceber a intensidade de fluxo de pessoas neste espaço da cidade de Mauá. De forma que, percebe-se nele a potencialidade de tornar-se oficialmente um Parque, porque não, metropolitano. No entanto, atualmente, já há dentre os seus vários equipamentos de lazer um espaço oficializado como parque desde dezembro de 2016 – O Parque da Juventude de Mauá.

O espaço onde agora é o Parque da Juventude é a famosa “Pista” ou simplesmente o “Paço”. O local abrigava a mais de 10 anos uma pista de skate mantida pela União dos Skatistas de Mauá – coletivo de skatistas que faziam a manutenção do espaço e o utilizavam para sua prática e confraternizações. Hoje, além dessa famosa pista, agora ampliada, há mais outras pistas de skate (figura 50) para os iniciantes na prática, quadras (figura 51) de basquete, futebol, uma arquibancada coberta com palco (figura 52), pista de caminhada (figura 53), Academia ao Ar Livre (figura 54) e parquinho (figura 55). O Parque da Juventude agora é responsabilidade da Secretaria de Cultura e Juventude do município, mas ainda é marcante a presença dos jovens skatistas, antigos mantenedores do espaço.

Figura 50 – Pistas de *Skate* no Parque da Juventude dentro do “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 51 – Quadras no Parque da Juventude dentro do “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 52 – Arquibancada coberta com palco no Parque da Juventude dentro do “Paço”

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 53 – Pista de caminhada no Parque da Juventude dentro do “Paço”

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 54 - Academia ao Ar Livre no Parque da Juventude dentro do “Paço”

Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Figura 55 - Parquinho no Parque da Juventude dentro do “Paço”

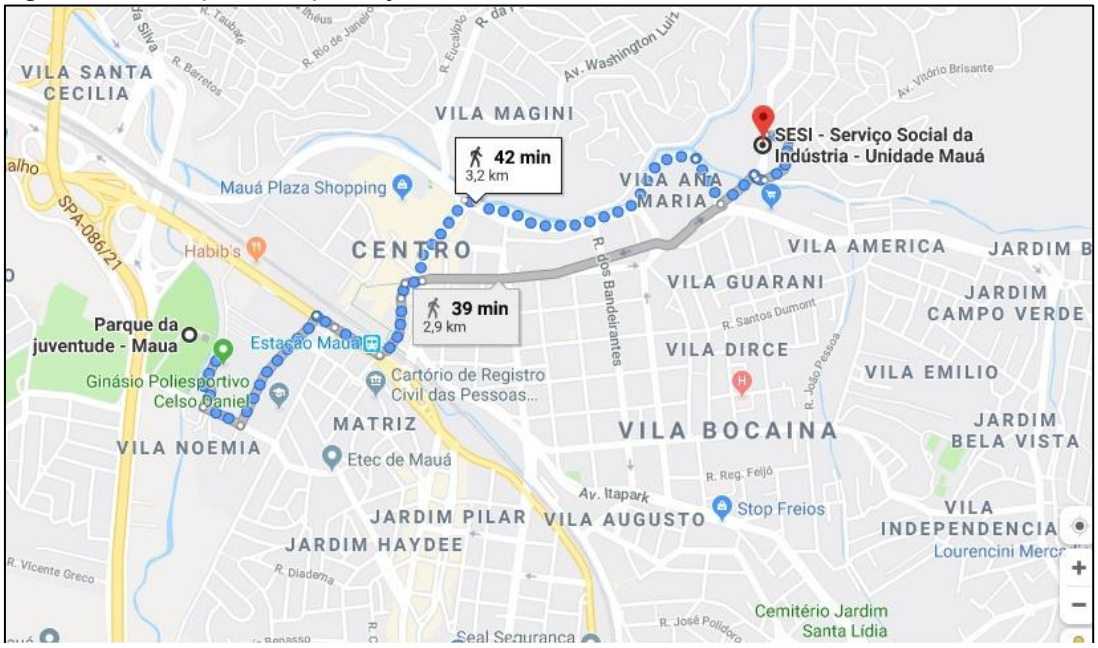
Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Houve diversas “Andanças de Campo” pelos arredores do “Paço” por que caminhar é uma característica dessa cidade: o mauaense caminha pela sua cidade, nas calçadas esburacadas, nas ruas quando as calçadas já não lhe cabem. Tal como colocaria Certeau (1998):

> Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social de privação de lugar – uma experiência é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. (p.183)

Dessa experiência de “andar” pelos espaços residuais considerando a conectividade física, de locais, e das subjetividades, dos seus frequentadores caminhantes. Foi possível delimitar o seguinte trajeto para observação: a entrada do Parque da Juventude, seguindo por dentro do Paço Municipal, até a Rua Vitorino Dell”Antonia, acompanhando a Av. João Ramalho até o *Boulevard* Jornalista Roberto Marinho, passando pela Praça 22 de novembro, acompanhando a calçada do Mauá Plaza Shopping na Rua Gov. Mário Covas Júnior até a UPA da Vila Magine em frente à Praça da Vila Magine, acompanhando o rio Tamanduateí pela Av. Antonia Rosa Fioravanti, passando pela Rua Cineasta Glauber Rocha até chegar na Avenida Castelo Branco, no Centro de Atividades do SESI do Jardim Zaira.

Figura 56 - Andanças ao “Paço”: trajeto delimitado



Fonte: adaptado de GOOGLE (2019c).

Diferentemente do previsto no recurso *maps* do *Google* (figura 56), o tempo cronometrado da entrada do Parque da Juventude até o Centro de Atividades do SESI Jardim Zaira, seguindo o trajeto a pé foi de 33 minutos e 41 segundos.

Dentro desse trajeto, foram também cronometradas rotas intermediárias:

- Do Parque da juventude até a Praça da Vila Magine: 18 minutos e 31 segundos;
- Da Praça da Vila Magine até o SESI: 15 minutos e 10 segundos.
- Da Praça da Vila Magine até o Centro POP – 6 minutos e 15 segundos.

É possível chegar nesse parque a pé e de bicicleta, principalmente aqueles que moram próximos à entrada. Além disso, é possível chegar de carro – há cerca de cinco vagas para carros em frente à entrada do parque da juventude, além do estacionamento do paço municipal. Também de ônibus: do Terminal Central a linha 31 – Terminal Central X Parque São Vicente passa em frente à entrada do Parque da Juventude, basta descer na nona parada, a segunda da Rua Francisco Ortega Escobar, de onde já se avista a entrada do parque. Não há paraciclos, mas o Parque é trajeto para vários ciclistas empurrando a bicicleta.

Há uma atleta de skate de Ribeirão Pires que, semanalmente, treina no Parque. É um local de frequência para pessoas de diversos bairros, uma vez que se localiza na região da cidade mais bem provida de serviços, inclusive de locomoção.

O parque não apresenta adequação às normas técnicas de acessibilidade, mas as calçadas de acesso ao Parque têm menos buracos e são mais largas do que às da Avenida Barão de Mauá indo para o Parque da Gruta.

O entorno imediato do parque perpassa exatamente o centro da cidade de Mauá (figura 57). Considerando-se centro como colocado por Bovo e Amorim (2013), é possível descrever o de Mauá como local onde se situa uma quantidade grande de lojas de maquiagem, variedades, roupas, sapatos, depósitos de construção, empreendimentos de alimentação e o famoso e, sempre lotado, "Mauá *plaza shopping*" que atende toda a população mauaense e, notavelmente, moradores das cidades vizinhas, principalmente, as que não tem este tipo de equipamento, além da presença de seis hotéis de pequeno porte e sem estrelas[15] no perímetro.

Figura 57 – Centro de Mauá: à esquerda Praça 22 de Novembro, à direita, *Shopping.*

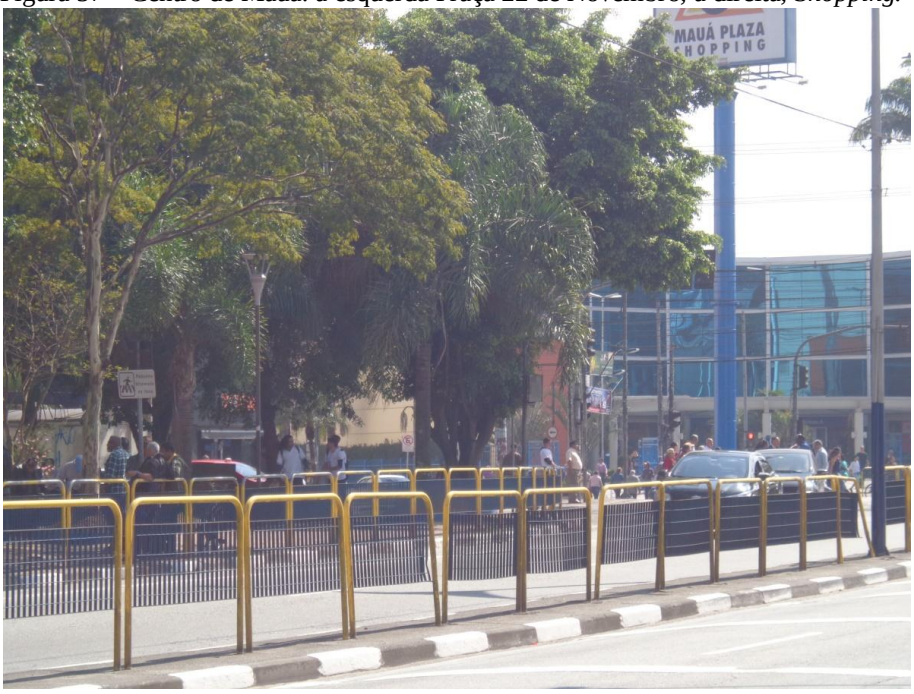


Foto: Iranilda Medeiros (2019)

Portanto, os fluxos de pessoas, carros, ônibus e bicicletas são intensos todos os horários do dia, especialmente, nos horários de "pico" uma vez que o terminal rodoviário central, estação de trem de Mauá e o bicicletário da Ascobike – Associação de Condutores de Bicicleta de Mauá - e a passarela que dá acesso ao Paço municipal, se localizam no perímetro da Praça 22 de novembro e o calçadão de Mauá. O que se apresenta como um fator positivo para o Parque, pois como coloca Jacobs (2011), usos e vizinhança diversificada contribuem para que o parque também tenha usos em diversos horários ampliando sua possibilidade de sucesso.

Espaços públicos neste local também merecem destaque: a própria Praça 22 de novembro, a Praça da Vila Magine (figura 58), a UPA central, Escolas Estaduais: Afonso

[15] O Ministério do Turismo tem o Subclass – Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, no qual são avaliados itens como serviço de recepção, troca de roupas de cama, inclusão ou não de café da manhã na diária, tamanho das Unidades Habitacionais para que o meio de hospedagem possa apresentar à quantidade de estrelas correspondente. Isso objetiva dá mais credibilidade à qualidade do serviço prestado. (MINTUR, 2019)

Pachotte Pe, Antonio Prado Junior, Therezinha Sartori, Centro POP e Poupatempo de Mauá (estadual). Além disso, há ainda patrimônios culturais municipais, localizados no Recorte: Igreja Matriz de Mauá, Marco Zero da cidade, Praça 22 de novembro e o Teatro Municipal. Como também equipamentos de Educação da rede privada: a FAMA – Faculdade de Mauá – e uma unidade da UNINOVE – Universidade Nove de Julho.

Figura 58 – Praça da Vila Magine, entorno do "Paço"

Fotos: Manoel Olegario (2018)

Com tantos estímulos o percurso é interessante de se fazer a pé, porque há sempre algo novo para ver. Além do calçadão, a presença de vegetação faz com que o caminhante se sinta mais relaxado apesar de ser um local com fluxo intenso como já dito antes.

Um dos percalços é a falta de ciclovia na cidade que faz com que os atritos entre pedestres e ciclistas sejam muitos: uma vez que o bicicletário da Ascobike se conecta a estação de trem e a saída para os outros bairros, não tendo uma via para bicicleta e estando a rua já sobrecarregada de carros e ônibus, os ciclistas disputam as calçadas com os caminhantes e os vendedores ambulantes, panfleteiros, barracas – alguns recentemente oficializados pela prefeitura. É possível distingui-los pelo uso de um "jaleco" com a categoria do seu serviço escrita. Isso, contudo, não diminuiu a quantidade de vendedores ambulantes não oficializados (aqueles sem o "jaleco").

Quando se chega à Praça da Vila Magine até o SESI Jardim Zaíra, o ambiente se torna mais bucólico: é bem arborizado, há a presença do rio que, apesar de poluído, traz um pouco de beleza e poesia ao trajeto. São cerca de 2 km de trecho que acompanham o Rio Tamanduateí (figura 59), da UPA da Vila Magine até o Centro de Atividades SESI do Jardim Zaíra, com grande potencial de tornar-se um parque linear para usufruto de atividades de lazer e prestação de serviços ambientais para a cidade.

Figura 59 – Trecho com potencial para Parque Linear, ao longo do Rio Tamanduateí.

Fotos: Iranilda Medeiros (2019)

Este mesmo trajeto foi local de imersão em uma das "andanças de campo", como apontados nos registros da visitação do dia 18/03/2018:

> Escutamos pássaros, a água do rio, até que o som dos carros fica mais distante quando deslocamos o foco da nossa atenção para esses elementos, além da brisa sempre presente no espaço, apesar do sol forte das 13h00min (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Corroborada também pelos apontamentos de Manoel que, diferentemente da pesquisadora, tem a experiência de passar pelo local para ir ao seu trabalho em uma das escolas locais:

> **Natureza sem ansiedades: Natureza e cidade/ Uma sombra para o ser/ Quem nos viu quem no vê/ Um lugar e um querer/ Natureza sem ansiedades.**
> [...] Caminhar com outra pessoa, me ajudou a ressignificar de forma sentimental o lugar, me fez pertencer ao local. Pois, você se deixou pertencer ao lugar, e fui na sua também, quando vi já estava envolvido, já tinha tirado o foco dos carros e me voltado para a paisagem linda, e senti que pertencer é ficar, estar e ser com o lugar.
> É interessante, pois passo pelo local algumas vezes por semana para ir ao trabalho, mas a passada é diferente de hoje, para ir ao trabalho vou com certo ritmo, certa pressa por causa do horário de chegar ao trabalho, hoje não, sem intenção de quanto tempo se fica ou se vai, a pertença tem outra profundidade. [...]. (Manoel Olegario, relato de campo, 2018).

Certamente, compartilhadas por muitos, essa sensação traz diversos usos para o local: pessoas andando de bicicleta, fazendo corrida e caminhada ou mesmo utilizando o espaço para retornar ao seu bairro de moradia. Esse uso é mais perceptível de manhã (antes das 8h) e da tarde para a noite (depois das 17h).

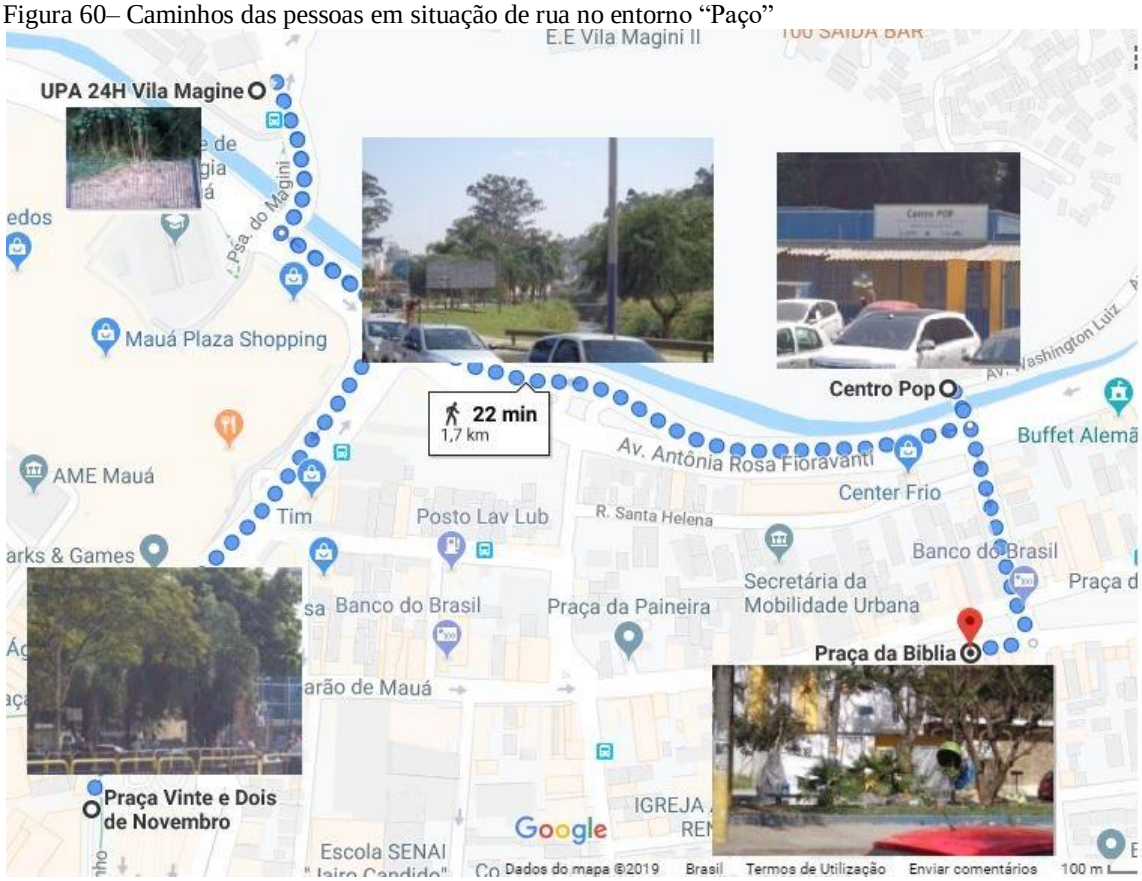
Outra característica desse local é a presença forte de pessoas em situação de rua, tal como descrito na visitação do dia 09/03/2018:

> **Encontro Casual: relato de um encontro urbano em Mauá/SP**
> Eu, vindo da biblioteca central, ainda pensando na conexão do Parque da juventude com todos aqueles espaços livres...
> Um único objetivo: degustar um pouco do verde que ainda nos resta.
> Boné roxo na cabeça, com a camiseta também combinando, num estereótipo de garota urbana que caminha sem rumo por aquele pequeno espaço ao lado do Tamanduateí que devia ser parque linear – pensava eu!-
> De repente ela me aborda: de bicicleta, jovem, mais ou menos 18 anos, morena,

> vestida com camiseta e bermuda, com rosto de quem acabava de acordar...
> Assusto (como sempre acontece na Rua hoje: desconfiados olhamos o outro com medo, pois ele pode potencialmente me fazer o mal...)
> Ela, sensível, percebe e diz: "eu sou do bem!"... E naquele instante, olho em seus olhos e vejo o bem refletido de fato e o quão tolo o meu susto parecia!
> Ela me diz: "Eu sou mulher, não pareço, mas desceu para mim e eu preciso de um real para comprar absorvente!... Moro ali perto do POP[16]! (aponta com a cabeça)".
> Era o local que, no meu devaneio sonhava ter um parque linear... Essa moça jovem, determinada, na minha frente preocupava-se com sua dignidade feminina que lhe foi tirada e eu... Sentindo-me a pior das criaturas ansiando por um parque linear!
> Tirei 2 reais e lhe dei! Sentindo-me, hipocritamente bem, por despachar aquela pessoa que tanto me envergonhou por minha tolice e mesquinhez... Presa em minha gaiola aconchegante da zona de conforto e alheia a essa realidade que grita à minha frente! (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Além disso, é perceptível o trânsito desses sujeitos pela Praça 22 de novembro, nesse trecho do acostamento, passando pelo centro POP e na praça em frente ao POP (figura 60).

Figura 60– Caminhos das pessoas em situação de rua no entorno "Paço"



Fonte: adaptado de GOOGLE (2019c) com Fotos de Iranilda Medeiros (2019)

Tornou-se importante mapear o trajeto desses sujeitos, que se aproximam muito do que Bauman (2009) tem denomina de *underclass*, aquela categoria social na qual não se quer

[16] Centro POP, ou simplesmente o "POP", é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e funciona no local desde 2015, com serviços de apoio a esta parcela da população, inclusive albergamento com capacidade para tender 50 pessoas por noite (14 vagas de alojamento feminino e 36 masculino).

cair: “[...] indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis [...] gente que não contribui para a vida social.” (p.24), porque para se pensar em conectividade entre espaços públicos em Mauá, em especial os parques urbanos, é necessário lidar com a questão deles que, muitas vezes, por serem vistos apenas com um olhar pragmático parecem descartáveis, ou clientela apenas das ações da assistência social. Mas, na verdade, também são seres humanos com suas necessidades e, sobretudo aqueles que detêm o uso da razão, com capacidade de opinar.

Os serviços ambientais que o Parque do Paço presta a essa área da cidade são perceptíveis: temperatura cai, há mais brisa, a umidade aumenta já se percebe isso ao atravessar a passarela de pedestres em frente à entrada do “Paço”:

Há recuperação de vegetação, um piscinão para a drenagem de águas pluviais, pois é um ponto de alagamento da cidade. A paisagem é bela: a vegetação rasteira, piscinão (elemento de água), rochas, sombras com árvores e, em contraste, elementos tipicamente urbanos: prédios, teatro municipal o ginásio poliesportivo. A típica sensação de “pausa do urbano” sem sair de dentro da cidade (figura 61).

Figura 61 – Paisagem do “Paço”: pausa do urbano

Foto: Iranilda Medeiros (2018)

O “Paço” como um todo é um complexo cujos equipamentos que nele se encontram são geridos por secretarias diferentes: o Ginásio é gerido pela Secretaria de Esporte e Lazer, o Teatro Municipal e o Parque da Juventude pela Secretaria de Cultura e Juventude e os outros equipamentos são do Executivo da cidade, portanto não é uma questão apenas da política de lazer da cidade – hoje gerida pela Secretaria de Esportes e Lazer, como se questiona na visita

do dia 11/03/2018:

> Fiquei bastante indignada por precisar usar o banheiro e ter que sair correndo para o *Mc donald's* – fora do paço - com tantos equipamentos públicos no local, só que fechados. Se houvesse profissionais trabalhando nos equipamentos o paço municipal poderia funcionar de forma sistêmica para atender os interesses de lazer das pessoas. Então refleti: Cadê a política pública de lazer da cidade? Por que as pessoas deste setor trabalham, predominantemente, de segunda a sexta das 8h00min as 17h00min se o tempo livre dos cidadãos é aos sábados e domingos? (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Sim da necessidade de uma forma de gestão diferente que, conjunta pensasse dias, horários, programação e dispusesse de recursos humanos e financeiros para o funcionamento deste possível parque metropolitano, aja vista que as características de transversalidade, multiprofissionalismo com consequente trabalho intersetorial são a muito pensadas para o fenômeno do lazer são mais latentes em um parque urbano. Uma das possibilidades de gestão diferenciadas poderia ser uma colaboração entre Estado, setor privado e organizações comunitárias, seguindo o modelo de governança pública (KISSLER; HEIDEMANN, 2006), claro que participativa desde o seu processo de planejamento considerando-se a dificuldade cultural em se trabalhar dessa forma. Ainda mais, essa forma de trabalho demanda atores engajados, disponíveis e tolerantes para que a diversidade de olhares envolvida no processo possa concorrer para o bem comum.

Conquanto, o que se percebe hoje é o esforço do Parque da Juventude em divulgar, por meio de *banners* e na página do *facebook* da prefeitura as atividades que acontecem no parque.

As áreas vegetadas do "Paço" ao lado do estacionamento e piscinão são repletas de lixo, não há lixeiras ou banheiros nessa região. No entanto, existe o Parque da Juventude com esses serviços: lixeiras com proposta de descarte de lixo reciclável, banheiro e bebedouros, mas como a gestão é fragmentada, as pessoas que frequentam o estacionamento não necessariamente sabem ou frequentam o parque da juventude.

No "Paço" há apenas ambulantes vendendo pipoca ou sorvetes quando é final de semana e faz sol. No Parque da Juventude, há uma cantina cuja responsabilidade é de empreendedores do projeto "Renda Solidária" da Secretaria de Emprego e Renda, cuja contrapartida para o parque é a manutenção dos banheiros, o embrião de um trabalho intersetorial (FEUERWERKER; COSTA, 2000). Não há outros serviços de apoio, como brinquedos, trilhas, locação de bicicletas que, aliás, só são permitidas sendo empurradas por adultos. Já no "Paço" há um fluxo de bicicleta constante, tanto para transporte durante o horário comercial em dias úteis, quanto por lazer à noite e aos finais de semana. No parque da juventude, a segurança é feita pela GCM, em uma das visitas foi vista uma viatura na entrada

do parque, mas não há a presença constante de algum profissional. A manutenção é boa, mas há bastante lixo no chão principalmente às segundas-feiras.

Já no "Paço" não há nenhum tipo de segurança ou manutenção perceptível. O que gera um imaginário negativo em torno do local, como registrado nas anotações do dia 09/03/2018:

> Saio da Igreja Matriz de Mauá, um dos atrativos históricos da cidade, rumo ao paço municipal (cerca de 4 minutos a pé), sozinha. Tive medo a princípio, porque meu pai falou que o paço é perigoso, mas como Manoel estava trabalhando no horário, fui assim mesmo. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018)

Além disso, há reais tentativas de furto como a sofrida pela pesquisadora moradora recente deste bairro, no dia 04 de setembro de 2019, por volta de 20h30min, na Rua da EE Therezinha Sartori: os três adolescentes saíram do estacionamento do "Paço" e, ao encontrar a pesquisadora, tentam pegar, desajeitadamente, sua bolsa, mas recuam quando recebem resistência.

O cenário é emblemático de uma cidade desigual: adolescentes sem perspectiva, cuja Rua é a única opção, inclusive para conseguir "recursos financeiros" ou algum objeto para troca, de um lado, e, do outro, uma pessoa pobre advinda de bairros periféricos da mesma cidade que conseguiu financiar um apartamento compacto pelo PMCMV[17]e morar em um condomínio e que, precisaria, por isso, agora deixar de andar na Rua porque é vista como alguém que tem algo a ser furtado[18]. Pressões de uma cidade com padrões globais e políticas locais, como diria Bauman (2009), na qual "em lugar de grandes expectativas e doces sonhos, a palavra progresso evoca uma insônia povoada de pesadelos: 'ser deixado para trás', perder o trem, ser atirado para fora do veículo por um movimento brusco." (p.53), ou simplesmente, andar na Rua e ser assaltada pelo seu vizinho.

Quanto aos usos de lazer, algumas atividades do projeto "Oficinas Culturais" da Secretaria de Cultura passaram a acontecer no parque da juventude a partir do mês de junho de 2019: Capoeira, Teatro, Grafite, entre outras oficinas abertas ao público. Como também as seguintes atividades espontâneas: andar de skate, patins, caminhar, fazer musculação, jogar futebol e basquete, fazer piqueniques durante o fim de semana e soltar pipa.

No "Paço" há as modalidades esportivas presentes no Ginásio Poliesportivo, apresentações teatrais e eventos no teatro municipal e as atividades espontâneas: andar de bicicleta, patins, patinete, pessoas brincando com seus cachorros, fazer piquenique, ler, ouvir

[17] Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa de habitação federal do Brasil, lançado pelo Governo Lula em 2009, que facilita e/ou subsidia o acesso aos imóveis para famílias com baixa renda familiar.

[18] Só um detalhe: exceto R$5,00, tinha uma bolsa que, valesse talvez R$20, dois pacotes de macarrão instantâneo e um saco de pão recém-comprados, ou seja, certamente, esses meninos nem isso tinham.

música, se reunir com amigos e contemplar.

Houve em 2018 a 34ª edição da Festa Junina frequentada pela pesquisadora dia 16/06/2018, da qual se registrou as seguintes impressões:

> *Show* ótimo, localização ótima, espaço bem estruturado, sensação de segurança, interação entre pessoas desconhecidas, como aconteceu entre minha irmã, uma mãe, uma criança de 6/7 anos e eu, que dançamos várias músicas juntas, desfrutando daquele momento. Então saio com muitas perguntas: porque um *show* da Cláudia Leite uma vez por ano? Não seria melhor que o paço funcionasse todos os fins de semana com artistas locais propiciando essa vivência tão revigorante? A Festa agora é paga, será que há uma contrapartida para a prefeitura por esse uso do espaço público? (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Como a festa não ocorreu em 2019 tentou-se responder as indagações feitas neste registro. A festa era responsabilidade de um Comitê de Festejos que é organizado a cada edição da Festa com representantes das secretarias impactadas diretamente pelo evento. Por meio de decreto é outorgada permissão de uso de área pública, a "título precário e oneroso" (MAUÁ, 2012), ou seja, por um tempo determinado e valor financeiro pago à prefeitura. No caso da 29ª edição da Festa Junina, por exemplo, a contratada Simone Silvina de Sousa, teve autorização para montar barracas de alimentação e bebida as sextas, sábados e domingos no período de 07/06 a 30/06/2013, pagando o valor de R$ 340.000,00 (MAUÁ, 2013b).

Não houve divulgação de informações sobre a 34ª Festa Junina, o evento visitado em 2018. O que se sabe é que a entrada foi paga e isso impactou muito a quantidade e qualidade de público do evento, como registrado na visitação do dia 16/06/2018:

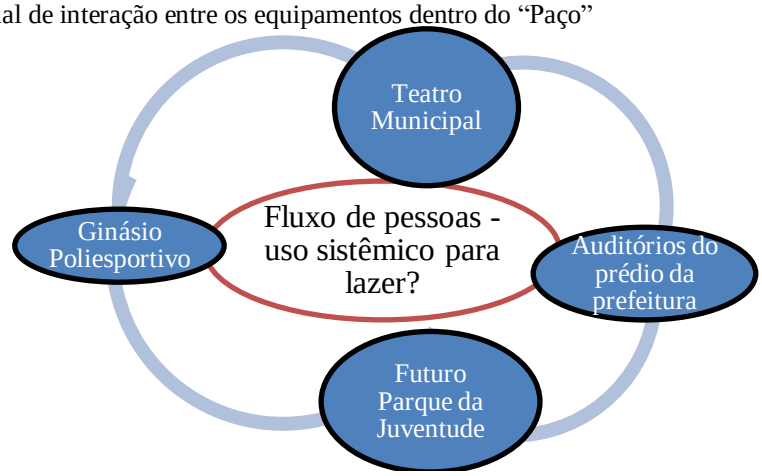
> É incrível como o valor do ingresso (R$ 10,00) impactou na quantidade de público, e também na qualidade, percebemos pessoas mais velhas: casais, famílias com crianças e pessoas de meia idade, talvez pelo fato de serem economicamente ativas, como observa minha irmã. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Percebem-se também mais propostas a partir de junho de 2019 de vivências com artistas locais no Parque da juventude, não necessariamente com as mesmas proporções da Festa Junina.

Por fim, percebe-se que o "Paço Municipal" é um espaço cheio de vida em seus vários equipamentos individualmente, mas uma gestão compartilhada, tal como já ocorre na organização do comitê de festejos, que pensasse o "Paço" como um todo seria mais eficiente para agregar valor à experiência de lazer do visitante. Tal como percebido na visitação do dia 11/03/2018:

> Então, com tanta vida que resiste e vocação: para skate, patins, bicicleta, piqueniques, leitura, eventos, *food trucks*, no que tange à gestão o Paço municipal de Mauá é um complexo urbano de lazer agonizante, mas com forte potencial de interação entre seus equipamentos (Figura 62). (Iranilda Medeiros, relato de campo,, 2018)

Figura 62 - Potencial de interação entre os equipamentos dentro do “Paço”



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Portanto, se for considerada a potencialidade para interação entre os equipamentos do “Paço”, sim ele pode se tornar um parque com dimensões possivelmente metropolitanas, se estendendo para áreas do parque São Vicente com uma estrutura de gestão compartilhada entre as secretarias representadas nos equipamentos da Figura 59.

Contudo hoje não é “oficialmente” assim nomeado e planejado, pelo contrário a ideia parece justamente o oposto: fragmentar o “Paço” como estacionamento. De forma que ele funcione independente e isolado do Ginásio, do Teatro, da vegetação e “piscinão” e do parque da juventude. Essa fragmentação acaba por negar a vocação desse espaço, reivindicada pelas diversas apropriações de usos de lazer feitas pelos moradores, talvez não propositadamente, como observado na visitação do dia 09/03/2018:

> Ao entrar no paço há uma placa informando que, de segunda a sexta das 7h00min as 23h00min aquele espaço funciona como estacionamento. Mas também funciona muito como local de passagem de quem vem do Jardim Parque São Vicente para o centro de Mauá, por exemplo. Vi também ciclistas em deslocamento e 3 pessoas passeando com cachorros. Jovens com uniformes escolares entrarem pela ponte fechada (Figura 63) onde será a entrada para o Parque da Juventude. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Figura 63 – Jovens na ponte do “Paço” para o Parque da Juventude (fechado)

Foto: Iranilda Medeiros (2018)

7 VOZES DE OUTROS SUJEITOS: O QUE OS GESTORES E USUÁRIOS TEM A DIZER?

Apresentados o contexto da pesquisa, os parques estudados a partir das "andanças de campo" embasadas no roteiro de observação de uso público em parques urbanos, o momento agora é de analisar o que os sujeitos gestores e usuários desses parques têm a revelar sobre a sua gestão e práticas corporais no lazer. Dessa forma, o capítulo apresentará a discussão das entrevistas semiestruturadas realizadas.

Primeiramente, é preciso dizer que a partir das observações feitas nos parques urbanos de Mauá (as "andanças de campo") foi possível identificar quais os horários tinham fluxos mais significativos de pessoas fazendo atividades de lazer no espaço, sejam elas espontâneas ou orientadas. No "Paço" e Parque da Juventude: Dias da semana à noite, domingo manhã ou tarde e dias da semana de manhã somente no Parque da juventude. No Parque do Guapituba: Sábado ou Domingo manhã ou tarde. Enquanto no Parque da Gruta: Sábados e Domingos. Assim sendo, a data, parque e pessoa(s) entrevistada(s) são apresentados no quadro a seguir:

PARQUE	DATA/AMBIENTE	ENTREVISTADO
PARQUE DA GRUTA:	12/04/2019 sexta, 9h/ Dia ensolarado clima bem quente. Havia muitas pessoas adultas fazendo caminhada, predominantemente, em dupla, ou utilizando os equipamentos da Academia ao Ar Livre, e o fluxo só começou a diminuir depois das 10h.	Equipe Gestora: Rômulo, Marília, Sr. Aguinaldo e Cecília
	25/08/2019 domingo, 15h às 16h/ Pouco sol, um pouco de vento, mas, clima ameno. Havia algumas pessoas, em dupla, fazendo caminhada pela trilha da Pedra do Amor e o maior movimento, como de costume, na região do Lago Central. Lá foram encontradas famílias com suas crianças brincando no parquinho de madeira e com bola, os casais tomando sol e descansando. Jovens mexendo no celular e tomando sol, escutando música e/ou passeando com seus cachorros.	Usuários: Rapazes Fitness e Família descansando
	07/09/2019 sábado 12h30min às 14h	Usuários: Pai da Filha curiosa

	Feriado da independência, dia ensolarado após vários dias de chuva. O parque não estava tão lotado como de costume, mesmo assim havia uma diversidade de atividades espontâneas: famílias com crianças que brincavam, pessoas fazendo caminhada nas trilhas, grupos de amigos contemplando ou deitados na grama e, como sempre, a concentração de pessoas maior na região do lago central.	
PARQUE DO GUAPITUBA	10/06/2019 segunda, 14h/ Era uma tarde com sol ameno e uma brisa suave. Havia funcionárias fazendo a varrição das folhas secas caídas na entrada do local, e um professor de futebol com seus alunos, cerca de 20 meninos, utilizando o espaço do parque para fazer exercícios.	Equipe gestora: Sr. Gerson, Fábio e Hermínia
	31/08/2019 sábado, 11h35 às 14h/ Sol forte. Havia pessoas fazendo caminhada e famílias com crianças.	Usuários: mãe dos filhos que amam palhaço
	08/09/2019 domingo 13h45 às 15h10min/ Ensolarado, Havia bastante movimento este dia: Famílias fazendo piquenique no Pergolado e crianças brincando no Espaço Zen, crianças brincando na ATI, uma vez que o parquinho do lado não suportava todas elas (o parquinho da entrada vazio!), grupos de pessoas, duplas e algumas sozinhas fazendo a trilha do Saruê e andando pelo Jardim de Pedra, pessoas passeando com cachorros, grávidas tirando fotografias no pergolado e em locais da trilha do Saruê.	Jovens das fotos e Pai do filho fujão

PARQUE DA JUVENTUDE	13/05/2019 segunda, 14h/ O gestor estava recepcionando e iniciando no cargo o novo Diretor do Parque, portanto pediu que a pesquisadora os acompanhasse até o referido parque enquanto ele apresentava informações sobre o local e, à medida que faltassem informações elas poderiam ser complementadas via *whatsapp*, mais prático para o Gestor.	Gestor "Ed"
	24/05/2019, sexta-feira, no período da noite, depois das 18h30 min. Entrevista via *whatsapp* para complemento de informações.	Gestor "Ed"
	31/07/2019 quinta, 9h30 às 10h30min/ As primeiras entrevistas. Havia meninos jogando basquete, um professor da prefeitura dando aula em uma das quadras, um pai acompanhando a filha que andava de patins em uma das pistas de skate, um casal fazendo musculação na Academia ao Ar livre, poucas pessoas caminhando, moradores dos arredores que atravessam o parque para abreviar o trajeto entre o centro de Mauá e os bairros do Sertãozinho e Parque São Vicente, além de uns dois rapazes que faziam o uso de maconha embaixo de árvores no trajeto da pista de caminhada.	Pai da patinadora e casal da musculação
	06/08/2019 terça, 17h10 às 17h50min/ O dia tinha sido ensolarado e a tarde tinha uma temperatura amena. Havia jovens jogando basquete nas quadras da entrada (modalidade 3X3) do parque e andando de skate na pista maior e na pista para iniciantes. Fluxo intenso de pessoas passando pelo parque sentido centro de Mauá, vindas do Parque São	Susi e primeira interação com o "carinha do skate"

	Vicente e arredores. Havia uma viatura da GCM na entrada do espaço.	
	07/08/2019 quarta, 17h30 às 17h50/ Tarde ensolarada. Antes de começar a conversa ele perguntou: "A sua pesquisa pretende contribuir com o parque?", e após a pesquisadora responder que sim, afinal a conversa começou. Havia movimento de pessoas fazendo caminhada, skate, basquete e pessoas que passam por dentro do parque, visivelmente retornando às suas casas – a pé ou empurrando suas bicicletas.	Carinha do skate

Este movimento ofereceu oportunidade de entrevistar 19 pessoas nos três parques estudados entre gestores e usuários, com perfis diversificados:

NOME	PERFIL
RÔMULO	Cargo comissionado desde 2017 na área de Educação Ambiental. Gestor do Parque desde fevereiro de 2019, também cargo de comissão. Formado em Direito, foi candidato a vereador na cidade.
MARÍLIA	Trabalha a mais de 10 anos no Setor Público. Cargo concursado em serviços de manutenção. Já atuou em cargo comissionado da área administrativa do parque.
Sr. AGUINALDO	Trabalha a mais de 10 anos no setor público. Cargo concursado em serviços de manutenção.
CECÍLIA	Trabalha a mais de 10 anos no setor público. Cargo concursado em serviços de manutenção
ED	Cargo comissionado recentemente como um dos Gestores na Secretaria de Cultura e Juventude. Estava responsável pelo parque até a tomada de posse do gestor, que também seria cargo de confiança. Há cerca de dois meses no cargo, o gestor é formado em pedagogia e história e engajado em ações comunitárias na região do ABC.
SR. GERSON	Trabalha a mais de 10 anos no setor público. O gestor é tem formação na área de Meio Ambiente. Cargo concursado na área técnica da SVMA atua diretamente na gestão de parques.
FÁBIO	Trabalha a mais de dois anos no setor público. O gestor tem formação no ensino superior e sempre atuou na área de planejamento urbano e ambiental. Cargo concursado na área técnica da SVMA atua diretamente na gestão de parques.
HERMÍNIA	Trabalha a um ano no setor público. A gestora tem

	formação em nível superior na área de Meio Ambiente. Cargo concursado na área técnica da SVMA atua diretamente na gestão de parques.
Pai da patinadora	Usuário do Parque da Juventude, primeira visita. Homem adulto, cerca de 40 anos, trabalha no Sertãozinho, mora no Jardim Sônia Maria. Sua filha – a patinadora – menina de 10 anos.
Casal da Musculação	Usuários do Parque da Juventude. Casal de homem e mulher adultos, 30 e poucos anos, moradores de um dos condomínios da Vila Noêmia – bairro do entorno.
SUSI do Basquete	Usuária do Parque da Juventude. Atleta Federada de basquete. Formada em Pedagogia. Joga basquete no coletivo "Racha do Paço".
"O carinha do *Skate", O José*	Usuário do Parque da Juventude. Skatista a mais de 10 anos, mora na Vila Magine, bairro adjacente: visual de skatista, pois anda de skate "por amor". Participante do coletivo USM – União do Skatistas de Mauá.
Os rapazes *Fitness*	Usuários do Parque da Gruta. Três rapazes entre 23 e 28 anos, moradores do entorno – Jardim Itapeva e Feital. Escutavam música alta em uma pequena caixa de som na região do lago central.
A família descansando	Usuários do Parque da Gruta. Era uma família de um homem e uma mulher, pais de um menino de 13 anos que brincava de bola com a prima e dois amigos da mesma idade. O casal romanticamente abraçado tomava sol e relaxava.
O pai da filha curiosa	Usuários do Parque da Gruta na primeira visita. O pai tinha quase 40 anos, fez curso técnico em meio ambiente, migrante do Paraná, mora na Vila Nova Mauá, a 20 anos na cidade. A filha de nove anos, brincava no parquinho e o observava tudo a sua volta.
A loira	Usuária do Parque da Gruta. A loira tem pouca idade, mas em seu rosto toda severidade de quem trabalha na rua sem nenhuma proteção. Trabalha há 12 anos na entrada do parque vendendo seus produtos.
A mãe dos filhos que amam palhaços	Usuários do Parque do Guapituba. Mãe, 40 e poucos anos, um filho de 15 anos e dois mais novos com cerca de 10 anos. Moradores do Parque das Américas. Já se preparavam para ir embora.
As jovens das Fotos	Usuárias do Parque do Guapituba. Duas jovens de 18 anos. Uma das mora no Parque das Américas. Caminhavam para tirar belas fotos.
O Pai do filho Fujão	Usuários do Parque do Guapituba. Pai jovem, talvez menos de 30 anos, o filho com cerca de oito anos. Moram no entorno do parque. Enquanto o pai respondia à entrevista o filho fugiu do pai pela trilha do Saruê.

Salienta-se que os nomes aqui apresentados são fictícios para garantir o anonimato aos participantes da entrevista, bem como não há informações que possam identificá-los localmente. Uma vez que o estudo objetiva identificar se há relação entre a apropriação dos parques urbanos de Mauá para práticas corporais no lazer e a gestão desses espaços de uma

forma ampla e contextualizada na cidade de Mauá. Não se trata de uma avaliação do trabalho de determinado gestor ou técnico, ou mesmo partido político no poder, mas a caracterização da realidade dos parques urbanos da cidade, pensando primordialmente em práticas corporais no lazer.

As entrevistas foram lidas, transcritas (aquelas cujo áudio foi possível de ser gravado) o que permitiu separar os trechos significativos para esclarecer o objeto de estudo. Desde o início da pesquisa, os eixos de observação: acesso, serviços ambientais, gestão e usos para lazer estiveram muito presentes, dessa forma, as entrevistas semiestruturadas, sobretudo com os gestores, também tiveram esses tópicos. Entretanto, não somente eles aparecem como categorias, mas outros pontos desvelados pelos sujeitos como importantes a fim de se pensar gestão e práticas corporais de lazer nos parques urbanos da cidade.

7.1 ACESSO AO PARQUE: TIPOS DE FREQUENTADORES E LOCOMOÇÃO

Ao se concordar com Serpa (2004) para quem a acessibilidade ao espaço público não está relacionada apenas ao fato de se ter "[...] acesso físico a espaços 'abertos' de uso coletivo." (p.22), mas também a barreiras simbólicas definidas a partir de fatores como renda familiar, distância entre as unidades habitacionais e cooperação entre habitantes condicionadas, conforme o mesmo autor, pela classe social. Tudo isso, permeado pela sensação de medo e insegurança (BAUMAN, 2009) instaurada na sociedade contemporânea.

Considerados estes fatores, inicialmente se apresentará os frequentadores de cada parque identificados nas entrevistas a fim de entender seus condicionantes e sua forma de acesso físico ao local.

No Parque da Gruta, há uma categoria interessante de visitantes que são os "devotos":

> Iranilda: turistas? Vocês sabem se vem?
> Sr. Aguinaldo: vem , no dia de Santa Luzia, vem bastante turista aqui é...a santa que é protetora dos olhos. Tem muita gente que fala que obteve milagres com a santa aí vem aqui para visitar, né?
> Marília: os devotos também [...] 13 de dezembro! Aí eles fazem a missa lá embaixo, tudo aí os devotos vem, né? Que a história da Santa Luzia é a Gruta tem esse nome por causa [...] No dia que tem a missa e às vezes nem é dia mesmo assim, mas o pessoal vem, a gente... às vezes eu e a Cecília a gente desce o pessoal tá lá embaixo, acende vela, tá rezando lá...
> Iranilda: entendi.
> Marília: então são os devotos né?

Já no Parque do Guapituba, pela própria localização do equipamento, é detectada pela equipe gestora a frequência de visitantes de outras cidades:

> Iranilda: Legal. É... Vocês recebem turistas?
> Sr. Gerson: Turistas?...
> Iranilda: Pessoas de Ribeirão Pires, por exemplo?

> Sr. Gerson: Ah, sim! Recebemos pessoas de outras cidades, até já apareceu gente do Chile...

Ademais, os gestores do Guapituba caracterizam o seu público frequentador em virtude dos horários preferidos de uso, segmentando-o em fases da vida:

> Sr. Gerson: [...] durante os dias úteis,[...] A frequência maior é pela manhã desde por [...]aposentados,[...] pessoas mais, de mais... mais maduras ou idosas, né? Aí depois o resto do dia é. Vem jovens [...] Então vem bastante jovens e no final da tarde, fica mais ou menos meio a meio. Então os horários que são preferidos são os primeiros horários e é... que tem uma frequência maior. No final de semana já muda um pouco: tem esses frequentadores da manhã também, depois durante o dia tem uma frequência grande de famílias com crianças, pessoas que vem tirar fotos para casamento, aproveitar o espaço, aniversário e festas afins, né? [...]

Entretanto, é importante salientar que, apesar de não haver um espaço para essas últimas atividades (festas e aniversários) elas podem acontecer, mas devem seguir normativas bem específicas neste parque:

> Sr. Gerson: [...] não pode acender fogo, né? Nem soltar rojão [...] som também, som eletrônico também não é permitido. Mas as pessoas fazem as festas, isso é permitido como se fosse um piquenique, né?[...] Trazem um bolo, é só não deixar... [...] os resíduos aí.

Por outro lado, os frequentadores do Parque da Juventude são caracterizados pelo gestor quantitativamente e de acordo com seus interesses:

> Ed: Os usuários do parque são em sua maioria skatistas e praticantes de esportes coletivos (basquete e futsal). Em dias de semana temos um fluxo médio de 300 a 400 pessoas. Aos finais de semana esse número ultrapassa os 3 mil usuários.

Já no Parque da Gruta, o público é caracterizado pelos gestores em função da sua motivação e, se frequentam, durante a semana ou aos fins de semana:

> Rômulo: [...] eu vou fazer essa diferença: de semana, o público que vem é para fazer atividade física. [...] vem uma vez ou outra, uma família... [...] Mais de manhã [...]. Agora aos fins de semana é muita família fazendo piquenique [...] aí é um público diferente [...] que [...] vem brinca, participa [...]

Com relação ao modal utilizado para chegar ao parque, no Parque da Juventude, por exemplo, há frequentadores, como o "Pai da Patinadora", que integram ônibus e caminhada para ir ao parque a partir de outros bairros do município:

> O Pai da Patinadora: Eu vim de ônibus: eu pego o Sônia Maria, desço aqui perto, aqui no Oratório, né? E do Oratório aqui eu venho andando, é pertinho...

Além do público que vem exclusivamente a pé, apontado pelo gestor do parque como a maioria uma vez que o Parque da juventude fica numa região central, entretanto há também os usuários que moram nos condomínios do entorno que frequentam o parque e vão a pé como o "casal da musculação". É interessante perceber moradores de condomínio, um enclave fortificado (CALDEIRA, 1997) frequentando o espaço público, pois em geral, a ideia é de que estas pessoas aglomeram-se no espaço privado do condomínio com medo da

violência urbana. Porém, é necessário entender de que tipo de condomínio se está falando e em qual cidade está situado: Mauá é uma cidade periférica no ABC Paulista no qual se situam condomínios de apartamentos compactos, boa parte, com valores possíveis de serem subsidiados pelo Governo Federal em programas habitacionais. O bairro no qual se situam dá acesso aos dois polos industriais da cidade, além de ficar próximo ao limite com a cidade de Santo André – outra região que recebe grande parte da mão de obra trabalhadora mauaense.

Conquanto, é importante registrar que a abordagem para realizar a entrevista com o "casal da musculação" foi permeada pelo medo: o casal, muito apreensivo por ser abordado por uma desconhecida, só concordou em participar da pesquisa quando descobriu morarem no mesmo prédio que a pesquisadora (momento em que se criou um vínculo de confiança para o contato), mesmo assim não concordaram em gravar a conversa.

Por sua vez, no Parque do Guapituba localizado entre o terminal rodoviário e a estação de trem de mesmo nome, é de se deduzir que haja um número considerável de pessoas que chegam de carro, uma vez que os gestores falam da presença de um estacionamento improvisado ao lado de uma das entradas do Parque:

> Sr. Gerson: Ah! [...] Temos também um estacionamento. [...] nesse estacionamento existe uma portaria. Esse estacionamento tem ligação com o terminal de ônibus do Jd. Guapituba.
> Iranilda: Ah, que legal!
> Sr. Gerson: tem. Então tem o terminal e o estacionamento e uma portaria. Que não é esta portaria aqui da avenida, é uma portaria da lateral... [...] Acima do terminal. [...]
> Iranilda: O estacionamento é pago, não?
> Sr. Gerson: Não. Não é pago. E nem sempre tem gente tomando conta também.
> Fábio: E também não é pavimentado.
> Iranilda: Ah! Entendi.

Além dos frequentadores que chegam de bicicleta, meio de transporte comum na cidade, apesar da falta de infraestrutura para seu uso:

> Iranilda: legal, Sr. Gerson. É... Aqui dentro do parque vocês veem se vem pessoas de bicicleta, por exemplo? Tem esse uso? Vir pessoas de bicicleta? Pode usar bicicleta dentro do parque?
> Sr. Gerson: As pessoas vêm de bicicleta, não pode porque não temos um espaço próprio, trilhas próprias para bicicleta então haveria conflito mesmo por conta da declividade de alguns dos espaços, né? Bicicletas correm mais, perdem freio, então as bicicletas ficam no bicicletário lá na entrada e as pessoas adentram o parque a pé.

Ainda se percebe as pessoas que chegam exclusivamente caminhando, outro meio de locomoção bastante usado em Mauá, como é o caso da "Mãe dos filhos que amam palhaço" (esse grupo anda 30 minutos para chegar ao parque!), as "jovens das fotos" que moram no entorno, e o "Pai do Filho fujão" que alterna entre chegar caminhando ou de carro por morar no Parque das Américas.

No parque da Gruta, as pessoas chegam também de bicicleta (há um paraciclo na

entrada), a pé e de carro. Entretanto as pessoas que vem de carro não utilizam o estacionamento "Gasparzinho" ao lado da entrada do parque, deixam simplesmente na Rua do parque, como o "pai da menina curiosa" e a "família descansando", sendo que esta última ainda deixa o carro na Avenida Barão de Mauá, quando a rua que dá acesso à entrada da Gruta está lotada. É possível que o valor cobrado no estacionamento (R$5,00 a diária) impacte a decisão. O que mostra o fator econômico (SERPA, 2004) caracterizando também o frequentador deste parque.

7.2 SERVIÇOS AMBIENTAIS: TIPOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TRILHAS E "PROBLEMAS" DO AMBIENTE

Primeiramente, é preciso destacar que foi de extrema importância para o esclarecimento dessa temática a possibilidade de entrevistar funcionários de carreira da equipe técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de Mauá que atuam diretamente com os parques da cidade subordinados à Gerência de Educação Ambiental.

Inclusive no sentido de tipificar os serviços ambientais oferecidos à cidade por um parque, como o da Gruta e o do Guapituba:

> Hermínia: [...] Na nossa linguagem utilitarista assim, o que justifica um espaço como esse? Aí tem várias categorias [...] **serviços de suporte**: fotossíntese, ciclagem de nutrientes... Tudo isso tem. **Serviço de regulação**: sequestro de carbono, limpeza do ar, [...] Isso o parque também tem. A questão de manutenção das águas, [...] nascentes [...] o rio Tamanduateí. **Serviço de provisão**, aqui agente não tem. Seria madeira, comida que você pega direto do parque. [...] Mas assim, você tem o banco genético de coisas que podem ser... Exploradas, como questão de remédio [...] E os **serviços culturais** que, geralmente, num parque é o que a gente mais tem, então assim: bem-estar, lazer, questão de saúde, questão espiritual, cultural, de história [...] Então, dentro dessas categorias de divisão de serviços ambientais, o parque, por exemplo, ele cumpre com todas, né?

Ao se falar, então, em serviços de provisão, como mencionado por Hermínia, há no Parque da Gruta a presença de um Viveiro hoje gerido pela SVMA, mas anteriormente sobre a tutela da Secretaria de Serviços Urbanos, que fornece árvores crescidas e mudas para todo o município a mais de 30 anos:

> S. Aguinaldo: E tem o viveiro também que faz parte daqui, né?[...]
> Rômulo: [...] Vamos falar um pouco do viveiro. Lá temos o Mussum, que é um engenheiro também, muito competente . [...] todas essas praças e parques antes, ele é ... Que ia com uma galera e plantava as árvores, muitas árvores que tem hoje aqui na cidade é fruto do trabalho dele. E o viveiro é eles que cuidam aí.

Já no que se refere a serviços de regulação, Fábio comenta que há no Parque do Guapituba cinco nascentes, além da nascente do Rio Tamanduateí dentro do Parque da Gruta,

enquanto Rômulo destaca o trabalho de monitoramento realizado em parceria com a BRK Ambiental[19]:

> Rômulo: [...] A questão da educação ambiental eles fazem um trabalho com...Observando os rios que é uma parceria com a .. hoje é BRK, né? Que é a antiga Odebrecht.
> Iranilda: certo.
> Renan: Que eles fazem um monitoramento da.. qualidade da água. Eles vem aqui na nascente..
> Iranilda: ah, legal!
> Renan: eles vão no SESI que é no meio, né? Aproximadamente e fazem o último lá em Capuava que é a saída, após a ETE, né? E faz esse trabalho. [...]

Outro ponto a se destacar nas entrevistas com os gestores é o termo Educação Ambiental utilizado por eles em dois sentidos: no primeiro, a Educação Ambiental diz respeito ao departamento com programas e objetivos dentro da SVMA, no segundo, educação ambiental se refere aos projetos de atendimento ao público dentro dos parques da Gruta e do Guapituba.

Assim sendo, para os gestores, a Educação Ambiental enquanto departamento da SVMA apresenta a seguinte função:

> Fábio: [...] direcionar esse uso, né? Porque muita gente [...] não tem a menor noção de como se portar dentro de uma área de conservação. [...]

É importante, no entanto, acrescentar aqui que a Educação Ambiental é uma política pública nacional que pode ser entendida como "[...] o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente." (BRASIL, 1999), dessa forma abarca um departamento responsável por ela dentro da prefeitura de Mauá e programas, projetos e atividades para que ela cumpra seu papel.

Para os gestores a monitoria nas trilhas dos parques é a estratégia principal que propõem no sentido de desenvolver a educação ambiental, mas acrescentam:

> Fábio: [...] A gente só está atendendo as escolas do município. Mas a ideia seria também atender as pessoas de uma forma geral, né?
> Iranilda: legal.
> Fábio: Mas sempre de uma forma agendada.
> Iranilda: Legal, bacana.
> Sr. Gerson: É... Eu acredito até que deveria ter educação ambiental às visitas espontâneas também.
> Fábio: Sim.

Entretanto, o agendamento para realizar trilhas monitoradas nos parques da Gruta e do Guapituba ainda é um serviço bastante desconhecido, como revelam os próprios gestores:

> Hermínia: É. Porque essa questão de a gente acompanhar nas trilhas não é uma coisa

[19] BRK Ambiental, antiga Odebrecht, é a atual empresa responsável pelo abastecimento de água e serviço de esgoto na cidade de Mauá.

> que está oficializada também no site da prefeitura. É algo que a gente está indo atrás ainda de fazer uma ficha, de informar lá que é... Que tem esse... Que a gente presta esse serviço, né? De fazer uma monitoria, uma trilha guiada, monitorada.

Ainda, o canal divulgado para realizar este agendamento que é um *e-mail*, não tem um responsável que o acompanhe periodicamente. O que resulta em grupos que gostariam de realizar trilha com monitoria, mas acabam fazendo de forma espontânea, como ocorreu no Guapituba:

> Hermínia: [...] Tem um grupo de um pessoal que faz um tratamento de terapia que parece que fez, acho que semana passada ou retrasada, fez uma trilha. Mas acabou não entrando em contato com a gente também. Então...
> Iranilda: Fizeram espontâneo. [...]

Por outro lado, no Parque da Gruta a situação da logística para realização de trilhas monitoradas se agrava um pouco mais, porque demandaria uma eficiência nos canais de comunicação (grave problema detectado com relação à gestão como já visto na seção "pesquisa junto ao setor público"):

> Iranilda: [...] voltando no assunto da educação ambiental, [...] Vocês tem é.. Monitores, essas coisas? Como que funciona essa questão da educação ambiental aqui?
> Rômulo: fica na secretaria lá do verde e meio ambiente [...]
> Iranilda: [...] Por exemplo, tem um agendamento de uma escola na Gruta aí é alocado um educador ambiental para lá e atende aquele grupo no caso?
> Hermínia: Isso. E aí assim: transporte a gente não oferece, [...] quem tem que articular isso é o grupo que... Se for com a escola daí já vê com o pessoal de Educação do município senão de outra forma. [...]

A forma como tem ocorrido às trilhas monitoradas, mesmo aquelas agendadas para escolas municipais, vem enfrentando dificuldades para sua realização, agravadas pela rotatividade de pessoal e mudanças administrativas, impactando, sobretudo o Parque do Guapituba, hoje sede da SVMA, no qual as monitorias estiveram paradas:

> Hermínia: É, então. As trilhas a gente está retomando mais esse ano. [...] ao que parece ano passado ficou meio parado, [...] Porque o parque ficou fechado um tempo tal... Então, a Secretaria mudou para cá em dezembro e aí a gente retomou, está retomando isso com a Secretaria de Educação, então o pessoal da Educação faz essa ponte com a gente e traz as escolas municipais para cá, então crianças de 4,5 e 6 anos tem vindo toda semana. Uma turma, no máximo duas por semana, aí a gente faz as trilhas principais aqui, faz uma educação ambiental com elas.

Enquanto, no Parque da Gruta, os agendamentos de visitas com escolas parecem ser pontuais:

> Iranilda: Vocês atendem grupos: tipo, uma escola municipal quer trazer os alunos...
> Rômulo: atendemos. Na semana da água fizemos atividades aqui.
> Hermínia: [...] Aconteceu esse ano de receber uma vez turma de São Bernardo do Campo, mas aí foi algo que foi um funcionário da Gruta lá que acabou coordenando e tal... A gente não teve muito envolvimento.

Portanto, o que se revela é que, além da necessária melhoria deste serviço de trilhas

monitoradas, há a necessidade de ampliação de estratégias de educação ambiental a fim de articular todos os níveis e modalidades do processo educativo: formal e não formal (BRASIL, 1999). Poderiam ser implantadas festivais, vivências, experiências sensoriais e gastronômicas, museus interativos, parcerias com associações comunitárias e várias outras possibilidades a partir dos princípios da educação ambiental e estratégias da animação sociocultural, a animação socioambiental (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Já no Parque da Juventude, não há ainda serviços de educação ambiental. Inclusive, pelo parque ser gerido exclusivamente pela Secretaria de Cultura e Juventude a questão ambiental parece ser um tema secundário na preocupação dos gestores, pois a conversa sobre a temática resumiu-se a:

> Iranilda: Há nascente, vegetação protegida dentro do parque?
> Ed: Não temos nascentes nem vegetação protegida.

Como também, ao levantamento por parte do Ed dos problemas decorrentes do ambiente e suas tentativas de saná-los: primeiro, o "piscinão" que há dentro do parque é responsável por inundações no local, o que faz com que uma parte do espaço não seja aproveitável. Segundo, há um sério problema com relação ao lixo deixado no parque pelos usuários.

Essas são questões que, vistas por olhares multidisciplinares poderiam ter soluções mais eficientes: com relação ao primeiro problema poder-se-ia recorrer à arquitetura e urbanismo em busca do que se tem chamado de estruturas verdes, uma rede de áreas verdes conectadas no sentido de conciliar conservação da natureza e uso do solo (BONZI, 2015).

Dentre os princípios dessa infraestrutura se pode destacar, como colocado por Bonzi (2015) ela se conecta com atividades da comunidade e entorno e proporciona benefícios para a natureza e para as pessoas. Além, da inegável melhora na paisagem urbana que passa de cinza para verde e azul (pontos com água). No caso apontado, uma solução verde-azul para mitigar o problema em contraponto ao "piscinão-cinza" poderia ser a proposição de uma lagoa pluvial que proporcionasse "armazenamento de água, evaporação, depuração da água captada [...]" (BONZI, 2015, p.120) além dos seguintes serviços ecossistêmicos: "manejo de escoamento artificial, aumento da umidade do ar, criação de *habitat* e limpeza da poluição difusa" (BONZI, 2015, p.120).

Quanto ao segundo problema, partindo de um olhar da área de Lazer e Turismo, se poderia propor:

a) Pesquisas com os usuários para saber se há lixeiras suficientes, por exemplo,

b) Campanhas educativas que trabalhassem descarte de resíduos e valorização da identidade

do Parque por seus usuários;
c) Estratégias de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

Todas essas poderiam ser estratégias significativas para minimizar os problemas detectados não só no Parque da Juventude. Entretanto, percebe-se que há um entrave sério a implantação dessas iniciativas: a cultura da formação e atuação disciplinar. Isso dificulta o desenvolvimento de processos interdisciplinares, como a citada animação socioambiental, a infraestrutura verde-azul ou mesmo as iniciativas de educação ambiental que explorem toda a sua potencialidade em parques urbanos, que carecem por definição de um trabalho intersetorial para poderem trazer os benefícios levantados.

7.3 GESTÃO DO PARQUE: RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS, PLANO DE MANEJO, SEGURANÇA E PARTICIPAÇÃO

Esta categoria de análise por ser o foco específico da investigação, portanto ter sido mais aprofundada durante as entrevistas apresentou subcategorias, nas quais se identificará: quem são os recursos humanos existentes nos parques de Mauá, as características dos recursos financeiros para sua manutenção, a influência da existência ou não de um plano de manejo e regimento dos parques nas relações de uso, a questão da segurança e se existe participação popular na gestão desses locais.

7.3.1 Recursos Humanos: quem são eles nos parques de Mauá?

Ao se falar em gestão é quase inevitável não pensar em recursos humanos. Todos os parques estudados são geridos pelo Setor Público, como detectado também por Pacheco (2017): a Gruta e o Guapituba ligados à SVMA, e o Parque da Juventude gerido pela Secretaria de Cultura e Juventude. Então os recursos humanos são basicamente formados por profissionais concursados (funcionários de carreira) e os comissionados (cargos de confiança da esfera política). No entanto, como bem delimita o gestor do Parque da Juventude:

> ED: Temos funcionários administrativos e operacionais no parque, todos são funcionários públicos [...]

Ou seja, funcionários que trabalham mais diretamente no planejamento das ações dos parques e realizando procedimentos para que as ações sejam feitas (administrativo) e os que executam as ações planejadas nos parques (operacionais), podendo em ambas as funções o colaborador ser concursado ou comissionado (ainda que seja mais comum, o cargo de confiança nas funções de planejamento). Ainda outra possibilidade é pertencer ao quadro de

funcionários de carreira e estar comissionado naquela gestão que tenha assumido a prefeitura. Um modelo que não favorece o envolvimento da população na formulação das políticas públicas (SECCHI, 2009).

Um dos grandes entraves enfrentados pelo funcionalismo público em Mauá durante o período de realização dessa pesquisa foi à instabilidade política:

> Fábio: [...] um dos grandes problemas que a gente está tendo hoje, especificamente hoje, é a descontinuidade política, né? Isso tem afetado bastante o nosso trabalho, porque entra gente aqui com uma ideia, de repente elas saem aí vem outra diretriz...

Com isso, também foi agravada uma tensão existente entre comissionados e concursados, principalmente nos parques geridos pela SVMA, no que se refere às tomadas de decisão, pois o que tem sobressaído é o interesse político em detrimento do técnico:

> Fábio: Agora [...] a última reforma foi feita [...] Isso não passou pelos técnicos. Então não foram os técnicos que decidiram quais as reformas que seriam feitas no parque. Foi uma decisão política. E a gente não teve a menor participação em relação a isso.
> Iranilda: Não passaria pelo Conselho de Meio de Ambiente?
> Sérgio: Não, infelizmente, nós temos um conselho deliberativo que teria que ter uma reunião mensal. Mas, a pelo menos uns 4 meses, esse conselho não se reúne, né?

No parque do Guapituba, esse conflito entre os "técnicos" (necessariamente com formação/concursados) e os "cargos comissionados" (não necessariamente com a formação correspondente/cargos de confiança) é algo bem mais visível. Acredita-se que isso ocorra em virtude da Secretaria ter sua sede no parque desde o começo de 2019, acarretando a convivência mais intensa desses dois grupos com preocupações nem sempre convergentes: por exemplo, só no departamento de Educação Ambiental a equipe concursada é formada por dois técnicos ambientais, um engenheiro agrônomo, dois arquitetos, sendo um paisagista, dois administrativos e seis da limpeza e manutenção:

> Sr. Gerson: depois tem o pessoal comissionado que é da gestão, né?
> Iranilda: certo.
> Sr. Gerson: conforme muda a gestão, muda ou não, essas pessoas. Geralmente muda.
> Iranilda: Entendi. [...]

Ao passo que ainda há na SVMA outros departamentos como explicam os gestores:

> Fábio: A Secretaria,[...] é dividida em 3 departamentos, né: A educação ambiental,[...] tem a parte de controle que faz todo o licenciamento ambiental de indústrias, de extração, né? De remoção de árvores, tal. Eles fazem todas as licenças e autorizações...[...] E tem o pessoal também da fiscalização, né? A Secretaria tem os fiscais próprios, né? Então ela é dividida nesses 3 setores, né?
> Iranilda: Entendi.

Outra característica importante de ser destacada sobre o RH no Parque do Guapituba é que as funcionárias da limpeza foram selecionadas e sensibilizadas para a importância do seu trabalho dentro do parque como "cartão de visita" e qual a função do parque enquanto

equipamento público de natureza – o que, acredita-se, deveria ser feito com os profissionais de todos os setores dos parques. O fato é que essa sensibilização fez as funcionárias extremamente engajadas:

> Sr. Gerson: [...] Então são pessoas que já foram filtradas já. São pessoas que tem o interesse no local.
> Fábio: E uma outra coisa que é importante lembrar [...] É que, muitas vezes, de forma doada mesmo[...]
> Sr. Gerson: É. Um desinfetante, um litro de cândida. Às vezes até essas meninas que eu falei, elas ajuntam sucata, vendem para comprar.

Ao mesmo tempo essa realidade mostra o quanto há restrição nos recursos financeiros ao se pensar em uma gestão exclusivamente dependente do orçamento público em um modelo focado mais na estabilidade do que nas transformações que o comportamento das pessoas implica na forma de gestão (SECCHI, 2009).

No parque da Gruta também há mais concursados do que comissionados. No entanto a questão é outra: a quase totalidade dos funcionários é da área de limpeza e manutenção, exceto o Gestor Rômulo cuja área é Direito (ele é comissionado) e o Sr. Mussum (engenheiro, concursado), os demais – com mais de 10 anos de trabalho – são todos da parte de limpeza e manutenção. O lado positivo é que, esse pessoal é bastante comprometido com o parque e tem habilidades que driblam a falta de recursos financeiros:

> Sr. Aguinaldo: Ai tem o Cláudio e o Sr. Valdomiro...
> Rômulo: isso! Temos o Cláudio que é chefe de equipamento, de núcleo, desculpa![...] que ajuda, ontem mesmo ele arrumou todas as lixeiras, que a gente comprou um arame, que foi até um recurso da secretaria de R$10,00, daí compramos o arame para ele amarrar as lixeiras. Aí temos Sr. Valdomiro que já foi comissionado aqui também como chefe, mas ele é concursado, né? Ele também é de...manutenção?
> Sr. Aguinaldo: manutenção. [...]

O lado negativo, porém é que os profissionais que mais conhecem o parque, pois trabalham há mais tempo no local, não tem autoridade para tomar decisões, exceto quando se tornam um dos comissionados:

> Rômulo: [...]. Aí temos aqui no viveiro: a Giovana...
> Sr. Aguinaldo: que é administrativo.
> Rômulo: que é administrativo
> Marília: mas é auxiliar de apoio também.
> S Aguinaldo: apoio também.

Ainda assim, a que se questionar a amplitude dessas decisões uma vez que continuam sem possuir formação técnica necessária, mudando apenas de cargo e consequente remuneração:

> Marília: um cargo bonito que arrumou, um nome que arrumou para serviços gerais [...]aí é auxiliar de apoio. Nós todos somos o mesmo cargo, né? Só que daí é, uma pessoa que entende mais daí coloca no administrativo. Eu já fui administrativo também, na época do seu Valdomiro que ele era...

> Rômulo: comissionado.

Ainda no Parque da Gruta especificamente, outro recurso humano bem comum são os Prestadores de Serviço Comunitário (PSC):

> [...] Rômulo: pessoas que tem problema com a justiça por qualquer... Aí vem sempre pessoas com motivos mais baixo, às vezes coisas mais simples, né?[...] aí eles vem prestar serviço aqui. E aí a gente hoje tá com base de uns 20 [..]. E é... aí tem uns que vem de segunda, outros de terça, até...
> S. Aguinaldo: a semana inteira tem. [...]

O PSC realiza os mais variados serviços operacionais do parque:

> Rômulo: [...] Eles ajudam na varreção, para ajudar o pessoal da manutenção do parque, quando tem que podar a mata [...] com o seu Expedito eles vão para ajudar a rastelar, ajudam quando precisa na portaria, [...] a cuidar do lago, quando o lago entope, né, Aguinaldo [...] Arrumamos tinta tem que envernizar ali a madeira em volta do lago, eles vem envernizam, [...] eles quebram um galhão.

É interessante perceber a inserção do PSC nos trabalhos do parque, entretanto verifica-se que o pressuposto dessa inserção é ainda o que Bauman (2009) aborda sobre esses sujeitos: "[...] não são mais encarados como pessoas que seriam "reeducadas" [...] mas veem-se definitivamente afastadas para as margens [...] indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das leis" (p.25). Pois, o que se percebe é apenas a utilização da mão de obra dessas pessoas sem a necessária ação educativa no sentido de ressignificar essa inserção.

Outro recurso humano, principalmente em dias de grande fluxo de visitantes, são os vendedores ambulantes. Eles se instalam na rua que dá acesso ao Parque até o portão de entrada.

Neste estudo, foi possível entrevistar uma das vendedoras há mais tempo no local: "A loira", ela trabalha há 12 anos na porta do Parque da Gruta aos fins de semana, principalmente aos domingos, o dia de maior fluxo de pessoas. A loira vende produtos alimentícios: picolé, batata, pipoca. Além de vender na porta do parque ela vende na igreja católica do bairro aos domingos à noite e faz eventos em lojas com seu carrinho de pipoca.

Os vendedores ambulantes no portão do parque não tem licença da prefeitura para realizar este trabalho, ao contrário do que acontece com boa parte dos trabalhadores no entorno do Parque da Juventude e Paço, como também não podem vender dentro do parque. Quando questionado sobre o que a "Loira" pensava a respeito de não poder vender dento do parque, ela concorda de forma enfática:

> Imagina, viraria uma bagunça, um monte de marreteiro[20] dentro do parque: começaria vendendo açaí e logo, logo teria até CD! Tiraria a paz das pessoas que vem curtir o seu lazer.

[20] Como são chamados entre eles os vendedores ambulantes.

Apesar de ser um trabalho informal, existe uma proposta de auto-organização para que eles possam trabalhar: os "mais velhos[21]" já tem seu espaço certo (o espaço da "loira", por exemplo, é o da primeira barraca ao lado esquerdo do portão de entrada). Já os que começam a vender no local ("os mais novos") vão se organizando nos espaços que sobram e precisariam respeitar uma média de preço decidida entre os vendedores para produtos em comum. Entretanto, diz a "Loira", nem todos respeitam essa decisão: um "Véio Zóião" (ele é o mais antigo vendedor, de acordo com a "loira", portanto seu lugar é privilegiado bem de frente à saída do Parque). Este senhor, de acordo com a "Loira", sempre coloca o preço menor para "quebrar[22]" os demais.

Interessante perceber que há um embrião do que poderia ser uma cooperativa de vendedores de alimentos, o que geraria renda para mais pessoas, com menos precarização. Isso poderia acontecer primeiro com uma formação para esses empreendedores locais a fim de sensibilizá-los e informá-los sobre o potencial dessa iniciativa. Depois com uma transformação na forma de gerir o parque no sentido de abrirem-se possibilidades de participação popular e concessão de serviços para organizações comunitárias, um *mix* de governança pública com governo empreendedor (SECCHI, 2009), que poderia gerar benefícios para a comunidade local, para o parque e seus visitantes.

Já no parque da Juventude, há quatro funcionários, dos quais apenas um é funcionário de carreira e sua área é a de limpeza e manutenção (isso é quase uma constante!). Entretanto, neste parque, especificamente, os usuários são mais atuantes por meio dos coletivos "Racha do Paço" e "USM". A atuação vai desde reivindicar da gestão do parque manutenção quando necessário:

> Susi: A manutenção... Dessa quadra inteira: Não! Ela está errada e eu já protocolei, eu já fiz o pedido, já protocolei, já falei com o ED [...] eles me disseram que, neste mês de agosto, vai arrumar.

Ou melhorias das estruturas para realização das atividades:

> Susi: [...] E eu também protocolei e fiz um abaixo-assinado com 300 assinaturas para cobrir a quadra. [...] Porque quando a gente joga. Às vezes a gente está jogando aqui, vai, por exemplo, agora, aí nós estamos em- sei lá! – 50 atletas, aí de repente, começa a chover aí a gente tem que sair correndo...
> Iranilda: Entendi, não tem essa... esse espaço coberto?
> Susi: Não tem. [...]

Até participarem da limpeza e manutenção do parque com sua própria mão de obra:

> Iranilda: Certo. Então vocês fazem este trabalho também de limpar, de fazer essa conservação daqui do espaço que vocês usam ou de tudo um pouco, o espaço do parque?

[21] Que vendem há mais tempo no local.
[22] Evitar a concorrência.

> "O carinha do Skate": A gente limpa o parque inteirinho. Sozinhos e sem ganhar nada. A gente pinta pista, a gente faz tudo para deixar sempre bonitinho. [...]

Ou seja, há já neste parque uma disposição para colaboração por parte dos usuários e a consciência de que o parque também é deles, o que é algo benéfico no sentido de construir uma gestão mais participativa, pois como coloca Stanford (2017) ao falar sobre tendências para a gestão de parques: "a habilidade de construir parcerias colaborativas é crítica para o sucesso no futuro." (p. 178, tradução livre).

Claro que essa atitude não pode ser generalizada para todos os usuários. Esta atitude se aplica, sobretudo, para os que usam com mais frequência o local, sejam os atletas do Basquete no "Racha do Paço", os skatistas da USM ou os Rapazes *Fitness* da Gruta. Isso ocorre porque, por usarem o espaço para sua prática quase todos os dias, eles veem na sua colaboração com a limpeza e manutenção uma espécie de "contrapartida" pelo uso do espaço:

> Susi: [...] Aqui mesmo já quebrou porque a gente, a gente não porque, eu sou menina eu não "dunko[23]", mas os meninos se penduram, faz parte do basquete você dá uma enterrada, que chama "dunkar". [...] e quando ela não é bem feita a manutenção ela quebra. [...] quando quebrou, nós mesmos viemos, eu tenho até gravação. [...] nós temos foto [...] os veteranos inteiros se reuniram. Aí um trouxe chave de fenda, o outro trouxe o negócio da solda, o outro entrou com o caminhão, o outro trouxe até uma cesta, porque enquanto uns iam arrumando, a gente ia fazendo basquete [...] E a gente transformou meio que numa festa, uma reunião [...]

O que já é inclusive, no caso do Parque da Juventude, legitimado pelo seu gestor:

> ED: [...] temos parceiros que realizam atividades no parque e nos ajudam na limpeza e conservação do local.

Já no Parque do Guapituba, a atuação de coletivos não é ativa:

> Sr. Gerson: Nós temos um grupo que se autointitula "Grupo Ecológico São Francisco De Assis", mas, eu acho que é só um grupo de pessoas autointitulado. [...] eles pararam um pouco e eles [...] Eles tinham que está brigando mais por isso, né?

De fato, não foi possível encontrar nada a respeito deste coletivo: nem endereço, telefone ou uma página na *internet*. Entende-se que também é papel da gestão estimular por meio de canais que propiciem essa participação, uma vez que a área pública também ganha com o "voluntariado". Pois ele propicia, por exemplo, que se gaste menos na folha de pagamento com despesas operacionais como limpeza e manutenção (DIEZ, 2018). Ao mesmo tempo para a sociedade, como coloca o mesmo autor: "O voluntariado gera um sentido de pertencimento, respeito e apropriação do espaço público que resulta no zelo pelos parques." (DIEZ, 2018, p.25, *tradução livre*).

Neste parque há também a visita de alunos de faculdades da região para fazer

[23] *Dunk*, do inglês, mergulhar ou molhar algo comestível em um líquido, no basquete, significa "enterrar a bola na cesta".

trabalhos pontuais, mas nenhum tipo de parceria ou estudo mais aprofundado sobre o local:

> Sr. Gerson: Apenas trabalhos pontuais, né? Algum levantamento aqui... outro levantamento lá.

7.3.2 Recursos Financeiros: orçamento público, permutas, parcerias, compensação ambiental, patrocínio e trabalho intersetorial.

Este se mostrou um assunto bastante delicado carecendo de mais instrumentos com relação à transparência de uso dos recursos financeiros públicos, pois os poucos dados disponíveis sobre o assunto são, muitas vezes desatualizados e tentar conversar a respeito com algum gestor gera hostilidade e desconfiança.

No Parque da Gruta especificamente acontece uma contrapartida bastante informal pelo uso do espaço do parque cujos objetos de permuta são quase sempre produtos de limpeza:

> Iranilda: [...] Quando tem essa cobrança, que nem a minimaratona, tem algum tipo de contrapartida, que fica para um fundo do parque? Não?
> Rômulo: hum... Não.
> S. Aguinaldo: é para cobrir as despesas só do evento só.
> Rômulo: Só para cobrir as despesas do evento. É claro que, nada impede de, às vezes, a gente pedir aí ... vamos supor, tá precisando de vassoura, essas coisas, a gente pode pedir para ele e ele entra como doação. Só que isso não é nem documentado, né?

No que se refere às Parcerias**,** no parque da juventude o gestor relata:

> ED: Existem algumas parcerias de manutenção com empresas da cidade.

Uma das parcerias descritas pelo gestor é caracterizada como “quase” uma PPP (Parceria Público-Privada), pois, um empreendedor local do ramo automobilístico em troca de usar o espaço de um antigo “EcoPonto” ao lado do Parque, se tornará responsável pela sua limpeza e manutenção. Talvez, o “quase” do gestor se deva ao fato de que esta parceria ainda não está em um documento oficializando-a.

Outra parceria é a existência de uma campanha de descarte de óleo de cozinha proposta nos parques pela empresa Lirium. A campanha acontece da seguinte forma:

> Hermínia: [...] A Lirium, é uma empresa que deixa um tambor aí para a coleta de óleo que aí eles ganham dinheiro com esse óleo, né?
>
> Rômulo: o munícipe deixa o óleo em contrapartida leva ...
> Sr. Aguinaldo: um brinde!
> Rômulo: Um Brinde: 5 sacos de lixo, sabe? De 100 litros, né? Ou pedra de sabão [...]

Entretanto, a empresa também não contribui com nenhum recurso financeiro para a manutenção e qualificação dos parques, exceto o invariável produto de limpeza:

> Rômulo: não com recurso financeiro, mas ela [...] dá esses brindes e aí em contrapartida a gente conversou, aí ela, esses dias deu para gente, né? vassoura...
> Sr. Aguinaldo: produto de limpeza...
> Rômulo: produto de limpeza que a gente usa no-no parque, para fazer a limpeza do equipamento.

Acredita-se, no entanto, que outros recursos, mesmo físicos, poderiam ser colocados à disposição dos parques por esses parceiros: convênio com organizações da sociedade civil para custeio das despesas de manutenção, termo de cooperação com empresas que impactam o parque, as quais podem se responsabilizar pela sua manutenção total ou parcial, ou ainda com várias empresas afim de que por meio de doações façam o custeio da manutenção ou ainda a "adoção de espaços públicos" cuja contrapartida é poder fazer publicidade no espaço do parque (SEMEIAb, 2019), apesar de algumas limitações, esses são arranjos possíveis mais formais do que doação de "produtos de limpeza esporadicamente".

Essas e outras iniciativas de preferência que envolvessem a comunidade local são bastante necessárias, uma vez que os recursos financeiros para o funcionamento dos parques advêm quase que exclusivamente do orçamento público municipal:

> Iranilda: Ah, então já que a gente ta falando um pouco disso, como que é esse- esse recurso? Tem um recurso próprio para, recurso financeiro mesmo? Recurso próprio para gerir, vem do município, tem doação? Como é que é a gestão financeira, assim?
> Rômulo: Não... O município, o governo ele, o município ele tem um valor estimado para a secretaria, né?

Inclusive no Parque da Juventude:

> Iranilda: De onde vem os recursos financeiros para a manutenção do parque?
> ED: O parque é gerido pela Secretaria de Cultura de Mauá.

O que parece ser consenso entre os gestores é o fato de o dinheiro ser escasso:

> Rômulo: [...], só que assim, tem: folha de pagamento, aí tem água, tem luz, tem os gastos né? Vou ser bem sincero é... devido a... hoje, né? Como tá o país, não tem sobra.
> Sr. Gerson: Porque dinheiro da prefeitura mesmo... É difícil conseguir dinheiro para um parafuso.
> Iranilda: Entendi.

Além de ser demorado para conseguir, devido à lentidão que o processo burocrático impõe para solicitação de verba:

> Rômulo: [...] Mas eles costumam trabalhar com um caixa lá, mas é muito pouco. Quando precisa de uma lâmpada, uma coisa, a gente vai[...] leva a nota, né? Do orçamento, vai compra e devolve a nota lá para eles que comprou para dá baixa, né? [...]

Nesse sentido, uma modalidade comum para obtenção de ações de manutenção nos parques geridos pela SVMA são as compensações ambientais:

> Sr. Gerson: O que tem muito é compensação ambiental, né?

Foi relatado também já ter ocorrido patrocínio para uma das reformas do Parque do

Guapituba por uma das grandes empresas (e poluente!) alocadas no município:

> Sr. Gerson: Então, patrocínio, aconteceu em 2004, a Petrobrás patrocinou uma reforma desse parque aqui. Desde então não... [...] Desconheço qualquer outro patrocínio.
> Iranilda: certo.

Quando o assunto é concessão de serviços, no Parque da Juventude (o mais recente dos três parques da cidade) encontra-se já o embrião de um trabalho intersetorial importante para locais deste tipo: a concessão do espaço da cantina para o Programa de Economia Solidária da Secretaria de Emprego e Renda. Essa concessão caracteriza-se pela venda de comes e bebes por uma empreendedora que, em contrapartida, é responsável pela manutenção dos banheiros do parque.

Por outro lado, nos parques da SVMA pode se dizer que não existem concessões, pois parecem optar mais pela informalidade, como no caso da Gruta:

> Iranilda: E essas coisas de concessão de serviços vocês tem, é... perspectiva de fazer? É por exemplo: que nem sei lá! Ter um-um espaço aqui que a pessoa possa colocar uma lanchonete aí pagar um valor para o parque para ajudar na manutenção?
> Rômulo: Não. Nós temos uma mulher [...] Que ela vem aos domingos, e agora ela tá vendo para vir aos sábados também. Ela monta uma barraca grande na entrada lá, e aí ela vende crepe, açaí, suco, refrigerante, só que assim, ela usa a energia e o espaço, só que ela não dá nada. Aí agente tá conversando para ver se em parceria ela consegue ajudar a gente com produto de limpeza por mês, essas coisas...

Nesse sentido, é de se perguntar também, até que ponto essa informalidade não seria resultado de um conceito equivocado do bem público e sua função:

> Rômulo: [...] assim de parceiro por tá usando o espaço. Aí ah! Precisamos aí de duas vassouras, um rastelo [...] pode acontecer de a gente pedir para ele e ele acabar doando, mas não tem nada em contrapartida não. [...] até porque a gente cede o espaço para ele para ter um movimento, para o público se animar, que o pessoal gosta, né?

Essa fala do gestor Rômulo refere-se ao parceiro que organiza a minimaratona cobrando taxa dos participantes. Ao se refletir com cuidado, é possível perceber que o profissional está usando o espaço público para prestar seu serviço particular, cobrando uma taxa por isso, ou seja, todas as características de "privatização" de um espaço. Por outro lado, o gestor expõe a situação como se o profissional estivesse fazendo um favor ao público usuário do parque que paga duplamente pelo serviço de animação (tributação e taxa pelo serviço do profissional privado). E o pior de tudo: não há nenhuma contribuição para manutenção, qualificação do espaço.

O que se percebe então é que até há uma vontade de melhorar os serviços no parque por meio de outros arranjos relacionados à gestão de uso público, mas falta conhecimento técnico - jurídico para realizar isso de forma adequada. Como também, a consciência de quais características esses serviços prestados precisam ter em um parque urbano público. As quais

seriam: atividades com mínimo impacto, com cobrança de tarifas justas e que insiram atores locais com o foco na satisfação do visitante, tudo isso monitorado pelo gestor público (RODRIGUES; GODOY, 2013).

Entretanto, foi percebido que esse assunto ainda se apresenta como um tabu justamente pela questão de ser necessário, tanto para o gestor público quanto para o concessionário, o estabelecimento de direitos e deveres a fim de que os benefícios advindos de uma concessão de serviços possam ser fruídos por um e outro e, especialmente, pela população que usa o parque.

Foi relatado pelos gestores que houve em uma ocasião um edital somente para o Parque da Gruta, nunca houve no Guapituba, para a concessão de serviços de alimentação, no entanto, houve a seguinte reação:

> Sr. Gerson [...] quando as pessoas leem o edital elas desistem, né? [...] Um dos itens que estava naquele edital ... Alguns itens, é: ele vai ter que recolher os copinhos, a sujeira que foi feita, não é o parque que vai limpar é o que receber a...
> Fábio: Concessionário!
> Sr. Gerson: ... O concessionário. [...] E outra coisa é que, naquele tempo, foi solicitado, foi proibido a venda de bebida alcoólica. E só interessa vender bebida alcoólica e salgadinhos de pacote, então, alguns cachorros-quentes... [...] Então um terço de interesse deles foi quebrado. [...]

Ainda tem o fato de os gestores acharem que o espaço não comporta concessão de serviços, como é o caso do Parque do Guapituba:

> Sr. Gerson:[...] aconteceu aqui algumas coisas que não estavam muito de acordo com a função do parque: já teve aqui, doação de cachorro[...] Food trucks, né? Só que assim não funcionou muito bem.
> Fábio: Não comporta, né Sr. Gerson?
> Sr. Gerson: Não comporta, porque o espaço é...
> Fábio: [...] A área de uso público é pequena mesmo, né?

Neste caso, seria interessante se questionar qual a vocação do parque, a opinião dos usuários e suas necessidades antes de serem tão categóricos, mas para isso seria preciso primeiramente, que houvesse uma gestão participativa (CARDOSO, VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELOS, 2015). O que ainda não é realidade em Mauá.

7.3.3 Plano de Manejo e PUP: o que "se pode" e o que "não se pode" nos parques?

Acredita-se que aí está um fator bastante importante para a discussão: a existência de um plano de manejo que regulamente os parques, também unidades de conservação municipal, geridos pela SVMA:

> Sr. Gerson: [...] Ninguém compra a ideia da gestão anterior. Então o plano de manejo ele começa de forma tímida e não tem continuidade. Talvez agora com a presença da Secretaria aqui dentro, esse plano de manejo possa começar realmente a ter uma continuidade. [...]

> Iranilda: [...] Então [...] Não tem nem na Gruta nem aqui?
> Sr. Gerson: Nem na Gruta, nem aqui. [...]

A inexistência do documento exigido por lei se deve, basicamente, por um impasse político:

> Sr. Gerson: [...] plano de manejo, o IBAMA ele prevê que o plano de manejo vai ser feito em uns cinco anos mais ou menos. Porque você vai ter que ter levantamento. Levantamento você não faz em um ano, em um ano você um bicho, no outro ano você não vê. Então existe um guia do IBAMA, que chama "Guia de Chefe", ele prevê uns cinco anos para fazer, cinco anos você passa de uma gestão para outra...
> Iranilda: Nossa...
> Sr. Gerson: Ninguém compra a ideia...

Entretanto, acredita-se que com o envolvimento da comunidade local para a criação deste plano essa barreira poderia ser transposta, até porque há o SNUC (2000) respaldando o Parque - Unidade de Conservação Municipal, que deve ter, portanto, obrigatoriamente, Plano de Manejo e conselho consultivo com participação da comunidade.

Como isso ainda não é realidade, o que se percebe como resultado são duas atitudes nos parques da SVMA hoje: uma de que "nada pode", como no Guapituba:

> Sr. Gerson: [...] Só aí é que a gente vai ter ideia do que tem, do que pode, né?;;
> Fábio: e do que não pode, né? [...]
> Sr. Gerson: Não. Do que não pode não precisa...[...] Porque "não pode", se você não sabe o que pode [...]Tudo não pode! [...] Se você não sabe se pode andar ali então não pode. Você não sabe se pode arrancar a folhinha lá, então, não pode. Não sabe se pode matar o Saruê, então, não pode. Então o plano de manejo ele só fala o que pode.

E a outra atitude é a de estabelecer um regulamento praticamente "oral" no parque para evitar que tudo "seja permitido", como no Parque da Gruta:

> Marília: [...] As regras do parque são: não pode entrar com bebida alcoólica, é... [...] bicicleta, grande, a pequena já pode. Antes não podia cachorro, agora já pode. [...] É sobre amarrar alguma coisa nas árvores também, churrasqueira também aqui dentro não pode. [...] o que mais que não pode dentro do parque? É... vender nada aqui dentro também [...] Aí do portão para fora fica um pessoal, eles vendem lá tudo, né?

Muito do que é estabelecido na fala dos gestores depende do bom senso do funcionário que esteja trabalhando no dia, então na verdade, "tudo pode" até que você seja abordado por alguém:

> Marília: [...] Mas tem algumas coisas assim que a gente não tem muito controle é... sobre a bebida alcoólica, né? Que daí o pessoal sempre entra. [...] Hoje o pessoal entra com latinha, essas coisas, a gente ver passando com isopor. Então vai ficar muito chato você chegar para a pessoa e falar "ó você não pode entrar e tudo". E aí cadê o regimento do parque?
> Rômulo: até porque você não vê grupo de... só amigos trazendo cachaça. Você vê que às vezes é com a família e traz...
> Marília: é família. E traz uma cervejinha para beber lá embaixo. [...] aí a gente deixa passar.

Já no Parque da Juventude por não ser uma unidade de conservação não se tem a

exigência legal da elaboração de um plano de manejo. Porém percebe-se que dadas às infinidades de possibilidades de atividades no local e, já o grande fluxo de pessoas em apenas dois anos de existência, seria interessante a elaboração de um Programa de Uso Público – PUP do local (PACHECO; RAIMUNDO, 2014) a fim de organizar as atividades de forma que todos possam ter a mesma qualidade de acesso ao espaço do Parque:

> Iranilda: Vocês já fizeram algum churrasco aqui no parque da juventude ou não? Pode? Como é isso?
> "O carinha do skate": Não, não, é... Conversa com os guarda lá, mas eles não ligam, por causa que, eles sabem que a gente não faz bagunça, né?[...] E tudo que a gente consome e fica sujeira, a gente limpa e leva tudo e joga no lixo.

O que se deduz da fala de "O carinha do skate" é que nem todos podem fazer churrasco, mas como eles são conhecidos no espaço por frequentarem diariamente e ajudarem na limpeza e manutenção há essa especial "concessão" para uso, praticamente uma "troca de favores", o que poderia ser resolvido com a elaboração e implantação de um PUP.

Além disso, percebe-se hoje a predominância de propostas de atividades físico-esportivas no local, mas ao remontar o histórico da antes "Pista" percebe-se que há uma infinidade de outras atividades que ali eram realizadas:

> Susi: Então, aí antes aqui, na verdade era só, vamos dizer a "Pista"... Então [...] Eu sempre frequentei como eu disse. Mas eu vinha mais para fazer piquenique, conversar com os amigos, a gente fazia até fogueira aqui![...] aí todo mundo se reunia, umas 10 pessoas, estendia o lençol e fazia o piquenique.

Nesse período, antes de 2016, a "pista" era conservada pela USM, coletivo que se comunicava via redes sociais:

> "O carinha do Skate": Sim. Aí, quando tinha algum problema, aí postava lá alguma coisa. "Tipo": Ah! Está precisando de tal coisa e tal... Aí todo mundo se juntava, vinha e ajudava a limpar tudo, fazer o que estava faltando.
> [...] Iranilda: Ah, legal! Antes do parque da juventude tinha "pista" e quem cuidava era a União dos Skatistas ou não?
> "O carinha do Skate": Sim. Quem cuidava era todo mundo. [...] Sim, o pessoal que gosta mesmo do skate, que anda mesmo por amor...

Depois passando a ser criado o Parque da Juventude no local cuja gestão é feita hoje pela SCJ. Por este tipo de cenário, é importante salientar que o PUP e/ou Plano de Manejo em parques urbanos devem sempre ser elaborados de forma participativa para que o documento possa refletir a realidade local, tanto ambiental quanto culturalmente.

7.3.4 Segurança nos Parques: quem faz? E quando não tem?

A segurança dos Parques urbanos de Mauá é realizada pela Guarda Civil Municipal (GCM). É consenso entre os gestores dos parques da SVMA que a quantidade de recursos humanos é insuficiente para atendê-los, visto que eles têm outras demandas pelo município,

como observado pela equipe gestora da Gruta:

> Rômulo: tem a guarda ambiental. Só que hoje a guarda ambiental tem 4 guardas, é isso? [...] para atender a cidade inteira. Então, eles tem até um posto lá perto do lago, lá dentro da gruta com a base que era para eles ficar instalados... 5 guardas?
> Marília: é. [...]
> Rômulo: tá então desculpa, são 5 guardas. Só que assim, eles vem todo dia aqui, quanto a isso aí eu não posso falar...
> Sr. Aguinaldo: É.
> Rômulo: Só que é o seguinte: eles ficam 1 hora e, acontece chamado, eles tem que ir, que é normal. E aí eles vão atender e às vezes volta no fim da tarde. Então não temos segurança. [...]

Exatamente neste dia, antes de a entrevista começar, o então gestor do parque foi abordado por um representante da GCM – Guarda Civil Municipal e os dois realizaram uma rápida reunião, na presença da pesquisadora mesmo:

> O tema da reunião era a implantação de segurança 24 horas no parque sob a responsabilidade da GCM. No entanto, para que isso ocorresse a GCM pedia apenas a cessão de duas salas no parque para que pudessem guardar as armas de fogo portadas pelos profissionais. O representante da Guarda Civil defendeu claramente que as suas abordagens a quaisquer pessoas "suspeitas" no parque melhorariam muito a qualidade da segurança do local, o que é bastante questionável, e dá margem a ações discriminatórias. A proposta, no entanto, pareceu ter sido bem acolhida pelo pessoal do parque. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

Isso demonstra a falta de uma diretriz no que se refere ao assunto segurança, pois na entrevista a equipe gestora faz críticas à quantidade de GCM no Parque que, segundo eles, nem consegue suprir a segurança no seu horário de funcionamento (de domingo a domingo, das 7h às 17). Conquanto, se concorda com Serpa (2007), para quem "é a ausência de usuários e de passantes o melhor indicativo de lugares 'inseguros'". (p.104) e não a presença de determinado tipo de usuário como sugerido pelo profissional da GCM. Portanto, a proposição de programação elaborada coletivamente com a comunidade do parque para dias, horários e usuários diversificados seria a melhor estratégia de reforço à sua segurança.

Além disso, outro ponto abordado, mais específico sobre a gestão desses recursos humanos, são as suas escalas de trabalho que parecem não condizer com o período de funcionamento do parque (domingo a domingo), como no caso do Guapituba:

> Iranilda: Verdade. Quem que faz a segurança? Tem alguém?
> Fábio: Nós temos agora...
> Sr. Gerson: A GCM. [...] Tem uma sala aqui dentro, hoje, ontem não veio ninguém por quê? Porque era domingo e o guarda que estava...
> Sérgio: designado, estava de folga.
> Sr. Gerson: No caso, foi folga dele. [...] porque ele trabalha dia sim, dia não, mas no final de semana, ele tem um dia que ele pode folgar, mesmo que seja o dia de trabalho dele. [...]
> Fábio: E hoje também não tem ninguém, né Sr. Gerson?
> Sr. Gerson: [...] E hoje também não tem ninguém não sei porque.[...]

Complementam ainda sobre a atitude de alguns GCM ao serem alocados no Parque:

> Sr. Gerson: Nem todos os guardas também entendem a importância do parque, né?

> Tem alguns que menosprezam, quando vem para cá...
> Fábio: vem de má vontade.
> Sr. Gerson: Vem de má vontade ou então vem de...
> Fábio: castigo.
> Sr. Gerson: É. Ou vem de castigo. Ou vem para "Não, lá não precisa fazer nada!", vou ficar na casinha [...]

No parque da Juventude foi vista somente uma vez, dentre as várias visitas ao local, uma viatura da GCM, mas o uso constante do perímetro do parque nos variados horários, com atividades e usuários diversificados faz com que haja uma sensação de segurança no local. Ao contrário do que ocorre no Paço, como um todo, especificamente no "estacionamento":

> "O carinha do skate": Agora tem os guardas, mas, mesmo assim, [...] Ainda tem gente que fica lá embaixo[24] roubando os pedestres que passam. Isso não é legal!

Nesse local, só há sensação de segurança em dias de semana à noite e aos fins de semana, quando pessoas fazem diversas atividades de lazer. Entretanto, como isso não é constante e o parque do paço não tem uma gestão integrada, os delitos são coibidos "extraoficialmente" pelos skatistas, já que não há uma segurança "oficial". Os skatistas tomam essa atitude para defenderem sua imagem e, consequente direito de uso do parque da juventude:

> "O carinha do skate": E quando tem essas encrencas, [...] quem resolve também é a gente. Porque [...] Depois pega e fala que skatista é maloqueiro, vagabundo, ladrão, [...] Só que a gente não rouba. A gente só anda de skate. A gente vem aqui para se divertir. Aí o cara vai lá e rouba e depois sobra para gente, porque a gente vai atrás e "quebra o cara na porrada".[...]
> Iranilda: Entendi. Então vocês fazem essa mediação para também não ficar com a imagem ruim [...] do próprio parque, né?
> "O carinha do skate": Sim, mas não adianta. Porque parece que, mesmo assim, a gente conseguindo bater no cara e pegar as coisas de volta e devolver para a pessoa que foi roubada. A gente ainda continua sendo uma pessoa ruim.

A conversa com "o carinha do skate" foi fundamental para começar a entender o território Parque da Juventude e Paço, inclusive que há uma demarcação simbólica entre os frequentadores de um e outro. Embasando-se em Magnani (1998), se poderia dizer que o Parque da Juventude é um "Pedaço" para os skatistas:

> [...] aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (p.116).

Enquanto que o "Paço" da forma que está configurado hoje seria mais um "pórtico":

> [...] espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. [...] terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras *liminares* [..] muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados...(MAGNANI, 2002, p.23)

[24] "Lá embaixo" refere-se à parte do estacionamento, o restante do paço municipal, cuja delimitação parece ser a ponte que dá entrada ao Parque da Juventude.

7.3.5 Participação: comunicação com a gestão e conselho do meio ambiente.

No que se refere à participação na gestão por associações ou até mesmo um conselho gestor dentro dos Parques praticamente inexiste.

O que há na SVMA é o Conselho do Meio Ambiente que, em tese, deveria ser um conselho deliberativo com participação da sociedade civil sobre questões de equilíbrio ambiental no território de Mauá. Mas há uma série de problemas para seu funcionamento levantados pelos gestores da SVMA:

1. A participação de pessoas não qualificadas tecnicamente para lidar com questões ambientais:

> Fábio: E o problema é que esse conselho também é formado por pessoas bastante desqualificadas, de uma forma geral. [...] para exigir algumas coisas você precisa conhecer. E a gente não vê isso. Como é um trabalho voluntário, sem ganho nenhum, então as pessoas que frequentam são até de boa vontade, mas, nem por isso, são ligadas à área, né? [...]

2. O comprometimento político das pessoas que representam o poder público (geralmente o funcionário comissionado):

> Sr. Gerson: É. E alguns até com comprometimento político também, né?
> Fábio: É.

3. A quantidade de representantes da indústria e do comércio, para os gestores dos parques, é demasiada:

> Sr. Gerson: Então esse conselho tem muito comprometimento político e muita gente das indústrias, comércio... O interesse deles é outro, né?

Outro problema que se levanta é a abrangência deste conselho que deve deliberar sobre todos os assuntos referentes à poluição e equilíbrio ambiental em Mauá (MAUÁ, 1994), não exclusivamente sobre os parques públicos e, ainda, no caso do Parque da Juventude que é de responsabilidade da SCJ não há quem delibere. Então, dadas às características das problemáticas diárias dos parques urbanos nessa relação de tensão que a urbanidade estabelece, acredita-se que conselhos consultivos (SNUC, 2000), ou mesmo conselhos gestores dos parques urbanos poderiam ser mais efetivos e eficazes para propor soluções mais democráticas. Entretanto, enfatiza-se a importância de serem formados por representantes das várias categorias de atores sociais presentes nesse espaço (por exemplo, os vários tipos de usuários como voluntários, espontâneos, apoiadores, etc.). Até para minimizar o conflito exposto por Fábio:

> Fábio: [...] nós temos alguns problemas justamente nos limites do parque. Porque parece que todo mundo quer morar perto de um parque, mas, aí reclama que o galho da árvore está invadindo o seu terreno [...] todo parque ele devia ter [...] zona de amortecimento. E não tem. A urbanização chegou ao limite do parque, né? Então a

> gente sempre vai ter algum tipo de conflito com os moradores, nesse sentido...

O que acontece atualmente, no entanto, são estratégias elaboradas por alguns usuários, de acordo com seus interesses particulares, de se aproximarem do gestor local, principalmente os que se fazem conhecer, por exemplo, por meio da frequência diária:

> Susi: [...] Eu venho aqui diariamente... [...] Nem frequentemente eu diria, diariamente! [...] agora o Ed, ele está falando mais comigo. Ele falava: Ah, como está lá? Como que... Então, eu falo para ele o que eu vou fazer, eu converso com ele no celular e depois eu falo, ó Ed, eu vou protocolar e mandar um ofício para isso, ok? Não, ok, pode vir trazer. [...] sou muito bem recebida. Tanto na Secretaria de Cultura e Juventude, como na de Esporte e Lazer. Eu tenho vínculo com os dois, eu falo diretamente com os Secretários ou com os gerentes, né? [...] Não tenho do que reclamar.

Entretanto, não há oficialmente um conselho ou uma associação de usuários nos parques. Ainda que haja indícios no Parque do Guapituba de algum tipo de consulta popular no que se refere à reforma feita em 2004:

> Sr. Gerson: [...] E nós temos também uma área de uma declividade bem grande que, quando foi reformado o parque em 2004, uma outra reforma que houve, o público foi consultado e pediram que mantivesse. A gente chama de escadão, tem gente que reclama muito, mas ele existe lá a pedido do público.

Tal consulta resultou na prevalência da vontade da maior parte dos usuários: a permanência do "escadão". Tal experiência poderia ser replicada para outras necessidades do parque, resultando quem sabe em um conselho gestor.

Aliás, mesmo a comunicação da gestão para com os usuários necessita de melhorias na sua qualidade: não há murais com informações sobre a programação/avisos ou materiais impressos: somente agora em 2019 foi vista uma folha de sulfite afixada na entrada do parque do Guapituba sobre uma prática de meditação iniciada agora em agosto às sextas-feiras de manhã.

Bem como os canais de comunicação como telefone ou *e-mail* precisariam ter um acompanhamento mais sistemático e eficaz, de forma que a informação de fato circulasse para os responsáveis por gerá-la, ou atendê-la, como ilustra o caso das solicitações de monitoria nas trilhas dos parques:

> Hermínia: [...] E aí a procura ela tem acontecido assim: ainda que não chega para a gente acho que todo o 100% de procura. Porque tem um e-mail que está meio parado também que depois a Joana acabou vendo e falou nossa! Tinha uns pedidos aqui de trilha que a gente deixou passar tal...

No parque da juventude, os canais de comunicação são mais bem definidos:

> Iranilda: Como a população local fica sabendo do que acontece no parque?
> Ed: Através de cartazes e rede social.

Salienta-se aqui que, o ponto forte da estratégia da SCJ é combinar cartazes pelo entorno do parque com a rede social, pois a programação dos parques da SVMA também é

divulgada na rede social (*facebook*) por meio da página oficial da Prefeitura de Mauá, mas nem todo mundo sabe da existência dessa mídia, como também a *internet* não é um recurso universalizado.

Além disso, há ainda conflitos na resolução de problemas coletivos do parque pela falta de comunicação efetiva e acessível a todos os usuários, como observado em conversa com a equipe gestora na visitação do dia 13/05/2019 realizada pela pesquisadora:

> O ED disse que "o parque não fecha nunca", mas o Bruno estava contando ao Sr. Antenor – novo gestor – e a mim que o funcionário anterior foi demitido porque o parque estava fechado para realização de pintura e a mãe da atleta do skate pulou o local para a filha treinar. Houve conflito com o funcionário. A mulher conversou com a então prefeita e o funcionário foi demitido. A tal mãe também teve conflito com a senhora responsável pelo banheiro – a mulher da lanchonete – porque ela mantém o banheiro de deficiente fechado e era o único em que havia papel (dificuldade de repor?). A atitude do novo gestor Sr. Antenor em relação ao caso exposto foi: ignorar os usuários e conflitos porque eles podem ser demitidos, pois são contratados como cargos de confiança. Quando perguntei se havia alguma perspectiva de participação de usuários em um conselho gestor, a resposta foi incisiva: "Não!" (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

O que essa experiência revela é que o modelo de administração em que o gestor do parque é um funcionário de confiança da esfera política acaba sendo um entrave no que se refere a uma comunicação e interação mais harmônicas com os visitantes para resolver problemas comuns. Dessa forma, pode-se até incentivar a participação e o envolvimento da população a fim de se formar uma "comunidade" (DIEZ, 2018), mas se o recurso humano que lida com essa realidade não for qualificado para este tipo de trabalho e o modelo de gestão não favorecer a colaboração, a iniciativa tende a fracassar.

7.4 USOS PARA LAZER: INFRAESTRUTURA REAL E POTENCIAL PARA USO, EVENTOS, ATIVIDADES ESPONTÂNEAS E INTERESSES DOS USUÁRIOS

No que se refere à infraestrutura para uso público no Parque Gruta de Santa Luzia, o gestor coloca que, nos últimos dois anos (2016, 2017) o parque teve mudanças em suas estruturas físicas, ganhando os seguintes novos espaços:

> Rômulo: [...] Ele ganhou a questão da... academia ao ar livre, teve a revitalização, foi também feito e inaugurado agora em dezembro dia 08...09 de dezembro a sala verde, que é uma sala de educação ambiental, para fazer palestra para as crianças das escolas municipais e estadual aqui da cidade.

Já no Parque do Guapituba, os gestores destacaram a presença do parquinho, de dois conjuntos de sanitários públicos bastante limpos (o que foi verificado, de fato), o Espaço Zen, o Jardim de Pedra e as trilhas:

> Sr. Gerson: As trilhas aqui. Nós temos trilhas pavimentadas, trilhas de terra e barro e trilhas monitoradas.
> Iranilda: legal

> Sr. Gerson: que só... Então as trilhas que podem ser auto visitadas tem tanto pavimentado como de barro.[...]

Além desses, há no parque do Guapituba espaços com potencial para se tornarem patrimônio material municipal:

> Hermínia: É. Até o Sr. Gerson que guiou a visita porque o pessoal da Educação estava com um... Fizeram um trabalho de conhecer as construções históricas aqui do município, então visitaram o museu, um monte de coisa tombada e vieram aqui no parque [...]
> Fábio: [...] existe um processo. Porque eu até conversei com um historiador lá, né? Existe a intenção de realmente tombar essas casas, né? Dentro do parque. [...] Fábio: Amarela, a gente considera.. Aqui a gente chama a casa amarela e a casa verde. (figura 64).

O que se percebe nos parques estudados é que, considerada a sua restrição orçamentária, há uma quantidade razoável de espaços disponíveis para uso público, especialmente práticas corporais de lazer. Conquanto, chama-se atenção para a necessidade de programação nesses locais, a fim de que o espaço - materialidade – possa ganhar vida (SANTOS, 2006) criando significados para quem o frequenta e, por consequência, sendo percebidos como mais seguros (SERPA, 2007).

Figura 64 – “Casa Verde” no Parque do Guapituba

Foto: Manoel Olegario (2019)

Nesse sentido, por exemplo, o reconhecimento de equipamentos como a “casa amarela” e a “casa verde” como patrimônios culturais do Parque do Guapituba resulta na necessidade de interpretação deste patrimônio. Para isso, podem-se utilizar estratégias da

animação cultural[25]: monitorias, vivências, experiência mediadas por diversas linguagens (inclusive artísticas), tal como se defende na animação socioambiental (PACHECO; RAIMUNDO, 2014), neste caso, com enfoque especial nos bens reconhecidos como patrimônio cultural, dentre os quais figuram: "[...] formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais [...]" (BRASIL, 1937). O que pode acarretar mais visitação e trabalhos intersetoriais dentro do parque, inclusive, com possibilidade de geração de renda local a partir de: oferecimento de serviços educativos nestes atrativos, alimentícios para atender a demanda, de *souvenirs*, dentre outros produtos e serviços relacionados ao bem cultural.

Contudo, não se está dizendo que não haja programação, mas que poderia ser potencializada a fim de contribuir com a valorização do Parque enquanto espaço urbano essencial e na sua própria manutenção financeira.

Com relação, então, à programação, especificamente, dos eventos programados é destacado com ênfase o programa "Domingo no Parque" no Parque Gruta de Santa Luzia pois, segundo a equipe gestora este é um evento que traz muito público para o parque, que parou um tempo devido a troca de equipe consequente da instabilidade política da cidade, mas estará logo de volta:

> Rômulo: [...] é uma atividade que lota, né? Quem vem artistas, que vem barracas de...
> Marília: ...comida.
> Rômulo: ...Comidas, alimentos, feira gastronê-Feira Gastronômica. [...] No "domingo no parque" ele costuma ser sempre o último domingo do mês. [...] é um evento que realmente lota o parque. Daí em torno de.. quantas pessoas?
> S. Aguinaldo: 2 mil
> Rômulo: 2 mil? 2 mil pessoas.
> Iranilda: legal.

No Parque do Guapituba, há a atividade de *Tai Shi* às quartas-feiras de manhã, na qual um dos professores da prefeitura utiliza o espaço do parque para a prática com seus alunos.

Por outro lado, no Parque da Juventude, cuja gestão é feita pela Secretaria de Cultura e Juventude, portanto terem o objetivo forte de difusão cultural, tem-se uma quantidade significativa de atividades programadas no espaço:

> Ed: temos apresentações culturais mensais, oficinas culturais e torneios de esportes praticados no local.
> Iranilda: Há atividades diárias, quais?
> Ed: temos oficinas diárias, são modalidades de capoeira, artesanato, escultura, caricatura e fotografia.

Acredita-se, inclusive, que seria interessante um estudo que abarcasse aspectos

[25] Entende-se aqui como animação cultural o que coloca Puig e Trilla (2004): uma intervenção educativa que ultrapassa o objetivo de difundir culturalmente, configurando-se como conjunto de instrumentos para a própria produção da cultura.

ambientais, características socioculturais dos visitantes e, principalmente, seu entorno, a fim de entender se, de fato, o Parque comporta todas as atividades da programação ambientalmente falando e, se essa programação corresponde às necessidades da comunidade do parque e, de forma ampla, como este equipamento está contribuindo para um ambiente urbano sustentável. Uma vez que estas são apenas os eventos programados pela gestora, mas há também as atividades espontâneas dos usuários.

Com relação a estas relações, foi feita uma distinção pela equipe gestora, entre às atividades propostas por "voluntários" (que seriam profissionais que, na verdade, usam o espaço do parque para suas propostas de ações, de forma gratuita ou cobrando um valor por participante):

> Iranilda: esse pessoal, eles são da prefeitura, ou não? Ou eles são...
> Rômulo: não.
> S. Aguinaldo: voluntário.
> Rômulo: voluntário
> Iranilda: que usa o espaço da gruta?
> Rõmulo: que usa o espaço para fazer essas atividades.

Assim como as atividades do público espontâneo, aquele que vai ao parque fazer piqueniques aos domingos, por exemplo.

Dos "voluntários" têm-se as seguintes atividades propostas: a minimaratona no Parque da Gruta:

> Rômulo: Tem um professor aí, chamado Rui, que ele faz particular, mas fora, ele usa só o espaço da-do-do parque que é uma [...]
> S.Aguinaldo: minimaratona.
> Rômulo: ...em maio. Uma minimaratona.
> Iranilda: legal.
> Rômulo: ...Aí participa, tem premiação. Só que assim, a gente cede o espaço para fazer o uso do espaço, né?
> Iranilda: entendi.
> Rômulo: do parque. Só que toda a parte de administração, que ele cobra do pessoal uma taxa, porque tem é... premiação. Aí ele faz fora daqui, né?
> Iranilda: entendi.
> Rômulo: Recebe do pessoal. Aí só usa o espaço e a gente ajuda aí com o espaço aí para ele usar a energia, que ele usa um painel eletrônico aí tem um... Como é o nome? Do que tá aqui? Pessoal, primeiro, segundo, terceiro...
> S. Aguinaldo: Ah! O podium.
> Rômulo: tem o podium que ele faz o uso também. E é bem legal quando ele faz, mas isso não é mensal.

Além de aulas de Ginástica oferecidas pela profissional Dani em três dias da semana, como também uma escolinha de futebol outros dois dias da semana, inclusive aos sábados para crianças e adolescentes.

Ainda na categoria de "voluntários", destacam-se aqui os coletivos USM – União dos

Skatistas de Mauá[26]- no Parque da Juventude e o "Racha do Paço", de atletas de basquete – veteranos e novatos – interessados em jogar basquete amador na cidade de Mauá[27]. Esses coletivos tem presença forte no uso e reivindicação por melhorias no espaço do parque.

Em todos os dias de visitação a este parque houve sempre a presença de skatistas utilizando a pista maior e jogadores de basquete na quadra ao lado, ambos localizadas na entrada do parque.

Além disso, o projeto "Racha do Paço" desenvolve torneios, como o de basquete 3X3 (o basquete de "rua", jogado três por três), cujo objetivo é arrecadar ração para animais abandonados de Mauá:

> Susi: [...] campeonato [...] 3X3. O 3X3 [...] para arrecadar ração.
> Iranilda: Legal.
> Susi: Para animais abandonados. Aí a pessoa vai dá um quilo de ração e dá a medalha, dá troféu, dá tudo.
> Iranilda: Legal. Tem alguma taxa, alguma coisa, que os atletas fazem, tanto do 3X3...
> Susi: Não, aí é a ração.
> Já os torneios de "quadra inteira":
> Susi: Não é aqui. Aí são nos... O "quadra inteira" eu nunca fiz nessa quadra do parque. Aí eu faço nas quadras dos poliesportivos de Mauá mesmo[28]. Não é aqui.

Enquanto no Parque do Guapituba, esse movimento dos "voluntários" é menor, mas, não deixa de existir:

> Iranilda: [...] tem alguém que venha voluntariamente? Sei lá, e usa o espaço para fazer uma prática de *yoga*?
> Fábio: de forma frequente não.
> Sr. Gerson: Existia aos sábados também uma pessoa que vinha, também eu acho que era Tai shi.
> Iranilda: legal
> S. Gerson: Tai shi também. Só que essa pessoa não está vindo mais com tanta frequência aos sábados. Alguns dos seguidores vem e ...
> Iranilda: e fazem a prática...
> S. Gerson: de forma voluntária praticam e vão embora.

Com relação aos sujeitos que estavam em atividade, foi possível detectar que há pessoas que costumam frequentar outros parques, tanto em São Paulo, quanto no ABC, como a "mãe das crianças que amam palhaços" e "o Carinha do Skate" e outras pessoas que só conhecem aquele parque que frequentavam no momento da entrevista como o "Pai da

---

[26] Mais informações vide página do movimento na rede social *facebook:* <https://www.facebook.com/uniaodosskatistasdemaua/>. Criada em abril de 2014, a página tem mais de 2.000 seguidores, hoje dia 26/09/2019, interessados na prática do skate na cidade de Mauá.

[27] Mais informações vide página do movimento na rede social *facebook:* <https://www.facebook.com/rachadopacomaua/>. Criada em junho de 2019, a página já tem mais de 600 curtidas hoje dia 26/09/2019 mostrando um pouco do alcance do movimento.

[28] No dia seguinte à entrevista (07/08/2019) Susi me enviou a seguinte mensagem por *Whatsapp*:

> *Bom dia Iranilda, Eu esqueci de falar... ou não lembro se falei... Inclui que no projeto Racha do Paço Mauá eu tenho o time masculino que participamos de diversos campeonatos representando a cidade, somos todos uniformizados com regatas, moletons, temos ate adesivos hahaha. E sou a técnica do time." E complementa "Em todas as competições anteriores entramos por conta própria.*

Patinadora" e "O casal da musculação". Para o segundo tipo o parque está "bom" enquanto os primeiros tornam-se mais críticos em relação aos serviços dos parques, pois tem condições de comparar:

> "o carinha do skate": [...] nem se compara com o Parque da Juventude que tem lá no... que tinha o Carandiru. O Carandiru lá, o parque é tudo bonitinho, limpinho... nossa! É muito elegante, tem segurança, cuida de todo mundo. Os seguranças são muito "gente fina", conversa com todos e não tem sujeira no chão, não tem nada. Aqui, é que você está gravando, mas aqui, se você tivesse filmando você ia ver o tanto de sujeira que tem no chão [...]

Quanto aos seus interesses são diversificados: no Parque da juventude tem usuários como o "Pai da Patinadora" e "o Carinha do Skate" que frequentam o parque por ele possuir a pista de skate, permitindo a prática esportiva de skate, patins e até bicicleta (*BMX freestyle*):

> Iranilda: Legal, o senhor voltaria no parque?
> O Pai da Patinadora: Ah, sim, com certeza, eu vou trazer minha filha agora direto para ela praticar... Antes ela tinha medo de ir nas rampinhas, agora ela já tá indo, como você pode ver, né?

Sendo este uso, inclusive, anterior à criação do parque da Juventude em 2016, quando o espaço era conhecido simplesmente como a "pista" ou o "paço municipal":

> Iranilda: Então, na verdade, essa parte aqui, era considerada o "Paço", agora é considerado o "Paço" só aquele estacionamento no caso, ou não?
> Susi: Não. Aqui, toda essa parte aqui sempre foi o "Paço Municipal de Mauá" só que quem também frequentava aqui, ao invés de falar "Paço", falava vamos na "Pista" porque eu tenho mais contato com os atletas, então a gente falava ah, vamos na "Pista", mesmo que fosse para fazer um piquenique a gente falava vamos na "pista", [...]

Com a criação do parque em torno da antiga "pista" a gestão passa para a Secretaria de Cultura e Juventude, e o restante do "paço" vai se tornando "estacionamento-terra-sem-lei", ou um Pórtico (MAGNANI, 2002), como refletido antes. Tal é essa demarcação simbólica que há um conflito latente entre os skatistas e o "pessoal do estacionamento" que também anda de skate, patins, bicicleta**:**

> Iranilda: [...] Deixa eu te perguntar uma coisa: eu sei que aqui tem as pistas e vocês tem um movimento bem forte aqui. E eu vejo que também lá no estacionamento do paço tem algum movimento também à noite, por exemplo, de skate, patins... Você tem alguma ligação: o pessoal daqui dessa pista com esse movimento que tem lá no estacionamento ou não? Ou vocês nem se conhecem?
> "O carinha do skate": Não. No estacionamento já é diferente. No caso aqui, o pessoal vai lá para beber pinga e usar droga. [...] A pista é aqui e o pessoal que gosta de usar droga e beber fica lá [...]

Por outro lado, a relação com os outros usuários do Parque da Juventude parece ser harmoniosa, principalmente entre Skatistas e os Atletas do Basquete:

> Susi: [...] nós somos muito unidos com o pessoal do skate, por exemplo, que anda diariamente. Nós estamos representando o basquete diariamente, assim como o skate que veio muito antes do basquete no "Paço". A gente, cada um respeita o seu espaço, mas também... Igual "o Carinha" [...] Que é o menino do skate, ele joga

> com a gente... Todo mundo, eu acredito, todo mundo do skate também me conheça. E eu conheço todo o pessoal do skate. A gente tem uma harmonia, uma harmonia.

Há outros usuários mais ocasionais, como o "casal da musculação" que vai fazer exercício para emagrecer.

No Parque da Gruta, há também as pessoas que vão fazer musculação e caminhada, como os rapazes *fitness*. Bem como as famílias que vão contemplar e levar as crianças para brincar ao ar livre como a "Família descansando" ou ainda fazer trilha com os filhos, como o "Pai da filha curiosa".

No Guapituba, há as famílias com crianças que usam o espaço do parque para brincar, como a "mãe dos filhos que amam palhaço" e também para fazer piquenique e trilha como "Pai do filho fujão". Há as pessoas que vão somente para tirar fotografias devido à beleza cênica do Parque (especialmente o pergolado e o "escadão" – Figura 65), como as "jovens das fotos".

Figura 65 – "Escadão" no Parque do Guapituba: cenário para fotos

Fotos: Manoel Olegario (2018)

Além de professores de futebol, por exemplo, que levam seus alunos para treinarem no Parque do Guapituba, o que não é visto como uma atividade condizente pelos gestores do local:

> S. Humberto: É que a função do parque, é essa: A principal função é manter o meio físico e flora e fauna, e a segunda é a educação ambiental. Não é promover o turismo, não é promover esporte... Pode! Pode oferecer isso [...] Esses meninos que estão correndo para cima e para baixo agora, venham entender para que serve o parque. Eles virem aqui, entrar, correr para cima e para baixo, fortalecer as pernas, não vai trazer benefício nenhum ao meio ambiente[29]. [...]

Entretanto, como o Parque não possui um Plano que regulamente os seus usos, essas atividades acabam acontecendo mesmo a contragosto da gestão.

Em suma, cada parque estudado tem uma realidade de práticas corporais de lazer:

[29] No dia da entrevista, havia um professor de futebol com seus alunos utilizando o espaço do parque, após prévia autorização, para realizar treinamento desportivo.

público, usos e relações diferentes de forma que, além do PUP e/ou Plano de manejo nos parques, seria importante também pensar a classificação destes locais para além do que ocorre hoje em Mauá: tem vegetação protegida, este Parque é ambiental, portanto responsabilidade da SVMA. Tem vegetação desprotegida, ou não tem, é espaço de convivência, fica sob a responsabilidade da SCJ ou Secretaria de Esporte e Lazer. Quando na verdade são todos parques urbanos por serem de uso coletivo e prestarem serviços ecossistêmicos para a cidade, mas que contém atrações e equipamentos diferentes entre si (DIEZ, 2018). Logo, seria importante que para pensar qual a vocação de cada um destes parques se considerasse não apenas a presença de vegetação, mais os outros atrativos do local e os interesses que fazem o público frequentá-lo. Podendo a partir daí, desenvolver ações mais significativas nos sentido de explorar o papel transformador deste equipamento urbano.

7.5 PERSPECTIVAS PARA OS PARQUES: OLHAR DA GESTÃO

As perspectivas em relação aos parques foi uma pergunta que surgiu exclusivamente no contexto das entrevistas com os gestores, a fim de identificar seus planos para os locais. Nos parques da SVMA, algo urgente para se pensar qualquer estratégia é a elaboração do plano de manejo das unidades, como exposto pelos gestores:

> Fábio: É. Nós temos uma ideia já, de antemão, de fazer esse plano de manejo. [...]
> Sr. Gerson: [...] eu gostaria que fosse realmente uma Unidade de Conservação. Que com o plano de manejo nós tivéssemos calculado a capacidade de carga do parque. Que se essa capacidade de carga estivesse sendo excedida que, tivéssemos mesmo [...] controle, que fechássemos o portão. E que depois fossem criados mecanismos que reduzissem essa visitação ou, se necessário, que aumentasse [...]

Nesse sentido, especificamente no Parque da Gruta, os gestores da SVMA sinalizam a expectativa de que a visitação fosse mais controlada para se adequar à estrutura do Parque, por meio das normativas do Plano de Manejo:

> Sr. Gerson: O parque da Gruta tem uma supervisitação, que excede e muito a capacidade de tudo lá: a capacidade de carga ambiental, a capacidade turística, porque lá não tem banheiro para tanta gente que vai num domingo lá, né? E isso cria outros problemas, né?

Enquanto que o Parque do Guapituba nesse sentido estaria mais adequado, de acordo com os gestores da SVMA, ainda que tenha horários subutilizados:

> Sr. Gerson: [...] Eu vejo esse parque como parque que tem uma visitação, durante a semana tem alguns horários que são subutilizados. Acho que a visitação desse parque está dentro da capacidade dele.

Ademais, argumentam que para atender uma demanda maior de visitação seria necessário o aumento dos funcionários também, por exemplo, da segurança:

> Fábio: [...] a gente tem muita dificuldade: falta de funcionário mesmo para cuidar

> mesmo do parque, né? Inclusive, na questão de segurança é... isso dificulta. Se aumentar muito a visitação, os problemas vão ser ainda maiores, né?

Quanto ao Parque da Juventude, os gestores esperam torná-lo conhecido como um local de convivência da cidade de Mauá com atividades culturais, esportivas e de sensibilização ao meio ambiente:

> ED: A Secretaria está empenhada em tornar o parque em um local de convivência, estamos investindo em oficinas e eventos mensais, identificando as árvores do local para dar uma conotação pedagógica para o parque, investimento em zeladoria e manutenção das quadras para que possamos receber torneios maiores. Estamos empenhados em tornar o parque da Juventude um local de orgulho de toda a população de Mauá.

Para que isso aconteça, os gestores do Parque da Juventude têm algumas ideias realtivas a novas atividades e estruturas a serem implantadas no equipamento: *Slackline* nas árvores ao lado da cantina, a construção de quiosques para churrasco com vistas a atender as famílias aos fins de semana e um *dog park*. Por enquanto essas ações estão apenas no plano das expectativas, exceto as atividades do programa "oficinas culturais" já presentes no Parque desde junho de 2019.

A essas perspectivas, acredita-se interessante acrescentar as características de espaços públicos bem sucedidos, trazidas por Diez (2018) partindo de princípios da *American Planning Association*. Do qual se pode deduzir, que parques urbanos públicos bem sucedidos são locais que*:*

> Promovam o contato humano e atividades sociais; sejam seguros, acessíveis e hospitaleiros a todos os usuários; com desenho arquitetônico e atrações visíveis e interessantes; promovam o envolvimento cidadão; reflitam a história e/ou cultura local; tenha uma boa manutenção e uma característica única ou especial. (DIEZ, 2018, p.33, tradução livre).

7.6 MELHORIAS NOS PARQUES: PONTOS LEVANTADOS E SUGESTÕES DOS USUÁRIOS

"O que você melhoraria no Parque?".

Este questionamento surgiu exclusivamente no contexto das entrevistas com os usuários com a finalidade de entender quais são suas principais necessidades em relação ao uso do parque para suas práticas corporais de lazer hoje.

Apareceu nos três parques o apontamento da questão segurança como problema crítico a ser melhorado nos locais:

- No Parque da Juventude: "O casal da Musculação" relata conhecerem pessoas que já foram assaltadas no parque perdendo desde celular à bicicleta de criança.

- No Parque da Gruta: a "Família descansando" fala desse tema: "Eu nunca vi pode ser que tenha, mas eu nunca vi"[30], diz enfaticamente o Pai da "Família descansando". Já para o "Pai da Filha curiosa" "Não precisaria de muito investimento" apenas a presença de funcionários circulando pelas trilhas, como a trilha do amor feita por ele e a filha, já dariam um sensação de mais segurança. Ainda, para os "Rapazes fitness" existe um "guardinha", mas ele não faz ronda o que torna o local inseguro;
- No Parque do Guapituba: para o "Pai do Filho Fujão" a principal preocupação é a segurança nas trilhas: "melhoraria a bagunça no meio do mato", deu a entender saber que coisas perigosas e/ou libidinosas acontecem nos caminhos não demarcados para serem trilhas, mas abertos por pessoas com esses interesses[31].

Outro tópico levantado pelos usuários são melhorias referentes à manutenção e limpeza nos parques urbanos.

- No parque da juventude:

a) Deixar a vegetação mais baixa e quadras e pistas de skate mais bem cuidadas:

> Susi: [...] mais manutenções, vamos dizer assim, mato, ó! Eu acho que tem muito mato.
> Susi: [...] eu acho que deveria ser mais rápido e bem feito às manutenções, por exemplo. Devia ser bem feita. Não, vamos dizer, Ai vamos colocar lá porque pelo menos tem uma cesta e ninguém vai reclamar. Não! Vamos colocar uma boa cesta porque muitos atletas frequentam e, quando eles estão frequentando eles estão longe de drogas, por exemplo. Longe de drogas, longe de bebidas, entendeu?
> "O carinha do skate": Mas a... Eu reparo que: Buraco que tem na pista, buraco que ninguém arruma. [...]

b) Colocar mais lixeiras e ter mais materiais para limpeza no parque:

> "O carinha do skate": [...] na minha opinião, que seria legal colocar mais lixeiras... [...] A gente vai pedir rodo, não tem rodo. [...] Vai querer limpar a pista com a vassoura, não tem vassoura.

- No Parque da Gruta: os "Rapazes fitness" melhorariam o estado de conservação dos aparelhos de musculação das ATI, pois estão enferrujados. Já o "Pai da Filha curiosa" melhoraria a manutenção dentro da Gruta que dá nome ao parque, pois na própria nascente há lixo.
- No Parque do Guapituba: o "Pai do filho fujão" melhoraria a limpeza do lago dos aguapés na entrada, que segundo ele, era limpo há 15 anos.

Aparecem também questões a serem melhoradas que impactam a qualidade das práticas corporais de lazer realizadas nos parques:

---

[30] De fato, ao lado de onde eles estavam há um espaço físico identificado "Guarda Civil Municipal" e estava com as portas fechadas e vazio.

[31] De fato, ao chegar ao parque vimos um casal que saia de uma trilha não demarcada, o homem estava sem camisa.

- No Parque da Juventude: o "Casal da musculação" reclama há um desconforto causado pelo cheiro de maconha, pois é frequente a presença de jovens fumando, como disseram. O homem disse: "Aqui não é lugar de fumar maconha" e a mulher relatou: "Outro dia fui embora com minha filha sem fazer a caminhada, porque ela tem asma e o cheiro estava demais".
- No Parque da Gruta:

Os "Rapazes *fitness*" apontam:

a) A localização dos aparelhos de musculação no lago central que estão ao lado do parquinho de madeira das crianças. O que causa conflito de uso. Os jovens propõem que, ao menos se faça cercado em volta dos aparelhos de musculação. E a necessidade de contratação de pessoal para orientar nas ATIs;

b) O horário de funcionamento do parque que deveria ser extendido até às 19h e acender luzes do parque mais tarde para evitar desperdício;

c) Mais placas informativas sobre normas do parque, por exemplo, qual o volume para ouvir música no local?

Ademais propostas relacionadas à inserção de atividades na programação do parque, bem como implantação de estruturas de apoio e serviços necessárias:

- No parque da Juventude: surgiu a demanda por bebedouros e comedouros públicos para cães que vivem na rua:

> Susi: [...] Eu acho que deveria ter bebedouro para cachorro, um espaço para colocar ração [...] porque no centro de Mauá, nós temos também os bebedouros e os comedouros que cada protetor vai lá e coloca um pouquinho de ração, um pouquinho de água. Tipo você alimentar o animal, eu acho que é o mínimo que a cidade, já que as pessoas jogam como lixo. Eu acho que a gente poderia contribuir um pouquinho assim, né?

- No Parque da Gruta: os "Rapazes *fitness"* propõem ações de valorização da Gruta enquanto Parque: palestras, atividades de turismo e alegam que seria bom para o parque e para todo mundo porque, por exemplo, o "Tio da quitanda" venderia mais frutas, geraria renda. Além de demandarem mais atividades como o "domingo no parque" que não tem mais. Já para a "Família descansando" seria necessário à abertura de uma cantina porque hoje quando precisam beber ou comer alguma coisa tem que comprar lá fora, no caso eles só compram quando vão embora para casa. "Isso favoreceria todo mundo, inclusive o parque", disse o pai;
- No Parque do Guapituba: a "Mãe dos filhos que amam palhaço" melhoraria os serviços para crianças, porque hoje não há, além de mais áreas de convivência para este

público “abrindo mais a vegetação”. Segundo ela, antes tinham uns voluntários que faziam palhaços na arena, tocavam instrumentos, faziam um trabalho sobre reciclagem e “agora não tem nada”. Quando foi perguntado o que precisava melhorar no parque, as crianças e até o adolescente gritaram: “Os palhaços de novo!”. Enquanto para as “Jovens das Fotos” a única questão são as teias de aranha entre as árvores que as assustam um pouco, mas sabem que não é possível tirar os animais do parque.

Por fim, os usuários demandam estratégias de comunicação mais eficientes com a gestão dos parques a fim de melhorar problemas no acesso às informações. Nesse quesito o caso dos “rapazes *fitness”* no Parque da Gruta é o mais emblemático: eles olham o que foi feito na última reforma da Gruta e não estão satisfeitos, ao mesmo tempo em que não entendem. Um dos “rapazes *fitness*” questiona onde foram investidos R$ 250 mil na Gruta? Ao passo que complementa: ainda mais com o uso de cerca de 10 pessoas que prestam serviço comunitário. Quando conversou com o diretor ele orientou o jovem a olhar no *website* da prefeitura que lá estaria discriminado. Além de levarem demandas que não são resolvidas: como a questão do cercamento dos aparelhos de musculação na região do lago central.

No Parque da Juventude, “O carinha do skate” reclama desse quesito:

> “O carinha do skate”: [...] ter alguém que converse com a gente para poder arrumar os buracos da pista. [...]. Porque aí, às vezes, a gente toma tombo à toa.
> Iranilda: Entendi.

Para ele, se houve comunicação mais efetiva com o funcionário cotidiano do parque para realizar os reparos quando necessário esta situação seria diferente. Salienta-se que isto é fundamental, pois se concorda com DIEZ (2018) para quem ao se trabalhar com processos sociais que envolvam uma grande quantidade de pessoas é necessário o estabelecimento de metas e planejamento a fim de se atingir a participação comunitária e, então, ter melhores resultados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GESTÃO DE USO PÚBLICO TEM ESTIMULADO OU NÃO A APROPRIAÇÃO DOS PARQUES URBANOS DE MAUÁ PARA AS PRÁTICAS CORPORAIS DE LAZER?

O parque urbano no Brasil, não necessariamente é uma unidade de conservação ambiental cuja vegetação (área verde) não é um elemento obrigatório, mas é um espaço de uso coletivo que, portanto, contribui com um ambiente urbano sustentável. Este local pode abrigar em seu perímetro um patrimônio tombado, ou ele próprio ser um pela sua singularidade ecológica ou cultural. Nesse sentido, é um espaço com forte potencial educador na fruição do tempo livre na cidade. Mas para que esse potencial se desenvolva é preciso que as barreiras que condizem à segregação sejam superadas.

Uma primeira delas diz respeito à própria classificação de Parques Urbanos no Brasil hoje. Essa classificação exclui locais como praças, jardins públicos, academias ao ar livre, ciclovias, quadras, pistas de *skate* e trilhas do seu escopo o que faz com que estes locais sejam pensados pela política pública de maneira fragmentada. Conquanto, de forma empírica o que se percebe é o uso conjunto desses locais pela população que atribui a eles sentidos em suas diversas escolhas de trajeto: sair do "Parque da Juventude", passar pelo *Boulevard* Jornalista Roberto Marinho e contemplar os trilhos do trem visto de cima, passar por dentro do *Shopping* Mauá *Plaza,* parar na Praça da Vila Magine encher a garrafa de água e acompanhar o Rio Tamanduateí a pé até em casa no Jardim Zaíra 4 ou 6... Certamente uma "escolha" de trajeto que diz muito sobre as condições socioeconômicas da cidade de Mauá e a relação dos seus habitantes com o espaço público: a maioria das pessoas de Mauá anda a pé, de ônibus ou bicicleta, conhece mais os equipamentos públicos da região central e usa o *shopping* também como local de travessia para bairros como Jardim Oratório e Vila Magine.

A segunda barreira diz respeito ao modelo de gestão de uso público adotado nos parques urbanos da cidade: geridos por secretarias municipais, apenas com orçamento da pasta, por funcionários comissionados de forma predominante e sem nenhum mecanismo de controle social. Essa forma de gestão tem tido como resultado: subutilização de alguns espaços e superlotação de outros (como o lago central da Gruta), falta de ações condizentes com as demandas do público frequentador, descontinuidade e falta de objetivos estratégicos nas ações voltadas aos parques, portanto, minimização dos benefícios de um parque urbano como indutor de transformações urbanas.

Essa segunda barreira é tão grave que, não raro detectaram-se conflitos entre usuários e funcionários dos parques pela falta de colaboração e, antes ainda, de uma comunicação clara, objetiva e sem julgamentos. A rotina dessas situações parece surtir efeitos negativos no

que se refere às interações estabelecidas para refletir sobre os parques: os "rapazes *fitness*" quando foram entrevistados, aparentemente confundiram a pesquisadora com alguém que trabalhava no parque ou para a prefeitura, mesmo tendo sido apresentado o TCLE. Os jovens eram incisivos em suas falas cobrando alguma mudança em relação às questões administrativas do parque. Tinham muito que dizer e uma postura bastante defensiva, como se estivessem acostumados a não serem levados a sério.

Algo similar aconteceu também na entrevista com funcionários de carreira da SVMA: no início da entrevista os sujeitos estavam muito apreensivos, desconfiados das intenções pessoais da pesquisadora. Foram explicados novamente os objetivos da pesquisa, o uso dos dados e a garantia de anonimato deles, inclusive, garantido que o áudio seria apagado depois de transcrito. Somente a partir daí foi possível realizar a conversa, e no decorrer de seu desenvolvimento os participantes foram percebendo que o interesse não era, por exemplo, conseguir um cargo como comissionada na prefeitura ou algo do tipo, mas fazer pesquisa e contribuir, inclusive, com muitas das demandas levantadas por eles que são cargos técnicos do município. Os gestores ficaram tão à vontade ao perceber que a pesquisadora poderia ser uma possível aliada em suas demandas que a entrevista durou, depois desse embate inicial, quase uma hora. Ainda uma conversa informal depois da entrevista realizada.

O que demonstra, por um lado, a necessidade de espaços de troca de ideias e experiências com o objetivo de melhorar a gestão dos espaços públicos municipais (fóruns, seminários, associações, conselhos gestores, *etc*). Por outro, o quanto é perversa uma forma de gestão baseada, sobretudo em interesses político-partidários, pois, pelo menos três vezes em 2019, esses funcionários de carreira viram suas expectativas de melhoria de trabalho desmoronar com a troca de diretrizes, porque seus superiores (cargos comissionados) foram substituídos devido à saída do prefeito do seu cargo.

Nessa mesma temática, acredita-se que é necessária uma reformulação na forma de gerir pessoas no setor público: precisa-se de mais valorização e formas de mobilidade ou transição funcional que considerem as várias potencialidades dos funcionários. Uma das experiências mais impactantes desta pesquisa foi escutar o relato de uma das funcionárias efetivas da área de limpeza e manutenção dos parques da cidade que, durante, 11 anos trabalhou como monitora nas ações de educação ambiental e, depois, foi retirada bruscamente do cargo por se caracterizar desvio de função:

> Marília: Aí..fui monitora também aqui na gruta, 11 anos. [...]a gente arrumava também casca de cobra, lagarto, escorpião, todos os bichos que tinham no parque,né? A gente deixava à mostra ali, as crianças chegavam, a gente falava sobre cada bicho tal. Fazia uma palestra [...] A gente entrou como auxiliar de apoio mesmo, para manutenção do parque aí como era o pessoal da frente de trabalho que

> eram os monitores, aí falaram: Ah é legal o pessoal que já tá para treinar para poder fazer a monitoria, porque daí não tem esse negócio de "entra e sai", né?[...] caímos meio que de páraquedas, né? Que até então a gente não sabia nada, né? Até fizemos alguns cursos e aí no começo foi bem difícil para quem[...] não tem muito jeito de falar com o público,né? [...] a gente fazia esse trabalho aí teve alguns problemas aí tiraram, né? A gente da monitoria. Aí hoje a gente é só manutenção.[...] Mas antes era, o pessoal ligava aqui, né? As monitorias eram marcadas aqui. A gente tinha a agenda da monitoria, tinha um livro também chamado "Opine" que todo fim da monitoria o professor ia colocava a opinião dele, os alunos, né? Graças a Deus, foram pouquíssimas reclamações nesses 11 anos, pouquíssimas assim, acho que três páginas, né Cleo? Do livro... Mas a gente sempre foi elogiada, graças a Deus, pelo trabalho né? Apesar de a gente ter caído de paraquedas, né? Mas aí... a gente fez esse trabalho bastante tempo, né? Mas informações sobre o parque se você quiser, graças a Deus, ainda tenho aqui, ainda não deletei... (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2018).

Não se está defendendo aqui que as ações de educação ambiental sejam delegadas a outros cargos/funções sem a necessária formação para tal. O que se defende é justamente o contrário: detectado o interesse nessa função, como ocorre no Parque da Gruta, a prefeitura em parceria com instituições de ensino poderia viabilizar cursos de capacitação de animadores socioambientais para os parques urbanos da cidade. Podendo-se abrir concursos públicos para esses cargos ou concedendo este serviço para uma associação de animadores socioambientais, formados na própria cidade, como acontece na Vila Turística de Paranapiacaba em Santo André.

Além da gestão de recursos humanos, a gestão dos parques como um todo precisa ser analisada e melhorada. No que se referem aos recursos financeiros, as poucas iniciativas de parcerias com outras organizações ou indivíduos são baseadas na informalidade: usa-se o espaço público, não se contribui com praticamente nada e, muitas vezes, ainda utilizam os recursos fixos do parque (material e humano). Acredita-se que, não necessariamente, por má vontade, pelo contrário, há boas intenções, porém, faltam conhecimentos técnico-jurídicos para oficializar esses arranjos. Além disso, um evidente entrave cultural no que tange a delimitação de direitos e deveres dos atores envolvidos no processo. Prefere-se optar por uma espécie de "troca de favores". Do mais, torna-se difícil estabelecer diretrizes e ações mais profissionais uma vez que os locais não tem um documento diretor (plano de manejo ou PUP). Aliás, essa falta de regulação de usos acarreta vários problemas relativos à quantidade e variedade de atividades nos locais nem sempre condizentes com a realidade cultural e ambiental dos parques e, nem sempre, contribuindo com a apropriação democrática do espaço público. Ademais, da programação proposta há um predomínio de atividades físico-esportivas, mesmo quando a vocação do parque é para outras possibilidades: o Guapituba, por exemplo, é um parque muito mais artístico, espiritual e contemplativo do que, necessariamente, esportivo.

Uma terceira barreira que conduz à segregação é a própria configuração espacial da cidade nos trajetos entre os parques urbanos estudados e seu entorno são linhas de segregação física e simbólica. Como o estudo foi todo feito na perspectiva do caminhante, é preciso dizer que Mauá não é uma cidade que estimula a se caminhar: as calçadas, com raras exceções, são estreitas e esburacadas, ainda as que se localizam em morros são extremamente suscetíveis a quedas por serem escorregadias. Sinalização para pedestre em alguns trechos inexiste. Mesmo as que existem, quando faixas de pedestre, é o caminhante quem precisa esperar o carro passar, pois ao ver uma pessoa o motorista acelera ao invés de esperar gentilmente que o pedestre atravesse, mesmo sendo uma pessoa idosa ou mulheres com criança de colo. Os semáforos para pedestre tem o tempo totalmente desregulado: alguns a distância é enorme (às vezes duas pistas) e o semáforo te oferece 12 segundos para a travessia, outros a distância é mínima e o semáforo oferece mais de 1 minuto.

Outro dado é que a cidade de Mauá é dividida ao meio pela linha férrea, então as poucas passarelas existentes para interligar os dois lados não são necessariamente seguras, fazendo com que muitas pessoas ainda se arrisquem atravessando em meio a rodovias, como o rodoanel trecho leste que passa pela região. Ou ainda que, simbolicamente a cidade se divida em duas: um lado com mais privilégios (por exemplo, o Parque São Vicente e a Vila Noêmia com seus condomínios, a existência de parques com extensão como a do "Paço" e uma ciclovia recreativa de 2,5 km n – Figura 66) e um lado com menos privilégios (por exemplo, o Jardim Oratório em meio a autoconstruções e condomínios populares, com a existência de um pequeno parque linear[32] (figura 67), cuja circulação é complicada devido à falta de calçadas e ciclovia). Entretanto, espacialmente esses bairros são extremamente próximos, ao conectá-los seria possível a melhoria da qualidade de vida da cidade com a ampliação de espaços públicos para lazer e coesão social, contribuindo com a construção do sentimento de pertença à cidade.

Salienta-se, no entanto, que essa conectividade precisa ser física e simbólica, então passa pela necessidade de estrutura física, mas também pela educação para o respeito à diversidade. Se por um lado, os trajetos precisam ser adequados (fisicamente) para carros/motos, ônibus, carroças, bicicletas, patins/*skates*, caminhantes/ cadeirantes, pessoas com cão guia e carrinhos de bebê, por outro é necessário haver sensibilização e educação permanente, porque todos querem uma cidade boa para viver, logo é preciso respeitar-se uns

[32] Conheci este parque, por acaso, indo me inscrever para uma vaga de emprego passando pelo Jardim Sônia Maria, agora com o fechamento da análise dos dados de campo. Morei mais de dois anos da pesquisa no Jardim Zaíra, em junho de 2019 eu começo a morar ao lado do "Paço", portanto esse parque não fazia parte do meu trajeto. Nenhum dos gestores de ambas as secretarias se referiram a este local, de forma que não sei quem o gere, suponho que pelas características seja da Secretaria de Esporte e Lazer.

aos outros. Dessa forma, se os espaços de circulação conseguem ser acessíveis para um cadeirante, por exemplo, já se começa a melhorar a conexão simbólica entre os locais, pois também esse sujeito vai pode ver e ser visto, fazendo valer sua visão de mundo nesses espaços de convivência.

Figura 66 – Ciclovia recreativa de 2,5 km que atravessa a Vila Noêmia e o Parque São Vicente

Foto: Manoel Olegario (2019)

Figura 67 – Parque Linear Jardim Oratório

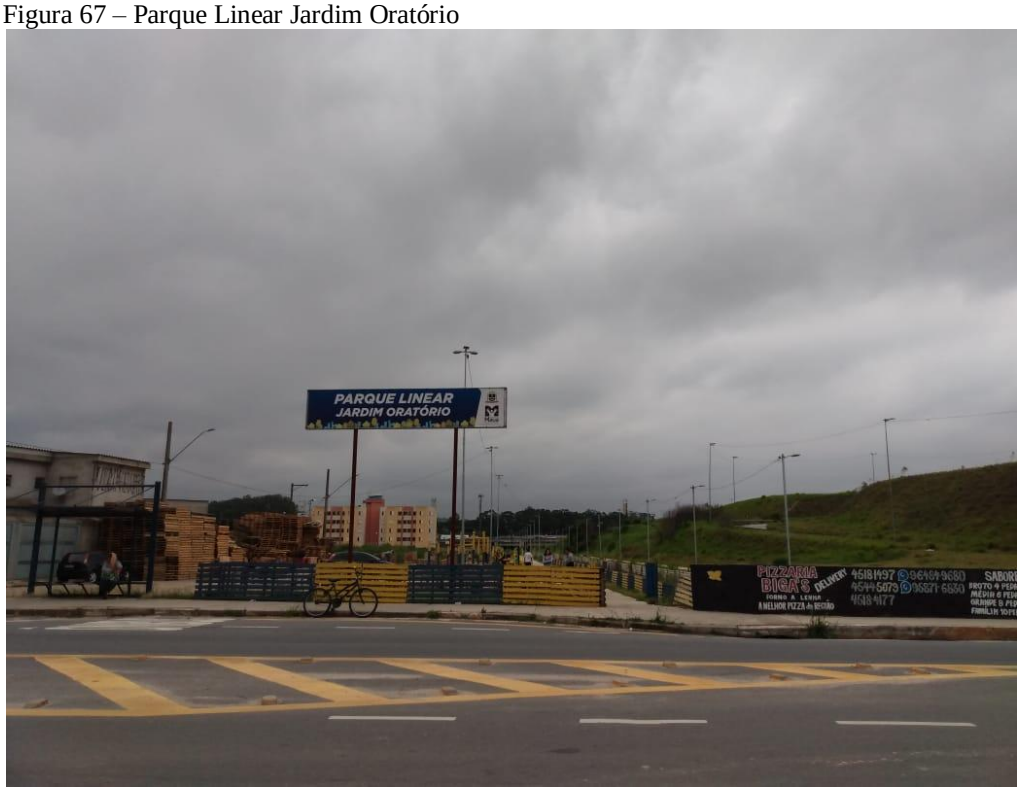


Foto: Manoel Olegario (2019)

A outra barreira interligada com as demais é a própria falta de informações sistematizadas sobre os parques, índices sobre violência, qualidade de vida, locomoção, práticas corporais de lazer, artísticas e o perfil de seu público em Mauá/SP, o que gera propostas de poucas ações e ainda verticalizadas: elaboradas de acordo com convicções pessoais não necessariamente baseada em fatos e dados. Por exemplo, no Parque do Guapituba das atividades detectadas como predominantes piqueniques e realização de caminhadas e trilhas podem ser citadas. No entanto, ao se olhar de "perto e de dentro" os caminhantes foi possível perceber diversos interesses em sua forma de caminhar:

> ✓ Uns caminhavam visivelmente para fazer exercício, alguns correndo, com equipamentos para medir seus batimentos, enfim equipados para exercício;
> ✓ Um casal estava correndo e fazendo uma oração em voz alta de agradecimento;
> ✓ Uma mulher loira de meia idade, com aparente sobrepeso, caminhava lentamente ouvindo música em seu fone de ouvido;
> ✓ Duas mulheres de quarenta e poucos, vestidas com calças *legging*, usando bonés tinham saído da Academia ao Ar Livre na entrada da trilha e caminhavam batendo papo sobre assuntos variados de suas vidas e famílias;
> ✓ Outras pessoas um homem de trinta e pouco, um adolescente sem camisa e uma mulher sozinha com uma sacola com estampa de "oncinha" caminhavam para contemplar aquele pedaço de verde, pois estavam de chinelo, com mochila grande nas costas ou a sacola cheia para carregar. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

Além das trilhas que poderiam ser classificadas em níveis e tipo de serviço prestado: por exemplo, as de nível leve (autoguiadas), as intermediárias (com monitoria de animadores socioambientais) e as trilhas difíceis (infraestrutura mais rústica, com monitoria de animadores socioambientais) com propostas de cobrança pelos serviços a preços justos e viáveis e que contribuíssem para a manutenção do espaço, além de gerar renda para a comunidade local.

Nesse sentido, no Parque do Guapituba, a casa antiga no meio da trilha do saruê que hoje funciona como depósito, poderia funcionar como um museu ambiental, por exemplo, com exemplares de fauna e flora local, objetos usados no parque quando era fazenda.

A falta de informações e serviços nos parques urbanos foi vista também no Parque da Gruta durante entrevista com o "Pai da menina curiosa", o qual abordou a pesquisadora para saber sobre o atrativo britador:

> Manoel e eu estávamos no "Britador" conversando sobre ele, quando o pai nos abordou, aproveitei para fazer a entrevista, que fluiu como uma conversa informal, expliquei o que sabia sobre o atrativo e a história do Parque e juntos observamos um esquilo que pulava de árvore em árvore pegando sua comida, a menina era muito curiosa e fazia muitas perguntas. (Iranilda Medeiros, relato de campo, 2019).

Por fim, do objetivo inicial de analisar se a estrutura de gestão de uso público dos parques urbanos de Mauá tem incentivado ou não a apropriação desses espaços para a prática de atividades físicas de lazer, o que se conseguiu de fato foi perceber que a apropriação dos

espaços para práticas corporais de lazer em cidades extremamente adensadas como é o caso de Mauá, acontece sem incentivo: quando há um espaço “livre” as pessoas o utilizam para as mais variadas finalidades. Entretanto, se a finalidade da pesquisa passasse pelo intuito de identificar a aderência e adesão das pessoas às atividades físicas de lazer em parques urbanos considerando-se a gestão de uso público como fator de estímulo, dir-se-ia que não é possível afirmar essa relação a partir dos dados aqui coletados. Conquanto, há nessa pesquisa com enfoque interdisciplinar e qualitativo assumido, indícios importantes a se considerar em pesquisas deste gênero. Pois, mais do que a prática corporal em si e seus efeitos biológicos, há corpos que caminham, que moram em determinada localização, que optam política, ética e espiritualmente por algo, que atribuem determinados sentidos e, quando compreendidos, conseguem se conectar com o “outro” seja ele humano ou não e criar novas formas de sociabilidade que garantem conjuntamente o seu bem viver na cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio Soares; CARVALHO, Yara Maria de. Práticas corporais e grande saúde: um encontro possível. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n.04, p.229-244, outubro/dezembro de 2010.

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira,
1998.

APRENDIZ, Associação Cidade Escola. **Cidades Educadoras**. Brasil, 2019. Disponível em<https://cidadeseducadoras.org.br/conceito/> Acesso em 16 de maio de 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

BARTALINI, Vladimir. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. **Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP,** n.16, São Paulo, p.82-96, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009

BONZI, Ramón Stock. **Andar sobre água preta**: a aplicação da infraestrutura verde em áreas densamente urbanizadas. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete C. de C. Trindade. Praças e parques: uma retrospectiva através dos tempos. In: BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues da (org). **Estudos urbanos em perspectivas**: reflexões, escalas e desafios. Campo Mourão/PR: Ed da Fecilcam, 2013.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira (1988). **Constituição Federal.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988

_____. Decreto-lei que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (1937). **Decreto – Lei sobre proteção do patrimônio.** Decreto-Lei federal nº 25 de 30 de novembro de 1937. Brasília, DF: Senado Federal, 1937.

_____. Lei que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Lei da Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei federal n. 9795, de 27 abril de 1999. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

BRASIL ESCOLA, **Mapa do Brasil** (2019). Disponível em < https://brasilescola.uol.com.br/geografia/mapa-brasil.htm> Acesso em 02 Dez. 2019.

BURGOS, Rosalina. **Parques Públicos Urbanos**: políticas públicas, segregação espacial e exclusão social no Município de São Paulo. Disponível em < http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/13.pdf> Acesso em 10 Ago. 2017

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, n.47, Março 1997, pp.155-176

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília,57 (5), 611-4, 2004.

CARDOSO, Silvia Laura Costa; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão Ambiental de parques urbanos: o caso do Parque ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, jan/abr, 7(1), 74-90, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHIESURA, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, The Netherlands, 68, 129–138, 2004.

COHEN,Marcos; SILVA, Jorge Ferreira da. Implantação da gestão participativa em unidades de conservação do tipo Parque na cidade do Rio de Janeiro: do conflito à colaboração. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Vol.7, n.1, jan/jun 2009. (81-92)

CROMPTON, John L. Empirical evidence of the contributions of park and conservation lands to environmental sustainability: the key to repositioning the parks Field. **World leisure – research papers**, n. 3, 2008.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2003. p. 121-136.

DIEZ, Luis Romahn. **Construyendo mi parque**: de la participación ciudadana a la administración de los espacios públicos. México: ANPR, 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. . **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, n.13, 155-161, 2005.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBRAPE**. BR, v.14, n. 3, artigo 7, Rio de Janeiro, jul/set. 2017.

FEUERWERKER, L. M; COSTA, H. Intersetorialidade na rede unida. **Saúde em debate.** Rio de Janeiro, v. 22, p. 25-35, 2000.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 2006

FREITAS, Ana Paula de. **Parque Natural do Pedroso:** uma unidade de conservação em área urbana. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013

GIL, Antonio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.~

GOOGLE, **Recurso Maps**: rota estação Mauá até Parque do Guapituba (2019a). Disponível em <https://www.google.com.br/maps> Acesso 31 jul. 2019.

_____, **Recurso Maps:** rota SESI de Mauá ao Parque da Gruta. (2019b). Disponível em <https://www.google.com.br/maps> Acesso 16 abr.2019.

_____, **Recurso *Maps:*** rota SESI de Mauá ao Parque da Juventude**.** (2019c) Disponível em <https://www.google.com.br/maps> Acesso 31 jul. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Aval. Pol. Púb. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar. 2006

HANNES, Evy. Espaços abertos e espaços livres: um estudo de tipologias. **Paisagem e ambiente:** ensaios. n.37, São Paulo, p.121-144, 2016

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HELENO, Bruna Gonçalves; PACHECO, Reinaldo T. B. Parques acessíveis? Um estudo sobre o uso desses espaços pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. IN: 25º ENAREL, 2013, Minas Gerais, **Anais...** Minas Gerais: SESC, 2013, 1p. Disponível em <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/e0eac660-12ed-4c3c-9818-a52d87cec0d9/14_Parques+acessiveis_Um+estudo+sobre+o+uso+desses.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=e0eac660-12ed-4c3c-9818-a52d87cec0d9> Acesso em 05 set 2019.

IDRD, Instituto Distrital de Recreación y Deporte de Bogotá. **Parques:** clasificación. Disponível em: <http://www.idrd.gov.co/sitio/idrd/content/clasificacion-de-parques-distritales>. Acesso em 03 jun 2018.

_____. **Parques**. Bogotá, 2019. Disponível em: <https://www.idrd.gov.co/parques-0> Acesso em 16 mai de 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 40(3): 479-99. Maio/Jun. 2006

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LIMA, Catharina P.C. dos Santos. Natureza e Cultura: o conflito de Gilgamesh. **Paisagem e ambiente:** ensaios, São Paulo, n.18, p.7-57, 2004.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira.(org). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: autores associados, 2015.pp.7-22.

_____. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 17 nº 49, 2002.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 1998.
MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. **Paisagem Ambiente - ensaios**, n.21, São Paulo, p.199-214, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e perdição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria. **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. P.75-103

MAUÁ, Lei sobre uso, ocupação e urbanização do solo e dá providências (2014). **Lei de uso e ocupação do solo.** Lei municipal nº 4.968 de 1º de julho de 2014. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2014a.

_____. Portaria que designa gestor e responsável técnico para a contratação de concessão administrativa para ampliação, reforma, operação e manutenção do Paço Municipal de Mauá (2014). **Portaria sobre ampliação, reforma, operação e manutenção do paço.** Portaria nº10.628 de 29 de setembro de 2014. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2014b.

_____. Plano diretor (2007). **Plano diretor do município de Mauá.** Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2007a.

_____. Redenomina Parque Ecológico Municipal do Guapituba Alfredo Kimklert Junior para "Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Kimklert Junior". (2007) **Lei sobre redenominação do Parque do Guapituba.** Lei nº 4.200 de 01 de junho de 2007. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2007b.

_____. Portaria que autoriza Empresa Markas estruturas ltda, promotora da VII festa peão de boiadeiro de Mauá, a utilizar estacionamentos do Paço. **Portaria que autoriza uso do paço para estacionamento.** Portaria nº 10.056 de 21 de novembro de 2007. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2007c.

_____. Cria no Paço municipal Irineu Evangelista de Souza, 2 galerias de fotos de ex-prefeitos – uma no GP; outra, no saguão de entrada do paço. (2007). **Lei cria 2 galerias no paço municipal.** Lei municipal nº4.185

de 23 de maio de 2007. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2007d.

_____. **Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em <http://www.maua.sp.gov.br/pSecretaria.aspx?SecretariaID=13>. Acesso em 04 out. 2016.

_____. Lei sobre Reorganização Administrativa (2009). **Lei sobre Reorganização Administrativa.** Lei municipal nº 4.412, de 05 de Janeiro de 2009. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2009.

_____. Lei que organiza o Conselho municipal do Meio ambiente, e dá outras providências. (1994) **Conselho Municipal do Meio ambiente**. Lei municipal nº 2.554 de 10 de maio de 1994. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1994.

_____. Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mauá, no que se refere aos órgãos de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Direta, cria o quadro de pessoal comissionado e função de confiança. (2017). **Lei sobre pessoal comissionado e de confiança.** Lei municipal nº 5.210 de 18 de abril de 2017. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2017a.

_____. Plano Plurianual 2018-2021 (2017). **Plano Plurianual 2018-2021.** Lei municipal nº 5.266, de 10 de outubro de 2017 Institui o Plano Plurianual para os exercícios de 2018-2021. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2017b.

_____. Decreto que dispõe sobre o tombamento do Parque da Gruta Santa Luzia. (2017). **Decreto que tomba o Parque da Gruta Santa Luzia.** Decreto nº 8.314 de 10 de julho de 2017. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2017c.

_____. Decreto que dispõe sobre o tombamento da Gruta de Santa Luzia, localizada no Parque Ecológico Santa Luzia (2017). **Decreto que tomba Gruta de Santa Luzia, localizada no Parque Ecológico Santa Luzia.** Decreto nº 8.330 de 10 de agosto de 2017. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2017d.

_____. Lei que aprova o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Mauá e dá outras providências (2017). **Lei municipal do Plano de Mobilidade Urbana.** Lei municipal nº 5.250 de 31 de agosto de 2017. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2017e.

_____. Lei que altera dispositivos da lei municipal nº 2.554, de 10 de maio de 1994, que organizou o conselho municipal de meio ambiente, e dá outras providências. (2012) **Lei que altera Conselho Municipal de Meio Ambiente.** Lei Municipal nº 4.751 de 22 de março de 2012. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2012a.

_____. Decreto que altera decreto 6.055/2000, que outorga permissão de uso à OAB Mauá, em local pertencente ao patrimônio municipal (2012). **Decreto que permite cobrança pelo estacionamento da OAB Mauá dentro do paço municipal.** Decreto nº 7.762 de 21 de novembro de 2012. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2012b.

_____. Decreto outorga permissão de uso de área pública. (2012). **Decreto de permissão de uso.** Decreto municipal nº 7.709 de 30 de maio de 2012. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2012c.

_____. Plano Plurianual 2014-2017 (2013). **Plano Plurianual 2014-2017.** Lei municipal nº 4.886, de 15 de outubro de 2013 Institui o Plano Plurianual para os exercícios de 2014-2017. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2013.

_____, Diário Oficial de (2013b). **Autorização de uso da 29ª Festa Junina**. Mauá, 2013b. Disponível em < http://dom.maua.sp.gov.br/pPublicacao.aspx?ID=2921> Acesso dia 29 Ago. 2019.

_____, Secretaria de Planejamento Urbano de (2019). **Mauá no ABC e em São Paulo**. Disponível em <http://www.maua.sp.gov.br/PerfilMunicipal/Arquivos/grande_sp_localizacao_maua_g.jpg> Acesso em 02 Dez. 2019.

_____. Decreta denominação Parque Ecológico Municipal do Guapituba Alfredo Kimklert Junior. (1995) **Decreto sobre nomeação do Parque do Guapituba.** Decreto nº 5.474 de 20 de dezembro de 1995. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1995a.

_____. Decreta de utilidade pública terreno onde seria o Parque da Gruta. (1974). **Decreto sobre utilidade pública do terreno do Parque da Gruta.** Decreto nº 1.304 de 06 de fevereiro de 1974. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1974.

_____. Lei que proíbe o desmatamento, preservando parcialmente área destinada à construção de Parque Municipal. (1985). **Lei que proíbe desmatamento no futuro Parque da Gruta**. Lei nº 1.974 de 04 de junho de 1985. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1985.

_____, Lei que dá a denominação de "Parque Ecológico Santa Luzia" à área que descreve, no local denominado Sítio Itapeva – Gruta Santa Luzia. (1992). **Lei que denomina Parque Ecológico o Parque da Gruta.** Lei nº 2.425 de 10 de junho de 1992. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1992.

_____. Decreto que aprova o plano de construção do paço municipal de Mauá. (1964). **Decreto que aprova a construção do paço.** Decreto nº 350 de 15 de setembro de 1964. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1964.

_____. Decreto que nomeia comissão especial para recebimento das obras finais do paço municipal de Mauá. (1975). **Decreto que nomeia comissão para receber obras finais do paço.** Decreto nº 1.632 de 02 de dezembro de 1975. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1975.

_____. Decreto que nomeia o edifício executivo no paço municipal de "Edifício Irineu Evangelista de Souza"(1976). **Decreto que nomeia o edifício executivo no paço municipal.** Decreto nº1.810 de 01 de dezembro de 1976. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1976a.

_____. Decreto que nomeia o auditório do edifício executivo no paço municipal de "Auditório Dr. Vicente de Carvalho Bruno" (1976). **Decreto que nomeia o auditório do edifício executivo no paço municipal.** Decreto nº 1.811 de 01 de dezembro de 1976. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1976b.

_____. Decreto que outorga permissão uso área (contígua ao Paço) à OAB Mauá – estacionamento veículos advogados (1998). **Decreto que permite estacionamento para OAB Mauá dentro do paço municipal.** Decreto nº 5.851 de 24 de julho de 1998. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 1998.

_____. Denomina "Celso Daniel" o centro esportivo do Parque do Paço Municipal. (2004). **Lei que denomina de centro poliesportivo dentro do Parque do paço.** Lei municipal nº 3.751 de 22 de dezembro de 2004. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2004.

_____. Decreto que autoriza Empresa Kakitu's Comércio e Serviços Ltda. a explorar área adjacente ao Paço municipal p/ parque diversões – de 23/04 a 02/05/06 (2006). **Decreto que autoriza parque de diversões próximo ao paço.** Decreto nº6.887 de 27 de abril de 2006. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2006.

_____. Decreto que autoriza Empresa Alexandre Magalhães publicidade e eventos ltda. a utilizar espaço público de estacionamento do Paço municipal p/ parque Feirão de veículos. (2008). **Decreto que autoriza feirão de veículo no paço.** Decreto nº7.128 de 27 de fevereiro de 2008. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2008.

_____. Denomina como "Prefeito Edgard Grecco" o paço municipal de Mauá e dá outras providências. (2008). **Lei que denomina "Prefeito Edgard Grecco" o paço municipal.** Lei municipal nº4.352 de 17 de junho de 2008. Mauá, SP: Prefeitura de Mauá, 2008.

_____. *Webgis* de. **Mapas temáticos**: ambiental/parques. Mauá, 2018. Disponível em <http://interno.maua.sp.gov.br:8018/maua/aplicmap/geral.htm?c389022df41d19ca4b3dea66d0126160>. Acesso em 12 set. 2018.

MCCOMARCK,Gavin; ROCK, Melanie; TOOHEY, Ann M; HIGNELL, Danica. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative. **Health & Place**, Canada, 16, 712-726, 2010.

MEDEIROS, Iranilda Oliveira de. **Arte e lazer na periferia** : possibilidade de educação para jovens das camadas populares. 2010. 97f. Monografia (Graduação bacharel em lazer e turismo) – EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, São Paulo, 2010. Orientação de Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005

MINTUR, Ministério do Turismo (2019). **Subclass**. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=1>. Acesso em 17 set. 2019.

MORE, Thomas A.; STEVENS, Thomas; ALLEN, P. Geoffrey. Valuation of Urban Parks. **Landscape and Urban Planning**, The Netherlands 15, 139-152, 1988.

MUNDO ESCOLA, **São Paulo No Brasil** (2019). Disponível em <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/sao-paulo.htm> Acesso em 02 Dez. 2019.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano**: uma etnografia de redes e ruas. 2019. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão Corrigida.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.43-66, set./dez. 2014. Dossiê Lazer e Meio Ambiente.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. **A escola pública e o lazer**: um estudo de caso do Programa Parceiros do Futuro-SEE/SP. Dissertação(Mestrado) :Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orient. Vitor Henrique Paro. São Paulo: s.n. 2004, 315p.

_____. Parques de Brasília/DF: alguns apontamentos sobre formas estratégicas de gestão de uso público. In: AZEVEDO, Paulo Henrique; BRAMANTE, Antonio Carlos (org.) **Gestão estratégica de experiências de lazer**. Curitiba, PR: Appris, 2017. pp.161-172.

PETER,Karin; ELANDS,Birgit, BUIJS, Arjen. Social interactions in urban parks: Stimulating social cohesion?, **Urban Forestry & Urban Greening,** The Netherlands, 9, 93-100, 2010.

PUIG, J.M.; TRILLA, J. **A pedagogia do ócio**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PUNTSCHART,William. **Memórias da cidade**. Mauá, SP: Assahi, 2004,

_____. **Mauá**: entendendo o passado, trabalhando o presente e construindo o futuro. São Paulo: Noovha América, 2012.

QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284p. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMOS, Ruth Cristina Ferreira; FREITAS, Simone Rodrigues de; PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. A dimensão simbólica da vegetação na cidade: o caso de Santo André (SP). **Soc.&Nat**, Uberlândia, 28(1), p. 55-66, jan/abr. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES; Camila Gonçalves de Oliveira. GODOY, Larissa Ribeiro da Cruz. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.28, p. 75-88, jul/dez 2013. Editora UFPR.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, 13(2), p. 391-398, 2008.

SEADE, Fundação sistema estadual de análise de dados. **Informações dos municípios paulistas:** Mauá. Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil> Acesso em 02 set. 2016

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 43(2): 347-69. Mar/abr. 2009

SEMEIAa, Instituto. **Quem somos**. Disponível em <http://www.semeia.org.br/quem-somos> Acesso em 16 de Maio de 2019.

SEMEIAb, Instituto. **Publicações...** Modelos jurídicos aplicados à gestão de parques urbanos: a experiência de Porto Alegre e São Paulo em parcerias com entidades sem fins lucrativos. SEMEIA/FGV Direito RIO, 2019. Disponível em< http://www.semeia.org.br/publicacoes.php> Acesso em 16 maio de 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem Geográfica. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, nº 15, PP 21-37, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. As práticas corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. IN: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (org.). **Práticas Corporais**: gênese de um movimento investigativo em educação física. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, 2005. pp 17-28

SNUC, Insitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (2000) **Lei de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. Brasília, DF: Planalto, 2000.

STANFORD, Petrick. Perspectivas futuras da gestão e suas implicações no campo do lazer: o papel dos parques públicos e unidades de conservação. In: AZEVEDO, Paulo Henrique; BRAMANTE, Antonio Carlos (org.). **Gestão estratégica de lazer**. Curitiba, Appris, 2017. pp 173-180.

THOMAZI, Silvia Maria. Cluster de turismo: introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.

TRZYNA, T. (2017). Áreas Protegidas Urbanas: Perfis e diretrizes para melhores práticas. **Série diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas,** N. 22, Gland, Suíça: UICN. xiv + 110pp, 2017.

VOLPI, Yuli Della; PACHECO, Reinaldo. Parque Verde do Mondego: gestão e uso público. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Maio/agosto, 8(2), 261-271, 2016.

Documentos Consultados:

MAUÁ, Documento elaborado pela Equipe de Pesquisa Histórica do Museu Barão de Mauá. **Parque Municipal Guapituba,** documento digitado, 1 p. Mauá, s. d.

_____, Material de divulgação da Secretaria de Meio Ambiente de Mauá. **Parque Municipal Gruta de Santa Luzia**. Mauá: Prefeitura Municipal Gestão 2017-2020

_____, Documento elaborado pela Equipe de Pesquisa Histórica do Museu Barão de Mauá. **Parque Municipal da Gruta de Santa Luzia,** documento digitado, 1 p. Mauá, s.d.

_____, Documento elaborado pela Equipe de Pesquisa Histórica do Museu Barão de Mauá. **Parque Municipal da Gruta de Santa Luzia,** documento digitado, 1 p, Mauá, s.d

RINALDI, Gabriel. **Depoimento de Gabriel Rinaldi à Equipe de Pesquisa Histórica do Museu Barão de Mauá**, documento digitado. 2 p. Mauá, s.d.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APROVADO PELO CEP

Estimado (a) Participante,

Tenho o prazer de convidá-lo (a) a participar da pesquisa "Parques urbanos de Mauá/SP: estudo de caso sobre gestão de uso público e as atividades físicas de Lazer" nos parques urbanos geridos pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de Mauá/SP. Para isto, gostaria de contar com seu consentimento para participar do estudo, respondendo as entrevistas semiestruturadas focalizada em dia, local e horários previamente combinados.

Será garantido o sigilo das informações obtidas bem como o seu anonimato. O (A) senhor (a) pode se retirar da pesquisa a qualquer momento, bem como não responder as entrevistas semiestruturadas. Além disso, as informações serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento do estudo.

Esta pesquisa não apresenta riscos, e como benefícios, contribuir com a melhoria da gestão de uso público dos parques urbanos públicos estudados, chamar a atenção para o potencial destes espaços como equipamentos de lazer em Mauá, academicamente, contribuir com a aproximação entre os estudos do lazer e planejamento urbano e ambiental.

A sua colaboração torna-se imprescindível para o alcance do objetivo proposto, além de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de uso público dos parques urbanos estudados.

Agradeço antecipadamente a atenção dispensada e coloco-me a sua disposição para quaisquer esclarecimentos por meio do e-mail: iramedeiros@usp.br ou pelo fone: (11) 983-923-923.

Informações também poderão ser obtidas por meio do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH / USP, no e-mail: cep-each@usp.br ou pelo fone: (11) 3091-1046.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder da pesquisadora e a outra em poder do (a) participante.

Eu, _____, declaro estar devidamente informado (a) sobre a natureza da pesquisa, objetivos propostos e metodologia empregada e estou esclarecido (a) o suficiente, portanto aceito participar da pesquisa.

Mauá, _____, de _____ de 2018.

_____

Assinatura do (a) participante da pesquisa

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA EMIESTRUTURADA COM OS GESTORES DOS PARQUES

Ambiente: menos ruído, pouca interferência.

Informações sobre a pesquisa:
Pedir autorização para fazer gravação, explicar o que é e qual o objetivo da pesquisa. Depois de transcrita a entrevista será disponibilizada para a leitura do gestor, e se preferir será omitido o nome e informações que o identifiquem pessoalmente para garantir o seu anonimato.

Perfil do entrevistado
Nome:
Em qual parque atua:
História de vida – percurso pessoal: porque veio trabalhar com isso?

Tópicos para entrevista

- Acesso:

Frequentadores: o que mais procuram no parque, quantidade, horários, dias, atividades que vem fazer, turistas, como vem ao parque?

- Serviços Ambientais:

Vegetação, nascentes, indicadores ambientais.

- Gestão e Usos para Lazer:

Infraestrutura: o que tem destinado ao uso público?
Recursos Humanos: quem são os que atuam no parque? Forma de contratação?
Recursos Financeiros: de onde vem os recursos para a manutenção do parque? Há/houve concessões de serviço?
Programação do Parque: quais programas, políticas ou eventos acontecem no parque?
Há atividades diárias, quais?
Gestão participativa: há conselho gestor no parque? Há voluntariado? Há parceiros que realizam atividades no parque? Como é a contrapartida?
Informações: como a população local fica sabendo do que acontece no parque?
Lazer: há grupos organizados que usam o parque para fazer atividades como caminhada?
Cidades educadoras?
Perspectivas: o que pensam para os próximos anos para estes parques?